



DOCUMENTOS

Praia, 10 de abril de 2022



ÍNDICE

I. Da organização do Congresso

- Relatório de Verificação Mandatos
- Agenda
- Programa
- Regimento
- Regulamento Eleitoral

II. Do Congresso

- Discurso do Presidente do PAICV de abertura do XVII Congresso
- Relatório do Conselho Nacional
- Relatório da Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização
- Moção de Estratégia do Presidente do PAICV
- Grupos de Trabalho
 - Tema 01: Que Partido queremos?
 - Tema 02: Contribuir para o desenvolvimento e transformação da nossa Nação
 - Tema 03: *ainda sem documento*
 - Tema 04: *ainda sem documento*
- Moção de estratégia setorial FNM-PAI
- Moção de Estratégia setorial da Associação dos Autarcas do PAICV
- Moção de Apoio ao PAIGC
- Órgãos eleitos
 - Conselho Nacional
 - Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização
- Resolução Geral

III. Dos órgãos eleitos na primeira reunião do CN

- Mesa do CN
- Vice-Presidentes
- Comissão Política Nacional
- Comissão Permanente
- Secretariado-Geral



Relatório Verificação Mandatos
Agenda
Programa
Regimento
Regulamento Eleitoral

Praia, 9 de abril de 2022





PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE
COMISSÃO NACIONAL DE JURISDIÇÃO E FISCALIZAÇÃO

RELATÓRIO DA VERIFICAÇÃO DE MANDATOS

Ao abrigo do disposto nos Artigos 63º e 65º dos Estatutos do PAICV, conjugados com o disposto no Artigo 9º do regimento do XVII Congresso do PAICV, a CNJF, após terem sido todos os delegados devidamente credenciados ao Congresso, precedido que foi este procedimento, do registo à entrada e da distribuição dos elementos de identificação individual, assim como a indicação dos respetivos assentos na sala do congresso, por este meio, relata-se a confirmação de 402 (quatrocentos e dois) mandatos verificados ao XVII congresso do PAICV.

Destes, 46,02% são do sexo feminino, correspondendo a 185 (cento e oitenta e cinco) delegadas e 53,98% do sexo masculino, que totalizam 217 (duzentos e dezassete) delegados.

Quanto à distribuição geográfica dos delegados, 8,46%, provieram da diáspora, num número correspondente a 34 (trinta e quatro), sendo eleitos 19 (dezanove), e natos 15 (quinze), enquanto que dos 91,54% referidos representam as diversas regiões do país, sendo 236 (duzentos e trinta e seis) eleitos e 132 (cento e trinta e dois) natos.

E estando conforme, nos termos da segunda parte da alínea b) do número 2 do Artigo 9º do supracitado regimento, este é o relatório que nos cabe apresentar.

Em anexo, juntamos a lista completa dos delegados com mandatos verificados, passando a fazer parte integrante deste relatório, que se dá aqui por integralmente reproduzido.

Cidade da Praia, 08 de Abril de 2022

O presidente da CNJF em exercício


/Clóvis Isildo Silva/

**XVII CONGRESSO
DELEGADOS**

Geografia	Tipo	Sexo	Delegados	
Diaspora			34	8,46%
	Eleito	Feminino	19	
		Masculino	11	57,89%
	Nato	Feminino	8	42,11%
		Masculino	15	
Nacional			368	91,54%
	Eleito	Feminino	236	
		Masculino	125	52,97%
	Nato	Feminino	111	47,03%
		Masculino	132	
		Feminino	45	34,09%
		Masculino	87	65,91%
Total			402	100%

Sexo	Delegados	
Feminino	185	46,02%
Masculino	217	53,98%
Total	402	100%

Geografia/Sexo	Delegados	
Diaspora	34	100,00%
Feminino	15	44,12%
Masculino	19	55,88%
Nacional	368	100,00%
Feminino	170	46,20%
Masculino	198	53,80%
Total	402	100,00%

Tipo	Delegados	
Eleitos	255	63,43%
Natos	147	36,57%
Total	402	

CONVIDADOS: 211

ORDEM DE TRABALHOS

XVII CONGRESSO DO PAICV

- 1.** Apresentação, discussão e aprovação do Relatório do Conselho Nacional (CN).
- 2.** Apresentação do Relatório da Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização (CNJF).
- 3.** Apresentação discussão e aprovação da Moção de Estratégia de Orientação Política Nacional.
- 4.** Apresentação e discussão da Moções Setorias (Havendo)
- 5.** Eleição dos Órgãos Nacionais do Partido (Conselho Nacional e Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização).
- 6.** Aprovação das Moções e Resoluções.

Praia, 05 de abril de 2022

**XVII CONGRESSO DO PAICV
PALÁCIO DA ASSEMBLEIA NACIONAL
SALÃO “ABILIO DUARTE”**

PROGRAMA

Dia 08 de abril (Sexta-Feira)

- 15:00 - Registo, acreditação e documentação dos Participantes (Delegados e Convidados Permanentes)
- 18H00 – Sessão Solene de Abertura do Congresso:
 - Ato Cultural
 - Discurso de Abertura pelo Presidente do Partido, Dr.º Rui Semedo
 - Fim da Sessão de Abertura

Dia 09 abril (Sábado)

- 8H30 – Instalação da Mesa da Presidência do Congresso
 - Apresentação do Relatório de Verificação de Mandatos pela CNJF;
 - Eleição dos Órgãos, Comissões e Grupos de Trabalho do Congresso;
 - Aprovação da Ordem de Trabalhos.
- 9H30 – Sessão de Trabalho do Congresso
 - Mensagens de Partidos Amigos e Convidados
- 10H30 – Apresentação e discussão do Relatório do Conselho Nacional
- 12H00 – Apresentação e discussão do Relatório da Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização
- 13H00 – 14H00 – Pausa para o Almoço

- 14H30 – Apresentação da Moção de Estratégia de Orientação Política Nacional, pelo Presidente do Partido, Dr. Rui Semedo
- 15H30 - Discussão da Moção por Grupos de trabalho;
- 17H30- Apresentação dos relatórios dos Grupos de Trabalho;
- 19H00 – Votação Global da Moção de Estratégia;
- 19H15- 20H00 – Apresentação de Moções de Estratégia Setoriais, em havendo;

- 20H00 - Interrupção dos trabalhos

Dia 10 de abril (Domingo)

- 08H45 - Reinício dos Trabalhos

- 09H00 – Mensagens de Partidos amigos e convidados;

- 10H30 - Apresentação da Lista de Candidatura ao Conselho Nacional e à Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização

- 11H00 – Eleições do Conselho Nacional e da Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização (as eleições decorrerão em simultâneo em espaço fora do plenário e em local previamente identificado).

- 12H00-15H00 – Pausa para o Almoço

- 15H00 – Anúncio dos Resultados

- 16H00 - Apresentação, discussão e aprovação da Resolução Geral do Congresso.

- 17H00 – Sessão de Encerramento do Congresso

Leitura da Resolução Geral do congresso
Apresentação dos Órgãos Nacionais Eleitos
Discurso de Encerramento do Presidente do PAICV, Dr.º Rui Semedo

- Fim -

XVII CONGRESSO DO PAICV

REGIMENTO DO CONGRESSO

CAPITULO I Disposições Gerais

Artigo 1º (Objeto)

O presente Regimento define as normas de organização e de procedimento a serem observadas durante os trabalhos do XVII Congresso do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV).

Artigo 2º (Local e Data)

O XVII Congresso do PAICV reúne-se na Cidade da Praia, na Assembleia Nacional, nos dias 08, 09 e 10 de abril de 2022, com a Ordem de Trabalho que vem anexa.

Artigo 3º (Dos Delegados ao Congresso)

1. O Congresso é constituído por 243 delegados eleitos e 142 delegados natos.

2. São delegados eleitos:

- a) Os delegados eleitos juntamente com o Presidente do Partido, no dia 19 de dezembro de 2022, ao abrigo do n.º 3 do artigo 31.º dos Estatutos;
- b) Os delegados eleitos pela Juventude do PAICV;
- c) Os delegados eleitos pela Federação das Mulheres do PAICV.

3. São delegados natos:

- a) Os Militantes dos Órgãos Nacionais do Partido;
- b) Os Militantes do Grupo Parlamentar do PAICV;
- c) Os Presidentes dos Órgãos Regionais do Partido;
- d) Os Presidentes de Câmaras Municipais filiados no Partido;
- e) Os Presidentes das Assembleias Municipais filiados no Partido; e
- f) Os Primeiros Secretários dos Sectores;

4. Os delegados gozam dos mesmos direitos e deveres, participando em todas as sessões com direito à palavra e ao voto.

Artigo 4º
(Dos Convidados Permanentes)

1. São convidados permanentes ao Congresso as seguintes personalidades, quando membros do PAICV:

- a) Os militantes do Partido que tenham desempenhado os cargos de Presidente da República e de Primeiro-Ministro;
- b) Os Ex-Dirigentes Nacionais do PAICV; e
- c) Os membros não delegados da Comissão Nacional Preparatória do Congresso.

2. Pode, ainda, assistir aos trabalhos do Congresso, como convidado permanente, aquele que como tal for convidado pelos Órgãos Nacionais.

3. A Presidência do Congresso poderá autorizar os convidados permanentes a fazer uso da palavra ou a dirigir mensagens ao Congresso.

CAPÍTULO II
Dos órgãos do Congresso, sua composição e funções

Artigo 5º
(Dos órgãos do Congresso)

1. A Mesa da Presidência do Congresso é assumida pela Mesa da Presidência do Conselho Nacional, sendo composta por um Presidente, dois Vice-Presidentes e dois Secretários.

2. No início dos trabalhos, o Congresso elege, de entre os seus membros, sob proposta da Mesa, os seguintes órgãos:

- a) O Secretariado;
- b) A Comissão da Redação;

3. Sob proposta, ainda, da Mesa da Presidência, o Congresso poderá criar outros órgãos cuja existência se mostre necessário no decorrer dos trabalhos.

Artigo 6º
(Da Presidência)

1. Compete à Presidência do Congresso:

- a) Dirigir e coordenar os trabalhos do Congresso, de acordo com o presente Regimento;
- b) Propor ao plenário o horário dos trabalhos e bem assim as respetivas propostas de alterações que se mostrarem necessárias;

- c) Inscrever e dar a palavra aos delegados que a solicitarem;
- d) Propor a limitação do tempo de uso da palavra, bem como o encerramento das inscrições, podendo declarar improcedentes as intervenções que estiverem fora da temática em discussão e retirar o uso da palavra;
- e) Prestar os esclarecimentos julgados oportunos por sua iniciativa ou a pedido dos delegados;
- f) Submeter as propostas de resoluções, moções e outros documentos à votação;
- g) Organizar a leitura das mensagens e moções dirigidas ao Congresso, sem prejuízo do programa de trabalhos; e
- h) Velar pela adequado desenrolar dos trabalhos e pela observância de um clima de respeito mútuo, solidariedade e disciplina.

2. Compete aos Vice-Presidentes substituir o Presidente nas suas ausências e impedimentos.

Artigo 7º (Do Secretariado)

1. O Secretariado é composto por um Presidente e 6 vogais.

2. Compete ao Secretariado:

- a) Controlar a presença dos delegados no início de cada sessão e anotar as faltas;
- b) Registrar as propostas de documentos bem como suas emendas ou alterações apresentadas no Congresso;
- c) Assegurar a elaboração, reprodução e distribuição atempadas dos documentos do Congresso;
- d) Recolher e sistematizar toda a documentação produzida pelo Congresso;
- e) Fazer a contagem dos votos expressos em votação aberta;
- f) Elaborar e apresentar a Presidência a ata-síntese de cada uma das sessões plenárias; e
- g) Elaborar a ata do Congresso.

Artigo 8º
(Da Comissão de Redação)

1. A Comissão da Redação é Composta por um Presidente e 6 vogais.
2. Compete à Comissão de Redação recolher e sistematizar as opiniões e os consensos a que o Congresso chegar, em estreita coordenação com o Secretariado.
3. A Comissão de Redação poderá organizar-se em grupo de trabalho em função de temas específicos.

Artigo 9º
(Da Verificação de mandatos pela CNJF)

1. A Função de verificação de mandatos é assumida pela CNJF, sendo necessário, com o apoio de um ou mais elementos dos Sectores, de uma representante da Secretaria Nacional das Mulheres do PAICV e de um representante da JPAI.

2. No desempenho dessa função, compete a CNJF:

- a) Credenciar os delegados ao Congresso;
- b) Verificar se todos aqueles que se apresentam como delegados se encontram devidamente mandatados, devendo fornecer ao plenário um relatório dessa verificação; e
- c) Controlar a entrada e a distribuição dos delegados na sala.

Artigo 10º
(Da condução do processo eleitoral pela CNJF)

1. Nos termos do nº 3 do artigo 63º dos Estatutos, o processo de eleição dos órgãos nacionais pelo Congresso será conduzido pela CNJF.

2. Na prossecução dessa atribuição, compete à CNJF:

- a) Dirigir e orientar todo o processo de eleição dos órgãos de direção do Partido no seio do Congresso;
- b) Receber e submeter ao Congresso as listas de candidaturas;
- c) Proceder ao escrutínio dos votos na eleição dos órgãos de direção do partido e dar a conhecer ao plenário os respetivos resultados; e
- d) Elaborar e expor os cadernos eleitorais até às 18 horas do dia anterior ao das eleições.

CAPÍTULO III

Do funcionamento do Congresso

Artigo 11º

(Da organização dos trabalhos)

1. Os trabalhos do Congresso decorrerão em sessões plenárias.
2. Havendo necessidade, poderão ser constituídas comissões para debate de temas específicos da Ordem dos Trabalhos, sem prejuízo de deliberação final em Plenário.

Artigo 12º

(Das Sessões)

1. As Sessões Plenárias do Congresso bem como os trabalhos das comissões são reservadas aos delegados, sem prejuízo do disposto no artigo 4º e nos números seguintes.
2. Quanto devidamente autorizados pelo Secretariado do Congresso poderão permanecer nas salas de trabalho os funcionários que asseguram o apoio técnico e logístico.
3. Nas sessões plenárias, poderão estar presentes representantes dos órgãos de comunicação social previamente acreditados junto dos serviços competentes do Partido.
4. A Presidência poderá, contudo, determinar que certas sessões sejam exclusivamente reservadas aos delegados.

Artigo 13º

(Do Quórum)

Considera-se que há quórum quando se encontrem na sala mais de metade dos delegados ao Congresso.

Artigo 14º

(Do uso da palavra)

1. Todos os delegados têm direito ao uso da palavra, nos termos do presente Regimento, devendo para tanto inscrever-se junto da Presidência.
2. A palavra será concedida pelo Presidente ou por outro membro da Presidência que, em substituição daquele, esteja presidindo à sessão.
3. A ordem do uso da palavra é a das respetivas inscrições.
4. As intervenções devem ser concisas e objetivas e dizer respeito apenas ao assunto em debate.
5. Durante os debates, o tempo de uso da palavra será o que for estabelecido pela Presidência, não devendo, contudo, e em princípio, exceder os 10 minutos.

6. Durante os debates, os delegados poderão solicitar “pontos de ordem” para invocar regras de procedimento.

Artigo 15º
Moções políticas sectoriais

1. Ao abrigo 45º dos Estatutos, qualquer delegado pode apresentar moções políticas sectoriais ao Congresso, as quais devem ser entregues à Comissão Organizadora do Congresso até as 18 horas do dia marcado para o início dos trabalhos, em ficheiro informático.

2. Apenas poderão ser agendadas e discutidas as moções políticas sectoriais subscritas por um mínimo de 20 delegados ao Congresso.

Artigo 16º
(Das deliberações)

Salvo disposição estatutária em contrário, as deliberações são tomadas por consenso ou, não sendo isso possível, por voto afirmativo da maioria dos delegados presentes.

Artigo 17º
(Do processo de votação)

1. A votação será, em regra, aberta e direta, salvo o disposto nos números 3 e 4 do presente artigo, ou disposição estatutária em sentido diverso.

2. A votação referida no número antecedente far-se-á por braços levantados e consistirá em perguntar, sucessivamente, quem vota a favor, contra e abstenção, registando-se, em cada caso, o número de votos expressos.

3. Far-se-ão, por escrutínio secreto, as votações para eleições dos órgãos nacionais do Partido e, bem assim, para a deliberação sobre assuntos que o plenário expressamente indicar.

4. Os órgãos e cargos dirigentes do Partido são eleitos nos termos do respetivo regulamento e pela seguinte ordem:

- a) O Conselho Nacional; e
- b) A Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização.

CAPITULO IV
Disposições Diversas

Artigo 18º
(Do uso da credencial)

1. É obrigatório o uso permanente das credenciais pelos delegados, convidados permanentes e representados dos órgãos de comunicação social.

2. A perda da credencial deverá ser comunicada logo ao secretariado do Congresso.

Artigo 19º
(Do Horário dos Trabalhos)

Cada participante deve cumprir rigorosamente o horário programado para os trabalhos do Congresso.

Artigo 20º
(Da ocupação dos lugares)

Os delegados e convidados devem ocupar os mesmos lugares na sala da Plenária.

Artigo 21º
(Da proibição de fumar)

É proibido fumar na sala da Plenária e nos de trabalhos das comissões.

Artigo 22º
(Da proibição do uso de telemóveis)

É proibida a utilização de telemóveis na sala da Plenária.

Visto e aprovado pelo Conselho Nacional, aos 05 dias do mês de abril de 2022

O Presidente da Mesa do Conselho Nacional

Ilídio Cruz

XVII CONGRESSO DO PAICV

REGULAMENTO ELEITORAL

Artigo 1º

(Disposições Gerais)

1. São eleitos pelo Congresso, pela ordem que a seguir se indica:
 - a) Os Membros do Conselho Nacional; e
 - b) Os Membros da Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização.

2. A votação para as eleições atrás referidas far-se-á por escrutínio secreto.

Artigo 2º

(Da capacidade Eleitoral passiva)

São elegíveis aos órgãos nacionais os membros que à data da eleição estejam inscritos e militem efetivamente no Partido há pelo menos seis meses e tenham as quotas em dia.

Artigo 3º

(Da eleição dos membros do Conselho Nacional)

1. A eleição dos membros que, nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 46º dos Estatutos, integrarão o Conselho Nacional, faz-se mediante listas fechadas, cada uma das quais apresentadas por um mínimo de 5% dos delegados, com a indicação do respectivo mandatário.

2. As listas para a eleição do Conselho Nacional devem indicar a Moção de Estratégia de Orientação Política Nacional que lhes estão subjacentes, nos termos do artigo 47º, n.º 1 dos Estatutos.

3. Cada militante só poderá ser proponente de uma única candidatura e candidato, na base de uma única Moção de Estratégia, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 47º dos Estatutos.

Artigo 4º

(Da eleição da Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização)

1. A Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e 5 vogais, podendo estes ser ou não membros do Congresso.

2. A eleição da CNJF faz-se mediante listas fechadas, apresentadas por um mínimo de 5% dos delegados, com a indicação do respectivo mandatário.

Artigo 5º

(Moções de Estratégia de orientação política nacional)

As moções de estratégia de orientação política nacional, subjacentes à eleição do Presidente do Partido e dos Delegados ao Congresso, são apresentadas pelos respectivos titulares, nos termos da ordem de trabalhos definida pelo Congresso.

Artigo 6º

(Apresentação das listas)

1. As listas para a candidatura aos órgãos dirigentes devem ser apresentadas à CNJF até às 18 horas do dia anterior à data marcada para a eleição. As listas devem vir acompanhadas da declaração de aceitação de candidatura subscrita pelos candidatos.
2. Cada lista deve garantir uma representação não inferior a 40% de militantes de qualquer dos sexos, salvo manifesta impossibilidade, devendo os dois primeiros lugares ser ocupados por candidatos de sexo diferente, e não podendo ser colocados mais de dois candidatos do mesmo sexo, consecutivamente, na ordenação dos restantes lugares na lista.
3. Até ao momento referido no número 1, deverão igualmente ser publicados os cadernos eleitorais dos delegados ao Congresso com capacidade eleitoral.
4. Podem constar das listas militantes que não sejam delegados, devendo o mandatário da lista fundamentar a sua inclusão bem como apresentar prova da aceitação da candidatura do não delegado.
5. Nenhum candidato pode constar em mais do que uma das listas concorrentes.

Artigo 7º

(Normas de procedimento eleitoral)

1. Na sessão consagrada ao processo eleitoral, a Presidência do Congresso será assumida pela CNJF.
2. Antes de cada ato eleitoral, o (a) Presidente da CNJF fará a chamada individual dos candidatos de cada uma das listas apresentadas. Cada candidato deverá levantar-se para ser identificado por todos os delegados ao Congresso.
3. Para a justificação das listas propostas cada mandatário poderá fazer uso da palavra até 10 minutos.

4. A ordem de intervenção dos mandatários das listas, quando houver vários, será decidida por sorteio.
5. Existirão nas instalações do Congresso, em locais adequados, uma ou várias câmaras de voto para onde os Delegados deverão dirigir-se a fim de exercer secretamente o seu direito de voto.
6. Feita a apresentação das listas propostas para cada órgão dar-se-á início à respectiva votação, devendo cada delegado votar apenas numa das listas concorrentes.
7. Terminadas as votações, os trabalhos serão suspensos por forma a que a CNJF possa proceder ao escrutínio.

Artigo 8º
(Escrutínio e Apuramento dos resultados)

1. A CNJF abrirá cada uma das urnas na presença dos mandatários das listas concorrentes, procedendo à contagem dos votos e ao correspondente registo a favor da lista votada.
2. Havendo várias listas para os órgãos colegiais, o apuramento dos mandatos será feito segundo o sistema proporcional pela média mais alta de Hondt.

Visto e aprovado em Conselho Nacional, aos 05 de abril de 2022.

O Presidente da Mesa do Conselho Nacional

Ilídio Cruz



Discurso do
Presidente do PAICV
de abertura do
XVII Congresso



1.	Introdução.....	3
2.	Objetivos do Congresso.....	5
3.	O contexto em que se realiza este Congresso.....	8
4.	A situação socioeconómica do País e as respostas do Governo	9
5.	O que o PAICV pretende fazer como alternativa	10
6.	Conclusões	13

1. Introdução

As minhas primeiras palavras são, ilustres convidados, camaradas, amigos e simpatizantes, de agradecimento, pela vossa presença neste XVII Congresso do PAICV. São também de júbilo por este ambiente de alegria, por estarmos juntos, determinados a continuar a lutar por um mundo e, em particular, um Cabo Verde onde a paz, a concórdia, a justiça, a liberdade e a democracia são bens preciosos, militantemente protegidos por todos.

Permitam-me ainda aproveitar esta oportunidade para render homenagem a todos aqueles que tiveram, sobre os seus ombros, a alta responsabilidade de liderar este grande Partido que é o PAICV.

Recuamos a Amílcar Cabral o maior inspirador da gesta libertária destas ilhas e o artífice principal dos alicerces sobre os quais se pôs de pé esta grandiosa edificação que nos viria a proporcionar um País soberano, livre e independente.

A nossa homenagem passa, da mesma forma, por Aristides Pereira e Pedro Pires, duas figuras incontáveis da fundação e da construção do Estado de Cabo Verde que, contra todos os pessimismos se afirmou como uma Nação viável, mas também exemplar na sua ousadia de gerir as dificuldades.

Igualmente, é de toda a justiça reconhecer o papel de Aristides Lima e José Maria Neves que, noutra contexto, lideraram o PAICV e deixaram nesta formação política as marcas da sua dedicação e entrega.

O Camarada Pedro Pires, infelizmente, por razões inadiáveis da sua agenda, não pode estar hoje connosco, mas endereçou-nos uma mensagem que vai ser partilhada com os delegados ao Congresso.

Identicamente, caros camaradas e amigos, saúdo a camarada Janira Hopffer Almada que dirigiu o nosso Partido de 2016 a 2021, um dos períodos mais complexos e difíceis que o país atravessou desde a independência e cuja honrosa presença constitui um enorme encorajamento no sentido de concluirmos com êxito os nossos trabalhos.

Ademais, consintam-me enaltecer o papel dos jovens da JPAI que acabam de realizar o seu Congresso e, por meio deles, enviar uma saudação muito especial a todos os jovens cabo-verdianos que aspiram e merecem um mundo melhor do que este em que vivemos. Não posso deixar de encorajar e desafiar a Juventude do PAICV a uma militância arrojada e desafiadora do conformismo, empenhada no esforço de contínua modernização do sistema político cabo-verdiano, a começar pela nossa organização partidária, ajustando-os aos desafios de um tempo complexo, incerto, mas igualmente portador de grandes oportunidades.

Quero endereçar uma saudação muito especial às mulheres cabo-verdianas por intermédio das 185 (46,02%) delegadas a este Congresso e da direção da Federação das Mulheres do PAI (FMPAI), alicerces firmes da nossa Nação que, ao longo da nossa

História, têm demonstrado estar entre os atores mais decididos a construir um país mais generoso, mais solidário e mais justo.

Saudamos os delegados da Diáspora, dignos representantes da Nação Global pela qual o PAICV nutre um afeto especial, desde o tempo da luta de libertação nacional, e passando por todos os momentos bons e menos bons da vida nacional.

Se há uma coisa da qual não podemos ter dúvidas é de que as nossas comunidades amam a sua Terra Natal e têm sido generosas e sempre presentes. Queremos, por vosso intermédio, expressar a nossa profunda gratidão pela contribuição dada ao desenvolvimento nacional e pela preferência clara dada ao PAICV nos diversos embates eleitorais.

Cumprimentamos os Representantes dos outros Partidos Nacionais, cuja presença muito valorizamos e agradecemos. Ao mesmo tempo, aproveitamos esta oportunidade para lançar um apelo a todos os atores políticos nacionais, no sentido de, enquanto responsáveis, líderes e dirigentes partidários, pautarmos o nosso desempenho e a nossa forma de fazer política tendo em vista a sua elevação, de acordo com os mais nobres princípios de serviço e de entrega à causa pública e à construção do bem-comum, para que sejamos referências que inspiram e motivam os mais jovens.

A classe política em Cabo Verde tem obrigação de resgatar a confiança da sociedade na política e nos sistemas políticos e deve estar sempre alinhada com a busca do bem-comum. Para isso, o PAICV reafirma a sua disponibilidade para privilegiar o esgrimir de argumentos, num debate pautado por padrões de urbanidade e de tolerância, com vista a encontrar as melhores soluções para os problemas do país e a transmitir, junto dos cidadãos, uma imagem mais positiva das instituições democráticas.

Saudamos os convidados estrangeiros e Partidos amigos e reafirmamos a vontade do PAICV em estreitar relações com os Partidos e Organizações Internacionais, particularmente com aqueles que conosco compartilham valores de humanismo, democracia, solidariedade e justiça social.

Congratulamo-nos com a presença dos representantes do corpo diplomático, as senhoras e senhores representantes de instituições públicas e de instituições religiosas, das organizações socioprofissionais, as amigas e amigos de sempre do PAICV.

Homenageamos os Combatentes da Liberdade da Pátria e agradecemos mais uma vez a contribuição inestimável para a conquista da liberdade e independência de Cabo Verde e pelo património de valores deixado a Cabo Verde e ao PAICV.

Enfim, cumprimentamos os delegados e expressamos a confiança de que todos irão contribuir para que este Congresso seja mais uma oportunidade para a construção de soluções que concorram para a modernização contínua da nossa organização, colocando-a, cada vez mais, à altura dos desafios da sociedade e do País. Transformemos, pois, este Congresso num momento de intenso debate, de fortalecimento da unidade na diferença, de solidariedade, de amizade e de coesão do Partido

2. Objetivos do Congresso

Num sistema democrático como o nosso, o Congresso de um partido político constitui sempre um momento importante da vida política nacional, pois é suposto que, para além de se ocupar da melhoria dos aspetos organizativos internos, também traga para o debate público, questões candentes que preocupam os cidadãos.

O lema '**Juntos por Cabo Verde**' sugere que a principal preocupação do PAICV, quer na dimensão interna, quer na dimensão externa, é a de se preparar e gizar a melhor forma de se colocar ao serviço do país, razão última da sua existência.

Devemos ter a humildade e a coragem de, perante os militantes, reconhecer que, infelizmente, o nosso partido, carece de sedimentar as bases da união e da coesão para vencer os desafios dos novos tempos e da evolução da sociedade.

Sempre que conseguimos mobilizar todas as nossas forças e todas as nossas capacidades, temos sido coroados com vitórias expressivas e reconfortantes.

Foi assim de em 2001, foi assim em 2006 e foi assim em 2011. O exemplo mais recente foi o das eleições presidenciais onde se voltou a provar que quando nos mobilizamos todos em torno de uma causa, somos capazes de tudo.

Assim, inspirados pelo exemplo da unidade verificada aquando das últimas eleições presidenciais, bem assim pela nossa gloriosa história de partido da Independência, estamos certos de que, com o apoio e a generosidade de todos os militantes e amigos, seremos capazes de ultrapassar todas as barreiras e dificuldades e encontrar as melhores vias para fortalecermos o Partido e reconquistarmos a confiança da sociedade.

Este Congresso deve ser uma rampa para a consolidação das bases do reforço da coesão e da unidade; o aprofundamento da democracia interna e da crescente valorização do papel do militante; a melhoria da imagem do partido, de modo a reconquistarmos a confiança da sociedade e continuarmos a trabalhar todos os dias, com todo o nosso saber e energia, para servir Cabo Verde, hoje na Oposição, amanhã no Governo e na maioria dos Municípios, em função da nossa capacidade de mobilizar a vontade dos cabo-verdianos.

Para reforçar a perceção da utilidade do nosso Partido junto dos cabo-verdianos, é imperioso que o PAICV cultive os princípios da camaradagem, da coesão e da unidade internas, do respeito e do cumprimento das decisões democraticamente adotadas pela maioria; crie espaços de diálogo entre os militantes e promova a articulação entre as estruturas; forje os consensos, priorize a defesa dos interesses da coletividade, sem, no entanto, ignorar as preocupações individuais de cada um dos seus membros; estimule os militantes a cerrarem fileiras na defesa da organização e na construção de uma imagem positiva do partido junto da sociedade.

Vencer o desafio da coesão e da união, e cerrar fileiras para a revalorização permanente deste grande capital e património nacional que é o PAICV e torná-lo cada vez maior, estão entre os grandes objetivos do XVII Congresso do PAICV.

Um outro objetivo do nosso Congresso é definir que Partido queremos, tendo em conta o nosso percurso, as responsabilidades perante o país e o património político que somos, assim como a nossa evolução recente, com os ganhos e insucessos, e os desafios e crises constrangedoras desta década de 20 do século XXI.

Sim! Inspirados no nosso rico património histórico, somos obrigados a questionar de forma permanente que partido queremos ou de que partido precisamos para o futuro, de modo a continuarmos a ser, cada vez mais, uma força propulsora do processo de desenvolvimento de Cabo Verde.

Seguramente, ambicionamos um partido presente e organizado em todo o território nacional e nas principais comunidades da diáspora, funcionando em consonância com os seus princípios e estatutos, em que imperam a liberdade e a responsabilidade dos militantes; um partido que seja uma escola de democracia e de participação, em que cada membro é livre de expor e defender as suas ideias; um espaço de debate e formulação de políticas, em permanente interação com a sociedade; uma instituição de formação política e cívica; e um instrumento de transformação de Cabo Verde, ao serviço da sociedade. Precisamos, cada vez mais, de um Partido de militantes em que se pratica a democracia interna e onde a participação ativa dos militantes é um direito e um dever de todos.

Almejamos um partido moderno, ágil, pragmático, interventivo, com capacidade para compreender a realidade e propor soluções suscetíveis de provocar a transformação desta. Um partido cuja postura, o empenhamento e a qualidade das suas propostas sejam capazes de infundir confiança na sociedade e suscitar o apoio da maioria dos eleitores às suas políticas, sufragando-as nas urnas.

Perseguimos um Partido aberto, sensível aos problemas das pessoas, voltado para a participação e focado na dinâmica da sociedade civil.

Um congresso do PAICV é sempre esperado pela sociedade com expectativas e a esperança de que, mais uma vez, faça uma leitura correta do seu estado organizativo, por um lado, e da realidade sociopolítica do país, por outro, e apresente propostas modernas e ousadas, sintonizadas com o pulsar da sociedade, capazes de reforçar a capacidade de intervenção do partido e que possam ter impacto positivo na melhoria das condições de vida das pessoas.

Pretendemos um Partido que propugna o contínuo aprofundamento e qualificação da democracia, proporcionando aos cidadãos novas formas de participação política que lhes permita maior envolvimento nos assuntos de governação e melhor controlo dos órgãos do poder

Intentamos um Partido renovado, federador, moderno, inovador no plano das ideias e propostas, com capacidade de colocar sobre a mesa propostas alternativas de governação, e um Partido que valoriza a história e o percurso grandioso do nosso povo.

O PAICV tem a responsabilidade de se constituir, aos olhos dos cidadãos, em uma alternativa credível para os próximos embates eleitorais autárquicos e legislativos, fazendo jus à sua condição de partido mais antigo, tradicionalmente o mais bem organizado e o partido nacional com mais membros, aquele a quem, normalmente, a sociedade recorre em momentos difíceis para o país. Para tal, tem a obrigação de conseguir elaborar propostas alternativas viáveis, que deem confiança aos cidadãos e

os mobilizem para juntos, ultrapassarmos as dificuldades e atingirmos novos patamares no processo de desenvolvimento.

A centralidade conferida aos cidadãos, com vista à plena realização dos seus direitos, liberdades e garantias, assim como a criação de condições tendentes ao aprofundamento e à qualificação da democracia constituem outros eixos essenciais do conjunto das principais causas defendidas e priorizadas pelo PAICV.

Por isso, reafirmar de forma clara os princípios e valores de partido de esquerda democrática que promove e defende os ideais e os valores da Independência, que adota a unidade nacional, a liberdade, a igualdade, a justiça social, a solidariedade e os valores que colocam o homem no centro das suas preocupações, serão outros grandes objetivos deste Congresso.

O PAICV é um partido de CAUSAS que reafirma e atualiza os princípios e convicções que lhe servem de suporte e o guiam para a ação, enquanto partido de Esquerda Democrática, filiado na Internacional Socialista.

O PAICV reconhece protege a propriedade privada, estimula o setor privado, enquanto principal criador de emprego e de riqueza; valoriza o mercado e a sua regulação pelo estado; reconhece e protege as associações sindicais, assim como outras instituições de cariz social; favorece e estimula o exercício da cidadania; reconhece o sufrágio universal como o único mecanismo aceitável e legitimador de acesso ao poder, em eleições competitivas, livres e democráticas.

O PAICV também sustenta e impulsiona, a paz, a amizade e a concórdia entre os povos, assim como a resolução dos conflitos por meios pacíficos, à luz do direito internacional e das recomendações das Nações Unidas. Elege a defesa do ambiente como condição *sine quo non* para a sobrevivência da humanidade, em especial dos pequenos estados insulares, submetidos à pressão das consequências do aquecimento global, da elevação do nível do mar e do esgotamento dos recursos naturais.

A modernização da sociedade, a luta pela igualdade de género e contra a violência doméstica e sexual, particularmente em relação a crianças e menores, a proteção das crianças e dos adolescentes constituem outras tantas causas que o PAICV acarinha e continua a estimular com afinco.

Preparar o PAICV para os próximos desafios fundamentais do país no próximo futuro, reafirmar o PAICV como um instrumento útil e incontornável nestes tempos de grandes dificuldades, mobilizar e ganhar o apoio do povo cabo-verdiano para voltar a ser poder a nível nacional nos próximos embates eleitorais constituirão outros objetivos cardinais do nosso Congresso

Tendo em conta o momento particularmente complexo que o mundo atravessa, neste início dos anos 20 do novo século, este XVII Congresso ganha especial relevo, aumentando as nossas responsabilidades quanto à qualidade e a pertinência das soluções que apresentaremos para melhorar o desempenho do partido e elevar a qualidade de vida dos nossos cidadãos. Para tal, a nossa ação deve visar melhorar e fortalecer a organização, manter os militantes motivados e combativos, conquistar a confiança dos cidadãos e constituir-se numa alternativa de governação,

Para cumprirmos esta missão, o PAICV colocará a maior ênfase na “reengenharia” da sua matriz ideológica de partido de causas nobres, comprometido com a defesa das

camadas menos favorecidas, dos interesses de Cabo Verde e a promoção do desenvolvimento harmonioso do país.

Por outro lado, não se pode ignorar a ainda relativa fragilidade das organizações da sociedade civil, o que limita a sua capacidade de intervenção e de participação, enquanto associações autónomas e independentes, e nem a omnipresença e a onnipotência do Estado, em praticamente todos os secos e níveis da sociedade, condicionando e muito a participação cívica.

O PAICV propugna e vai bater-se por uma sociedade civil mais liberta das amarras e da dependência do Estado (central e municipal) e pela institucionalização de mecanismos de participação complementares (democracia participativa) às formas de democracia representativa, conferindo aos cidadãos a possibilidade de intervenção direta na gestão dos assuntos públicos e no controlo dos órgãos do poder, o que se traduzirá no aprofundamento e na qualificação da democracia.

3. O contexto em que se realiza este Congresso.

O nosso Congresso está a decorrer, num contexto particularmente desafiante, nos planos interno, nacional e externo.

Acontece na esteira de uma sucessão de atos eleitorais, fortemente condicionados pela situação social do país, que vem sofrendo os efeitos de uma seca prolongada e da pandemia do Covid-19 que testaram a nossa capacidade de intervenção na sociedade. Os resultados dessas eleições convidam-nos a prosseguir a reflexão necessária sobre os nossos métodos de trabalho político, a eficácia da nossa comunicação com a sociedade, a adequação da nossa mensagem às expectativas dos eleitores cabo-verdianos, num exercício de autocrítica e de superação permanentes, indissociáveis de um Partido com a elevada responsabilidade histórica que tem o PAICV.

É neste cenário que tem decorrido a intensa atividade da organização do Partido, desde logo para se ajustar às consequências dos resultados eleitorais, inicialmente promissores com as várias vitórias conseguidas a nível autárquico – destacando-se, entre elas, a conquista da capital do país – mas seguidos de desfechos pouco satisfatórios nas decisivas eleições legislativas. Tal não impediu, contudo, que o candidato apoiado pelo PAICV saísse vencedor, logo na primeira volta das presidenciais, uma resposta surpreendente, particularmente se se tiver em consideração a dimensão e a diversidade dos recursos que foram colocados à disposição da candidatura adversária. Esta vitória deu origem a um quadro institucional que assegura uma repartição mais equilibrada do poder entre os principais órgãos da cúpula do Estado.

Na sequência dos atos eleitorais, vêm sendo realizados a renovação dos mandatos dos órgãos regionais do Partido, assim como a eleição do Presidente do Partido. Factos esses que têm movimentado todas as estruturas e os militantes, dando origem a discussões e reflexões enriquecedoras, visando melhorar o desempenho global e local da organização partidária, em preparação do presente Congresso. Neste evento, completar-se-á o ciclo de renovação com a eleição dos órgãos nacionais, etapa fundamental para reforçar a união do PAICV e a coesão da ação prática dos seus

membros, condição necessária para garantir o posicionamento do PAICV no tabuleiro político nacional.

Enquanto está a decorrer o nosso Congresso, o mundo enfrenta uma perigosa situação de guerra com potencial para se transformar no detonador de um confronto mundial de proporções e consequências inimagináveis. Os seus efeitos já se fazem sentir, globalmente, provocando aumentos vertiginosos de preços que atijam a inflação e acarretam a deterioração das condições de vida, particularmente das camadas mais desprotegidas da população.

Este conflito desenrola-se sob o pano de fundo do agravamento das relações internacionais provocado pelos interesses económicos e estratégicos das grandes potências e as disputas cada vez mais acirradas em torno da afirmação e defesa das respetivas zonas de influência.

O PAICV sempre propugnou pelo não-alinhamento ativo, no âmbito de uma política externa coerente com os princípios consagrados na Carta das Nações Unidas e respeitadora da legalidade internacional, rejeitando a utilização ou a ameaça de utilização da força para a resolução de diferendos entre Estados, apoiando a via do diálogo e o recurso a todos os meios pacíficos para a resolução dos ditos diferendos.

A situação existente exige que os principais atores no conflito encontrem o mais urgentemente possível um quadro de entendimento que ponha fim à violência, à destruição e ao sofrimento injustificado dos cidadãos, sendo imperativo que por parte dos não-beligerantes estatais ou não, haja o empenho sincero em ajudar a restabelecer a paz, sem esperar tirar dividendos políticos da tragédia que se desenrola sob os olhos do mundo inteiro.

Impõe-se incrementar a cultura da paz, uma cultura que respeite os direitos das nações e dos povos e desencoraje atos de agressão contra países terceiros, semelhantes ao que agora assistimos com grande exposição mediática, mas que têm vindo a decorrer com os mesmos efeitos e quase no anonimato mediático, ao longo dos anos em outras partes do mundo, nomeadamente em África.

O PAICV considera que em tempos emergenciais como este, todas as forças políticas e sociais devem procurar construir amplos consensos para enfrentar os desafios que se colocam. Numa perspetiva de agravamento da atual situação, estaremos preparados para, em cooperação com outros atores políticos, trabalhar para encontrar as vias suscetíveis de reduzir os impactos negativos da crise e a sua duração sobre o bem-estar das famílias e a vida das pessoas.

4. A situação socioeconómica do País e as respostas do Governo

O Banco Mundial observou, num relatório publicado em 2019, que “entre 2001 e 2015, Cabo Verde foi o campeão mundial da redução da pobreza”. Durante esse período de governação do PAICV, o número de pobres absolutos foi reduzido em mais de 67%. O Banco concluiu que isto se devia a instituições fortes, estabilidade política e economia aberta. Foi o resultado de políticas públicas que colocaram a redução da pobreza no

centro da gestão do desenvolvimento, investindo nas pessoas e assegurando o reforço da capacidade de todos para participar na economia.

Hoje, Cabo Verde encontra-se numa encruzilhada e, apesar das realizações das últimas 5 décadas, o futuro é altamente incerto. Os desafios que a nossa nação enfrenta são numerosos e conhecidos de todos. Alguns são devidos ao contexto internacional sobre o qual temos pouco ou nenhum controlo, mas muitos outros são o resultado de ações e inações e, sobretudo das más políticas e graves omissões e falhas do governo em exercício.

A pandemia, que impactou Cabo Verde quatro anos após as eleições de 2016, vem constituído uma desculpa para o governo encobrir o fracasso da sua política económica e justificar o incumprimento das promessas eleitorais. Da ação inadequada e inação do governo, têm resultado a perda do poder de compra da uma parte significativa da população, a degradação do sistema da justiça, o aumento da insegurança dos cidadãos, o agravamento do endividamento do país para níveis cada vez menos sustentáveis e a degradação da qualidade da democracia.

Tudo isso explica-se pelo fato de o Partido no poder, desde 2016, ter considerado a alternância democrática como se tivesse conquistado o poder através de uma revolução, ignorando e desvalorizando todo o trabalho do seu antecessor, indo ao cúmulo de lançar projetos importantes para o lixo, quando não adotou medidas incriminatórias e persecutórias em relação a quem lhe passou o poder, no quadro da normalidade democrática. Salvo melhor opinião, são manifestações nefastas de uma democracia de baixa qualidade, a que urge pôr termo, por não fazerem jus ao padrão de comportamento dos cabo-verdianos durante as campanhas eleitorais e nem à relativamente boa classificação do país nas avaliações internacionais alusivas à democracia, liberdade e transparência.

A nossa experiência política mostra-nos que, apesar dos ganhos conseguidos ao longo dos anos, o nível de confiança entre as forças políticas é baixo, sendo a prova o modo como os debates se processam, não raras vezes, no Parlamento e nas Assembleias Municipais, com elevado grau de intolerância e de agressão verbal, sendo, amiúde, a principal preocupação dos interlocutores não a troca de argumentos fundamentados sobre a matéria em discussão, mas silenciar, quando não destruir, o adversário.

5. O que o PAICV pretende fazer como alternativa

Conscientes da situação de emergência nacional e dos desafios que temos de enfrentar, o que a Nação espera da classe política e das instituições do Estado é que busquem, em concertação e diálogo contraditório democrático constante, soluções e saídas pragmáticas e efetivas para os problemas que os cidadãos e as empresas enfrentam aqui e agora.

Hoje na oposição, estamos a trabalhar com afinco e responsabilidade para honrar e dignificar a democracia nesta Terra e demonstrar que os compromissos com os eleitores são para serem respeitados.

Amanhã, seguramente com novas responsabilidades, estaremos cá também para liderarmos o processo de transformação política, económica e social sempre com os

olhos postos nos supremos interesses de Cabo Verde. Este Cabo Verde inclusivo, focado na construção de um futuro de bem-estar para todos sem exclusão das pessoas em função das suas convicções ou preferências políticas, religiosas e outras.

Como tal, defendemos uma nova estratégia de desenvolvimento e uma nova abordagem para a transformação de Cabo Verde. É tempo de uma nova agenda que se baseie na inovação e na criatividade. Por isso, investiremos na construção do sistema de inovação da nossa nação, desenvolvendo e capacitando as instituições necessárias para ajudarem a impulsionar a inovação e a criatividade em tudo o que fazemos como nação.

Outro aspeto chave da nossa estratégia é que todos terão a oportunidade de se envolver, participar e contribuir. Quando se trata de ideias e de reunir as pessoas para conseguir fazer as coisas, não haverá preferências baseadas na pertença partidária. Devemos selecionar as pessoas com base no mérito. Vamos promover e facilitar o envolvimento de todos na produção de ideias e mobilizar todos para fazerem parte da realização da mudança de que necessitamos como nação.

Na construção do novo Cabo Verde, o PAICV pugnará pela criação de condições para que as instituições de controlo democrático, como os tribunais, as agências de regulação, assim como a comunicação social, não obstante o percurso positivo já feito e reconhecido por todos, se robusteçam e deem um salto qualitativo no desempenho das suas importantíssimas funções, contribuindo para o aumento da confiança dos cidadãos no sistema.

Logo, a batalha pelo aprofundamento da democracia, desenvolvendo a sua componente participativa é um desafio de capital importância para o PAICV. É fundamental que esta questão constitua uma preocupação central dos partidos políticos nacionais, dos cidadãos e das instituições do Estado, já que o nosso futuro dependerá, em grande medida, da assertividade ou não da resposta que for dada.

Para além da nossa ênfase na inovação, criatividade, coesão e garantia de que todos possam participar no projeto de transformação da nação, a nossa estratégia também incluirá, seis eixos fundamentais:

Em primeiro lugar, **investir nas pessoas**: as crises desencadeadas pela Covid 19 estão a demonstrar que um crescimento económico sustentável que gere desenvolvimento exige políticas integradas e coerentes de empoderamento das pessoas para participar na economia e apoiar aqueles que mais precisam.

Fizemos progressos significativos no início do período pós-independência e no início deste século, porque o investimento nas pessoas foi a nossa prioridade. Devemos reorientar e procurar novas formas de investir no desenvolvimento do capital humano e colocar a ênfase na formação das pessoas e na saúde.

Temos de realinhar o nosso sistema educativo com novas abordagens educativas, bem como adotar novas formas de assegurar o acesso à formação técnica, ao desenvolvimento de competências e o acesso aos cuidados de saúde e à informação para a saúde. Isto exigirá que repensemos e renovemos a qualidade do nosso sistema educacional desde o pré-escolar até à universidade e melhoraremos o nosso sistema de saúde pública. Temos de capacitar as nossas instituições para se concentrarem em normas da educação de qualidade e formações que sejam relevantes para os mercados de hoje e do futuro.

Em segundo lugar, **a reforma do Estado**: temos de reduzir a "gordura" e as despesas desnecessárias, desde os carros de elite ao número de acompanhantes de viagem e a macrocefalia das estruturas do Estado e do Governo. Temos de nos concentrar naquilo que realmente importa, ou seja, a construção de um Estado altamente eficaz e de elevado desempenho. Assim, a reforma do Estado, seja a nível nacional, seja a nível regional e das ilhas, está no topo da nossa agenda para assegurar que o Estado esteja próximo das pessoas e das empresas, que seja capaz de prestar serviços a qualquer pessoa, em qualquer lugar e em qualquer altura. Faremos uma aposta na desmaterialização do Estado, o que inclui trabalhar para construir um ambiente favorável aos negócios e ao investimento, facilitando o crescimento das empresas locais e atraindo investimentos privados, quer de estrangeiros, quer da nossa diáspora.

O PAICV ainda sustenta e propõe a institucionalização da meritocracia no acesso aos cargos da administração pública, como forma de premiar os melhores e os mais esforçados e de elevar o patamar do desempenho das instituições, reduzindo os desperdícios e combatendo o amiguismo, o protecionismo, o nepotismo e outros mecanismos de acesso que ignorem o mérito e que tantos prejuízos causam ao país. O PAICV está disponível para viabilizar a aprovação e a implementação de uma lei que responda a tais preocupações, moralizando a Administração Pública e melhorando a qualidade do serviço disponibilizado aos cidadãos.

Em terceiro lugar, a **diversificação económica**: embora tenhamos de continuar a investir e a fazer crescer o setor do turismo, aproveitando as infraestruturas já existentes e as potencialidades turísticas de todas as ilhas, temos também de desenvolver novos motores de crescimento económico, com ênfase na construção de uma economia moderna de serviços e da economia verde baseada na nossa vantagem estratégica, a nossa localização geográfica, e na qualidade dos nossos recursos humanos. Daremos ênfase à economia do conhecimento, nomeadamente, do desenvolvimento científico e a economia digital. Este é um setor onde temos um grande potencial, dada a nossa população jovem, e o investimento já realizado na construção das infraestruturas para as tecnologias de informação e comunicação (TIC) que permitiu à Cabo Verde estar, até 2016, entre os primeiros em África na governação eletrónica. Os aspetos chave da nossa estratégia incluirão a construção de um sistema multifacetado de apoio aos criadores de riqueza e a atribuição de recursos a setores da economia que sejam mais dinâmicos, produtivos e com maior potencial.

Em quarto lugar, **uma agricultura inovadora**: uma parte importante da nossa população continua a depender da agricultura. Embora o último governo liderado pelo PAICV tenha reduzido a precariedade do setor com a intensificação da irrigação gota-a-gota e a construção de barragens em vários pontos do território nacional, a realidade atual é que este progresso estagnou. Temos de continuar a captar água, mas dadas as alterações climáticas e os impactos, temos agora de colocar ênfase na adoção de novos métodos de agricultura que dependam menos da água e da terra e introduzir novos métodos de serviços de extensão para apoiar os nossos agricultores. Iremos assim, transformar as áreas rurais em centros vibrantes de atividades agroindustriais.

Quinto, **tornar o país acessível**: a natureza do nosso país faz do transporte um desafio crítico e estrutural a ser enfrentado com prioridade e inteligência. Infelizmente, o governo em exercício piorou a situação. Em vez de resolver os problemas dos setores de transporte aéreo e marítimo, o que fez foi criar mais e mais profundos problemas neste

setor. O custo dos transportes de bens e pessoas aumentou substancialmente, enquanto a qualidade e a frequência dos serviços diminuíram. O setor tem sido sempre um desafio, mas existem soluções. Por isso, iremos assegurar a concorrência, abrir e regular os mercados, servir de facilitador e ajudar a organizar os operadores nacionais para competirem no mercado. No domínio da aviação, iremos explorar a formação de acordos de parceria com companhias aéreas regionais, bem como a reestruturação da transportadora nacional. Isto incluirá, em primeiro lugar, assegurar que temos as pessoas mais competentes a gerir as instituições desde a transportadora, passando pelas agências de regulação até as entidades de formulação de políticas. Mobilizaremos o financiamento necessário para a implementação das nossas estratégias.

Sexto, **continuar a reforçar a nação Global**: o PAICV também defende a adoção de políticas que mantenham as nossas comunidades emigradas informadas sobre a situação do país; estimulem a sua participação política, reduzindo os elevados índices de abstenção; facilitem o seu acesso aos serviços públicos nacionais; e melhorem os seus níveis de satisfação, particularmente no que concerne ao sucesso dos seus investimentos.

6. Conclusões

As lições da nossa história é que "somos um povo ganhador"; uma nação pequena com um grande coração. Não há desafios que não possamos vencer, se mobilizarmos todas as energias nacionais. Temos de superar os desafios existentes e emergentes, e concentrar todas as nossas energias e capacidades na tarefa de construir a nação que as nossas mães e pais fundadores sonharam: **um povo livre, com dignidade; uma nação liberta da pobreza; e onde as oportunidades de autossuperação estejam disponíveis para todos.**

Fazer da nossa visão para o futuro uma realidade exigirá uma reforma do Estado e uma reengenharia da forma como governamos. Implicará criar um ambiente favorável à criação de mais riqueza, colocando ênfase na inovação, bem como na adoção de políticas e abordagens inteligentes e criativas do desenvolvimento. É importante que nos tornemos mais audaciosos e que almejemos estar sempre entre os melhores e desencorajaremos a mediocridade. Para tal, devemos estabelecer cuidadosamente prioridades nacionais para assegurar que tudo o que fazemos como nação faça parte de uma estratégia que nos conduza ao futuro almejado por todos. A nossa visão abraça o Estado como parceiro, facilitador e promotor, abrindo oportunidades e investindo em indivíduos e empresas para que sejam capazes de ter sucesso.

Associada ainda à questão da democracia e da participação, ao mesmo tempo que promove o diálogo interno e procura construir amplos consensos no seio da organização, recuperando o capital de confiança entre os militantes, o PAICV também defende, para a sociedade, a imperiosa necessidade de as forças políticas considerarem uma prioridade a construção de largos consensos, em torno dos principais desafios que se colocam ao país, quais sejam, a título de exemplo: a segurança interna e externa, a

política externa, a segurança alimentar e a luta contra a fome, a política de educação e saúde, sem as quais se torna muito difícil atingir o futuro perspectivado por todos.

Precisamos investir no surgimento e no desenvolvimento de lideranças no PAICV. Formar gerações e quadros para se tornarem nos líderes do futuro. Necessitamos, portanto, implementar processos e programas para a formação de lideranças; identificar jovens com qualidades de liderança para lhes fornecer o apoio necessário e oportunidades de aprendizagem.

Temos que, também, reformar o nosso Partido para que possamos estar prontos para conduzir a mudança necessária no sentido de criar o futuro desejado para todos. Temos de ser a equipa que revigora o PAICV, para que juntos possamos enfrentar os desafios do futuro. Nesta perspetiva, o PAICV deve ajudar a aprofundar a democracia em Cabo Verde, fomentando a competição de ideias dentro e fora do Partido, assim como encorajar o debate e o diálogo.

Para finalizar, permitam-me lembrar que no próximo ano será assinalado o 50º. Aniversário do assassinato de Amílcar Cabral e que, em 2024, decorrerão as comemorações do centenário do seu nascimento. Apelo a todos que se orgulham de pertencer à Pátria conquistada graças ao génio inigualável de Amílcar Cabral, a contribuírem para honrar a sua memória.

VIVA O PAICV!

VIVA CABO VERDE!

Praia 8 de Abril de 2022



Relatório do Conselho Nacional

Praia, Abril de 2022



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
------------------	---

CAPÍTULO I

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

1. Organização	6
1.1 Órgãos do PAICV	6
1.2 Base de Dados	7
1.3 Funcionamento	11

CAPÍTULO II

FUNCIONAMENTO DOS PELOUROS

1. Assuntos Autárquicos	12
2. Ligação do poder autárquico com as estruturas do Partido	15
3. Comunicação e Marketing	15
4. Formação	16
5. Relações Institucionais e Mobilização Social	16

CAPÍTULO III

ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PATRIMÓNIO

1. Administração	19
2. Finanças	19
3. Património	20
4. Orçamento	21

CAPÍTULO IV

RELAÇÕES COM AS EMPRESAS E O SECTOR PRIVADO

As Relações Externas e Diáspora	22
---------------------------------------	----

CAPÍTULO V

ORGANIZAÇÕES SATÉLITES

1. Federação Nacional de Mulheres do PAICV (FNM-PAI)	24
2. Juventude do PAICV (JPAI)	30
3. Associação dos Autarcas do PAICV	32

CAPÍTULO VI
PAICV E O DESEMPENHO ELEITORAL

1. Eleições Autárquicas de Outubro de 2020.....	33
2. Eleições Legislativas de 2021	33
3. Eleições Presidenciais de 2021	34
4. PAICV e o exercício da Oposição Democrática.....	34
Conclusões e Recomendações.....	35

INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto na alínea d), do art. 39º, dos Estatutos do PAICV, submete-se ao XVI Congresso, para apreciação e aprovação, o Relatório de Atividades do Conselho Nacional, referente ao período de Fevereiro de 2020 a Dezembro de 2021.

O presente relatório, sintetiza as principais atividades desenvolvidas, durante o mandato abrangendo o estado de organização e funcionamento das Estruturas do Partido, a diferentes níveis, a Federação das Mulheres e JPAI.

Destaca-se a vida interna e o funcionamento do Partido fortemente condicionada pela Pandemia. Ainda assim, a avaliação é positiva, uma vez que foi possível apoiar as estruturas na sua renovação e reorganização, embora permaneçam desafios a vencer.

Grande parte das estruturas intermédias renovaram os seus mandatos, nos termos estatutários, sendo já notórios os esforços de renovação a nível das bases.

A organização e o funcionamento das estruturas afiguram-se como cruciais para a vida do Partido, pois só assim se ampliam e vitalizam os espaços de participação dos militantes.

O PAICV tem vivido momentos importantes, sendo de assinalar um elevado nível de exercício de democracia interna, sendo de assinalar as eleições diretas do Presidente do Partido, por três vezes num espaço de tempo relativamente curto, e as eleições ao nível das Comissões Políticas Regionais que, diga-se de passagem, vem respeitando os mandatos que lhes são conferidos pelo Estatuto;

Marcaram, igualmente, a vida interna do Partido, a realização do XVI Congresso, que teve lugar de 31 de Janeiro a 2 de Fevereiro de 2020 que traçou um conjunto de orientações para a participação do partido nos pleitos eleitorais autárquicos de 2020, legislativas e Presidenciais de 2021.

O PAICV melhorou a sua prestação eleitoral autárquica passando de 2 para 8 Câmaras Municipais e nas Legislativas aumentou de 29 para 30 o número de Deputados no Parlamento. Nas presidenciais, o candidato apoiado pelo PAICV saiu vencedor à primeira volta, o que confirma a melhoria contínua do desempenho eleitoral do Partido.

De assinalar também a demissão da Presidente do Partido na sequência do resultado das eleições legislativas de 2021, dando lugar à marcação de eleições internas antecipadas e a realização deste congresso. A eleição direta do novo Presidente do Partido, ocorreu a 19 de Dezembro de 2021.

Este magno evento será o momento importante para a nova e desafiante largada, com a legitimação dos demais órgãos dirigentes do Partido, nomeadamente o Conselho Nacional (CN) e a Conselho Nacional de Jurisdição e Fiscalização (CNJF). Por sua vez, do CN, se elegerão a Comissão Política, a Comissão Permanente e o Secretariado-Geral e respetivo Secretário-geral.

Finalmente, este Congresso terá a responsabilidade de traçar diretivas para a batalha eleitoral autárquica de 2024 e a luta para a imprescindível vitória eleitoral nas Legislativas de 2026.

CAPÍTULO I

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

1. Organização

1.1 Órgãos do PAICV

O Estatuto define como órgãos do PAICV a nível nacional:

O Presidente;

O Conselho Nacional,

A Comissão Política Nacional e a Comissão Permanente;

O Secretariado-Geral que é o órgão responsável pela implementação das decisões e das orientações emitidas pelos demais órgãos superiores, tendo à frente um Secretário-Geral com tarefas de coordenação.

Como órgão executivo, por excelência, está estruturado em Pelouros que se ocuparam das seguintes áreas no mandato que ora finda:

- a) Assuntos Autárquicos – Américo Nascimento
- b) Organização e Funcionamento – Carlos Rodrigues
- c) Comunicação e Marketing – Jorge Garcia
- d) Relações Externas e diáspora – Francisco Pereira
- e) Formação – Neima Monteiro
- f) Relações Institucionais e Mobilização Social – Paula Moeda
- g) Administração, Finanças e Património – Pedro Brito
- h) Planeamento, Estudos e Base de Dados – Paulo Soares
- i) Estatísticas Económicas e Sociais – Samilo Moreira (Pedi demissão em Janeiro de 2022)
- j) Relações com as Empresas e o Sector Privado – Telma Veiga

Fazem ainda parte do Secretariado-Geral, os Presidentes da Federação das Mulheres do PAICV e da Juventude do PAICV

O Partido dispõe ainda de um Conselho de Administração, que tem como funções, auxiliar o Secretariado-Geral na gestão do património do Partido e integra três elementos, nomeados, pela Comissão Política Nacional sob proposta do Secretário Geral, tendo como Presidente o Dr. Fernando Moeda.

1.2 Base de Dados

Um atenção especial foi dispensada á problemática da base de dados que exigiu algum investimento na elaboração de uma **Plataforma de Gestão da Base** de dados (sgip.paicv.cv) que, doravante, possibilita o acesso por parte dos Presidentes das Comissões Politicas Regionais e dos primeiros secretários dos sectores, os quais passam a introduzir dados e fazer as alterações, nomeadamente: a inscrição de novos sócios; a identificação dos falecidos e dos que mudaram de residência ou pediram a sua desvinculação do Partido, sujeitos à validação a nível superior.

A Plataforma precisa de ser completada com o preenchimento de todos os campos de informação, nomeadamente dados pessoais de alguns militantes, como por exemplo o local de residência. Para preencher esta lacuna foram já realizadas ações de formação a todos os primeiros secretários dos sectores passam a gerir os ficheiros correspondentes aos seus sectores.

Completado o processo, muitas micro informações passarão a ser extraídas e que serão muito uteis para o desenvolvimento da ação partidária. Passaremos a poder cruzar as informações com os cadernos eleitorais nacionais, os resultados das eleições autárquicas e legislativas e compreender o peso dos militantes na influenciação dos resultados eleitorais nos respetivos bairros, concelhos ou Ilhas;

Permanece o grande desafio em atender a uma justa reivindicação dos militantes que é a retoma da emissão dos cartões. O grande constrangimento está na recolha de fotografias para o efeito. Mas, vale dizer que esta plataforma está a ser desenvolvida de modo a poder receber as fotos, de forma simples e através de aplicativos informáticos.

Situação atual dos membros ativos e sua distribuição por Região/Sectores/Estruturas na diáspora

Nível	Ilha/País	Região	Setor	Activos 2021
Nacional				31.956
	S. Antão			2682
		S. Antão		
			Ribeira Grande	919
			Paúl	648
			Porto Novo	1115
	S. Vicente			2636
		S. Vicente		
			Norte	1411
			Sul	1225
	S. Nicolau			620
		S. Nicolau		
			Ribeira Brava	386
			Tarrafal	234
	Sal			
		Sal		852
			Espargos	632
			Santa Maria	220
	Boa Vista			
		Boa Vista		419
			Boavista	419
		Maio		893
			Maio	893
	Santiago			20.112
		Norte		7670
			Sta. Catarina Oeste	385
			Sta. Catarina Centro	943
			Sta. Catarina Norte	981

			Sta. Catarina Sudeste	327
			Santa Cruz	1718
			S. Lourenço dos Órgãos	544
			S. Miguel	1003
			S. Salvador do Mundo	841
			Tarrafal	925
	Santiago	Sul		12.442
			Praia Norte	1883
			Praia Sul	4696
			Praia Este	1055
			Praia Oeste	1757
			Praia Centro	914
			Ribeira Grande	973
			S. Domingos	1164
	Fogo			2859
		Fogo		2859
			São Filipe	1619
			Mosteiros	865
			Santa Catarina FG	375
	Brava			
		Brava		883
			Brava	883
Diáspora				3671
	Alemanha			
		Alemanha		17
	Angola			
		Angola		266

	Estados Unidos		1273
		EUA - Boston	252
		EUA - Brockton	630
		EUA - Florida	109
		EUA - Road Island	282
	França		
		França	385
	Guiné Bissau		
		Guiné Bissau	378
	Holanda		
		Holanda	86
	Itália		
		Itália	85
	Luxemburgo		
		Luxemburgo	144
	Moçambique		49
	Portugal		
		Portugal	388
	São Tomé e Príncipe		
		São Tomé e Príncipe	67
	Senegal		
		Senegal	279
	Suécia		
		Suécia	17
	Suíça		
		Suíça	141
Total Geral			35.627

A nível Regional, o Partido está dotado de 10 Comissões Políticas Regionais, 28 Setores e 318 Grupos de Base, conforme o quadro a seguir.

Quadro nº 1: Estruturas partidárias por regiões políticas, sectores e grupos de base

	Regiões Políticas										Total
	S. Antão	S. Vicente	S. Nicolau	Sal	Boa Vista	Maio	Santiago Norte	Santiago Sul	Fogo	Brava	
Setores	3	2	2	2	-	-	9	7	3	-	28
Grupos de base	54	23	0	0	0	13	108	80	40	0	318

Fonte: Secretariado-Geral do PAICV

As Regiões Políticas da Boa Vista, Maio e Brava não têm Sectores! Também não têm Grupos de Base suficientemente organizados, limitando-se à existência de antenas em cada local/zona.

A nível da diáspora cada País correspondente a um sector, sendo de registar a criação recente do Sector da Espanha.

Quanto aos Grupos de base, a situação é semelhante na Região política de S. Nicolau, que cobre dois sectores, mas, também, não tem nenhum Grupo de Base organizado.

A inexistência de Grupos de Base organizados estende-se à Diáspora, o que não deixa de ser um desafio a vencer, exigindo um esforço redobrado para, com as necessárias adaptações, se tentar corrigir a situação.

1.3 Funcionamento

Com a aprovação da Moção de Estratégia sufragada pelos Militantes do Partido, aquando da realização do XVI Congresso, que decorreu a 31 de Janeiro, 1 e 2 de Fevereiro de 2020, o Conselho

Nacional adotou, anualmente, como instrumentos de trabalho, o Plano de Atividades e o Orçamento, bem como a regular prestação de contas tanto a nível interno como a nível do Tribunal de Contas.

Como em todos os sectores a atividade, o funcionamento do Partido foi fortemente condicionado pela Pandemia da Covid19 e as restrições que foram impostas pelas autoridades sanitárias em Março de 2020.

Foi necessário um grande esforço de adaptação para fazer funcionar satisfatoriamente todos os órgãos do Partido. Feito que só foi possível com recursos às tecnologias de informação e comunicação. Está encontrado um mecanismo que também vai ajudar o partido com os custos das deslocações para as reuniões e resolve o problema da participação dos conselheiros da diáspora.

Deste modo todos os órgãos estatutários puderam reunir, com razoável regularidade, cumprindo as suas tarefas e obrigações.

Além de se ter assegurado o funcionamento dos órgãos foi dada atenção a reuniões e contactos com os principais responsáveis pelas estruturas intermédias do Partido e, com os responsáveis dos Órgãos Municipais, com a finalidade de articular a Agenda Política do Partido e auscultar as preocupações de cada estrutura.

CAPÍTULO II

FUNCIONAMENTO DOS PELOUROS

1. Assuntos Autárquicos

O ano 2020, como não podia deixar de ser, foi dedicado, quase que exclusivamente, à preparação das eleições autárquicas que tiveram lugar a 25 de Outubro.

Partindo de um resultado extremamente baixo nas eleições autárquicas de 2016, com apenas 2 (duas) Câmaras Municipais (Santa Cruz e Mosteiros), era imperativo que o Partido tivesse por ambição melhorar substancialmente os resultados nas eleições autárquicas de 2020. Com foco nesse objetivo, atempadamente foi constituída a Comissão Nacional de Coordenação das Autárquicas 2020 (CNCA/20).

A CNEA/20 foi presidida pelo Secretário Geral Adjunto para os Assuntos Autárquicos, o que facilitou enormemente a execução do plano das atividades planificadas pelo Secretariado-Geral do Partido.

Apesar das grandes dificuldades deparadas no cumprimento do cronograma das atividades e no seguimento das inúmeras recomendações/orientações emanadas pela CNCA/20, a debilidade, fragilidade e a uma certa inoperância em algumas estruturas regionais e locais do Partido, condicionaram que os objetivos não fossem plenamente alcançados. Ainda assim, **houve um bom resultado nas eleições autárquicas 2020, tendo em consideração que o Partido conseguiu ganhar 8 (oito) Câmaras**, algumas consideradas emblemáticas, como o caso da Capital Praia, e preservado as duas Câmaras de Santa Cruz e Mosteiros.

A constituição dos Núcleos de Coordenação Autárquica, a nível dos Municípios, foi uma das orientações da CNCA, de modo que houvesse uma preparação autárquica a nível local, em estreita e permanente concertação com a Comissão Nacional.

Notou-se que ainda prevalece o hábito de se deixar tudo pelos últimos 3 meses que antecedem as eleições, ficando, praticamente, o arranque dos trabalhos sujeito à escolha dos candidatos a Presidentes de Câmara.

Foi reconhecido o trabalho meritório da CNCA, tendo em conta que, pela primeira vez, foi possível realizar um trabalho organizado, com orientações e acompanhamento de todo o processo autárquico, até ao dia das eleições.

A escolha dos cabeças de lista e a formação das listas para as assembleias e câmaras municipais foi considerada normal e praticamente sem conflitos.

Os resultados das eleições autárquicas 2020 foram considerados bons para o PAICV, tendo em conta que nas eleições autárquicas de 2016 havia conseguido apenas 2 (duas) Câmaras (Santa Cruz e Mosteiros) e passou para 8 (oito) câmaras em 2020 - (Praia, S. Filipe, Santa Cruz, Boa Vista, Tarrafal, Mosteiros, S. Domingos e Ribeira Grande de Santiago).

Entretanto foi identificado um conjunto de constrangimentos que urge atacar no futuro, nomeadamente:

Muitas estruturas tiveram dificuldades na criação e operacionalização dos núcleos locais de coordenação autárquica;

Complexidade e burocracia na mobilização do financiamento através dos Bancos e relativa demora no desbloqueamento dos recursos financeiros;

Aquisição das camisolas com relativo atraso;

Fraca capacidade de resposta nacional na estampagem das camisolas;

Situação de epidemia o que dificultou muitas atividades;

Dificuldades de transporte inter-ilhas.

Estruturas locais de campanha com limitada capacidade de organização e capacidade de resposta às solicitações do CNCA, de acordo com as orientações emanadas e o plano organizativo concebido e aprovado;

Dificuldade na gestão das expectativas e exigências das diferentes candidaturas.

Deste modo um conjunto de recomendações afiguram-se necessários, como por exemplo:

A criação atempada de estruturas locais de campanha, sem ficar a depender da escolha dos cabeças de lista;

Definir e aprovar um cronograma de preparação para as eleições, a ser cumprido por todos;
Definição e aquisição dos materiais de campanha, com bastante antecedência;

Estabelecer normas a serem cumpridas pelas estruturas locais na preparação e organização das eleições;

Definir os delegados nas MAV e os delegados de círculo com, pelo menos, 20 (vinte) dias de antecedência;

Exigir rigor na utilização dos recursos financeiros e definir responsabilidades na contração de dívidas;

Aquisição/confeção atempada dos materiais de campanha;

Definir uma eficiente e célere recolha dos dados das MAV, no dia das eleições;

Definir, claramente, o papel e as funções de cada um na estrutura organizativa das eleições.

Necessidade de se apostar mais na formação dos membros das MAV e dos membros das estruturas.

2. Ligação do poder autárquico com as estruturas do Partido

A relação e ligação com o futuro poder autárquico é de crucial importância, pois é o Partido que se apresenta ao eleitorado, mobiliza recursos para a campanha e faz envolver os seus militantes, amigos e apoiantes e no final é avaliado pelo bom ou mau desempenho.

Constatam-se neste momento insuficiências e, até, alguma ausência de concertação entre as estruturas do Partido e os órgãos autárquicos, tanto onde somos poder, como onde somos oposição. Urge reverter essa situação para que haja um plano de acompanhamento permanente dos nossos representantes a nível autárquico, mediante um plano concebido a nível local e nacional, com estratégias claramente definidas para o engajamento de todos.

3. Comunicação e Marketing

O Secretariado de Comunicação e Marketing do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (SCM -PAICV) elaborou um Plano de Atividades ambicioso e essencialmente focado em contribuir para a vitória do PAICV nas Autárquicas de 2020 e nas Legislativas de 2021.

Em relação às eleições Autárquicas de Outubro de 2020 a ambição foi plasmada no Plano de Atividades do SCM e consistiu em canalizar todas as sinergias com vista a aumentar ainda mais o grau de visibilidade do “Sistema” PAICV, mediante publicitação massiva de atividades relevantes, levadas a cabo pela Presidente do Partido, candidatos autárquicos, Presidente das Comissões Políticas Regionais e Grupo Parlamentar do Partido (Ex: Declarações Políticas, Conferências de Imprensa, Jornadas Descentralizadas ou temáticas abertas à Sociedade).

Também, na prossecução deste desiderato o SCM desempenhou um papel importante em termos de colaboração com os candidatos autárquicos ao nível da conceção dos lemas, criação e organização da “Página do Candidato no Facebook” englobando o lema, a plataforma, fotos, mensagens em vídeo, etc.

Ademais, o SCM impulsionou o incremento de novas rubricas para alimentar as páginas virtuais do Partido – “Fiscalizando”, “Estamos de Olho” e “Lenbra Tenpu”, consistindo na divulgação de pequenos vídeos, com a duração máxima de 2 minutos e 30 segundos, com enfoque nos falhanços e nas insuficiências da maioria, ao nível autárquico e central, nas Ilhas e Municípios do país.

No sentido de fazer vingar a ambição de ganhar as eleições legislativas de 2021 o SCM promoveu a atualização, diária, dos Sites do Partido (www.paicv.cv), do Grupo Parlamentar (www.gppaicv.cv), da página do Partido no Facebook, bem como das páginas do Grupo Parlamentar (GPPAICV.CV) e da Comissão Política Regional de Santiago Sul (CPRSS – PAICV).

Por outro lado, o SCM assumiu toda a produção dos tempos de antena do Partido na Rádio – Todas as Quartas-Feiras, a partir das 12 horas e nas últimas Sextas-Feiras do mês, a partir das 19 horas e 50 minutos – e que tiveram como objetivos os de evidenciar as realizações do PAICV, criticar as inúmeras falhas da maioria na governação e consolidar a ideia da necessidade de resgate do país.

Em sintonia com o Secretário-Geral do Partido, o SCM auxiliou na indicação e preparação dos representantes partidários nos Programas radiofónicos (“Espaço Público” e “Direto ao Ponto”) e Televisivos (“Ponto por Ponto” e “Em Debate”) contribuindo para reforçar a participação do PAICV em espaços privilegiados de imposição de sentido na luta política.

4. Formação

Após um período de montagem do sistema de formação do Partido, com destaque para a elaboração e publicação de um manual de formação, a ação deste pelouro ficou condicionada pelo impacto da Pandemia na implementação do plano de atividades.

Com efeito ainda não foi possível aproveitar as Tic's para desenvolver as atividades formativas. Com o fim das medidas restritivas impõe-se retomar as ações de formação de modo a responder a recorrente reclamação dos militantes.

5. Relações Institucionais e Mobilização Social

O Pelouro da Mobilização Social (PMS) e Política apesar das dificuldades inerentes a todas as Organizações Políticas impostas pela situação Pandémica Mundial, vem realizando as suas atividades com limitações e todas as que lhe foram incumbidas no quadro dos Órgãos superiores do Partido e acima de tudo, tem sido uma referência na colaboração com os demais Órgãos e Organizações do Partido, a nível das coordenações Locais, Sectoriais, Regionais, Federação das Mulheres PAICV e da direção do Partido.

O PMS inaugurou essa nova forma de atuação como parceiro dos órgãos do Partido em diferentes atividades político-sociais no sentido de se associar às ações desses órgãos, bem como participar para aumentar a intensidade e capacidade de mobilização do Partido junto da sociedade no geral, dos militantes, dos simpatizantes e amigos do PAICV, sensibilizando e engajando os militantes para a manutenção das políticas sociais no quadro da dinamização permanente do Partido e abertura desejável à sociedade na procura de resultados mobilizadores e federadores.

Aprofundaram-se ações de parceria com as Organizações da Sociedade Civil, estando presentes em inúmeras ações promovidas pelas mesmas, colaborando em muitas outras e participando ativamente em atividades das associações comunitárias nas comunidades de Santiago por via virtual, em palestras, ciclo de conversas na partilha de informações, ações formativas, perspectivas sociopolíticas do PAICV no quadro do desenvolvimento de Cabo Verde, bem como na promoção da consolidação da democracia, envolvendo diferentes parceiros sociais, militantes e amigos do PAICV, o que gerou o desenvolvimento de novos engajamentos e ligações intra e inter organizações.

Com a Pandemia do Covid-19, que há 2 anos impôs novas regras às organizações políticas e uma nova forma de estar e atuar na política, este Pelouro foi profundamente afetado nos seus propósitos no quadro da efetivação cabal das atividades previstas.

Assim, fez-se uma reformulação e adaptação às inúmeras restrições impostas pelos sucessivos estados de emergência, a situação de calamidade, confinamentos que resultam desses estados, bem como medidas restritivas de combate à pandemia com níveis de risco a aumentarem por vezes e outras vezes a diminuírem, até à transição para a situação de contingência. Viveram-se também situações de níveis diferentes em diferentes regiões do país, ilhas e, por vezes, até localidades.

Com estas variações de restrições suspenderam-se todas as ações/atividades sociopolíticas de modo a cumprir as exigências oficiais para controle da pandemia no País. A adaptação ao “novo normal” não foi fácil e o apelo às novas tecnologias e plataformas digitais trazem consigo restrições de acesso (caro) e manuseio/ uso normal das mesmas que para muitos traz um grau de dificuldade que restringe a participação. As Webinars, as plataformas digitais, via zoom, team, livestream, são recursos extraordinários mais ainda de difícil acesso e manuseio, para muitos e, para a população no geral, as redes móveis não chegam a todas as localidades, as antenas de acesso não estão disseminadas por todas as Comunidades e os aparelhos para se promover esses recursos digitais não são acessíveis, escasseiam e são muitos caros! Houve realmente, para além de suspensões, restrições que foram um autêntico bloqueio de atividades e ações de mobilização, por todo o País e na Diáspora.

Este Pelouro, a nível do Secretariado Geral, pode ter sido o mais afetado nos seus propósitos pela crise pandémica. Apesar do exposto participou ativamente nas campanhas eleitorais no quadro das sucessivas eleições em que o partido foi chamado, nomeadamente, Autárquicas, Legislativas e Presidenciais. Participou na organização das mesmas, nas coordenações Regionais e Sectoriais das eleições, participou nas pré-campanhas e ao longo do período eleitoral – campanha oficial.

O pós campanha e pós processo eleitoral absorveram muito tempo nomeadamente nas eleições Autárquicas com as 3 vitórias em Santiago Sul. Foi um tempo atípico, longo e com sucessivas eleições/campanhas eleitorais de grande responsabilidade mobilizadora e intensidade de ações no terreno com resultados altamente satisfatórios nas Autárquicas, com muitas Autarquias conquistadas no País outras com um aumento significativo de votos e, nas legislativas, embora tivéssemos ficado aquém das expectativas, o PAICV deu um sinal positivo à sociedade como o aumento do número de Deputados da Nação como resultado do aumento de numero de votos e como reflexo também da

confiança do povo no Partido. Representamos oficialmente a nossa organização, PAICV, em vários eventos na qualidade de membro do Secretariado-Geral.

Fizemos eventos em parceria com a R.P.S.SUL e Federação de Mulheres PAICV, participamos em várias Conferencias de Imprensa, apesar das restrições e momentos mais críticos da evolução/mutação do corona vírus nas suas diferentes variantes pouco conhecidas que levavam a novos auto confinamentos e confinamentos decretados oficialmente.

Infelizmente, os trabalhos e as atividades quotidianas mobilizadoras da sociedade, dos militantes e simpatizantes do Partido circunscreveram-se a Santiago, ilha que abarca o maior número de militantes e população e onde encontram-se sediadas o maior número de organizações de Sociedade civil (ONG's) devido a diversos constrangimentos, sobretudo após o surgimento da Pandemia.

CAPÍTULO III

ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PATRIMÓNIO

1. Administração

O Pelouro de Gestão, Orçamento e Património é coordenado pelo Secretário-Geral Adjunto pela área e apoiado pelo Diretor do Gabinete da (o) Presidente do Partido e a responsável pela gestão de tesouraria, monitorizado pelo Secretário-Geral, com superintendência da Presidente do Partido.

Ao longo dos últimos 3 anos que coincidiram com o mandato do Secretariado-Geral saído do último Congresso, diversas ações foram desenvolvidas no sentido de sustentar o Partido em várias vertentes, nomeadamente na gestão financeira, orçamental e patrimonial, apesar dos poucos recursos disponíveis.

Ao longo do mandato 2019-2021, o Secretário-Geral, acompanhou de perto todas as ações em matéria de gestão financeira, orçamental e patrimonial, baixando orientações e recebendo feedback, no sentido da otimização dos poucos recursos postos à disposição do Partido, contribuindo para uma melhor organização e gestão. De igual modo, o Diretor de Gabinete da(o) Presidente e os serviços de contabilidade deram todo o suporte necessário ao funcionamento do pelouro. As articulações entre os pelouros, também funcionaram e contribuíram para a melhor gestão dos recursos disponíveis.

2. Finanças

A saúde financeira do Partido não é boa, uma vez que as principais fontes de financiamento do Partido se resumem ao subsídio do Estado aos partidos políticos, e às quotas dos militantes.

Na perspetiva de melhorar a saúde financeira do partido deu-se continuidade à campanha de sensibilização para o pagamento de quotas por parte dos militantes. Para consolidar essa sensibilização e aumentar os recursos do Partido, foi implementado o regulamento sobre o sistema de cobrança de quotas. Esta operação produziu algum efeito, apesar de ainda aquém daquilo que seria de esperar, tendo em conta o nº de militantes inscritos na base de dados do Partido e os que efetivamente pagam regularmente as suas quotas, em conformidade com o Estatuto do Partido.

É de se realçar a necessidade de maior informação sobre as quotas recebidas nas regiões políticas, uma vez que com essas informações, as receitas poderão melhorar substancialmente.

O partido elegeu mais um deputado, passando de 29 na IX Legislatura, para 30 na X e esse ganho fez melhorar ligeiramente a contribuição proveniente do subsídio do Estado. Contudo, financeiramente o Partido continua, ainda, deficitário.

3. Património

No capítulo do património desenvolveu-se um conjunto de ações visando a atualização e o registo dos bens patrimoniais do partido, nomeadamente o levantamento dos imóveis pertencentes ao Partido e os respetivos documentos comprovativos da titularidade (S. Vicente – Rua João Machado; Porto Novo – Av. Amílcar Cabral (1º andar); São Miguel – Centro da Calheta; São Miguel – Pilão Cão; Brava – Largo da Praça; Maio – Centro da Vila; Praia – Várzea; Praia – Achada Grande Frente; Praia – Bairro Kwame N’Krumah), Ponta de Agua e Lém-Ferreira.

Além desses documentos, existem outros também identificados e na fase de comprovativos documentais de titularidade, tais como na Ribeira Grande de Sto. Antão, Fogo – Patim e eventualmente S. Filipe; S. Martinho Grande, S. Nicolau – Fajã e Tarrafal, Tarrafal de Santiago, S. Domingos (prédio rústico), S. Salvador do Mundo – Pico Freire e Senegal – Dakar. Estão a ser feitas diligências para a obtenção dos documentos e correspondente comprovação da titularidade dos respetivos imóveis.

É de se salientar que os imóveis da Várzea, Achada Grande Frente, Lém Ferreira, Bairro Kwame N'Krumah, Brava, S. Vicente e Maio estão hipotecados a favor do BCA para garantia de crédito.

Ainda está em curso a possibilidade da alienação do património do partido no Maio (todos os procedimentos realizados) e de Fajã, na Ribeira Brava, em São Nicolau, constando dos respetivos orçamentos. Entretanto esses processos ainda mantêm-se pendentes, estando a aguardar a sua concretização, pois aguarda-se pela concretização do negócio.

4. Orçamento

Entre 2019-2021, foram elaborados pelo pelouro e aprovados pelos órgãos competentes do Partido, todos os orçamentos, apesar da conjuntura difícil em que o partido laborou, estando na oposição e com encargos elevados decorrentes das despesas com as eleições a que o Partido tem concorrido. A principal fonte do financiamento do orçamento tem sido o subsídio do Estado, em função da representatividade parlamentar e à luz da lei existente nessa matéria. As quotas dos militantes têm dado a sua contribuição, mas ainda muito aquém do esperado.

Tendo em conta a necessidade de equilibrar o orçamento, tanto em 2019, como em 2020, foram apresentados aos órgãos competentes do Partido, orçamentos retificativos que foram prontamente aprovados.

As contas de gerência e os respetivos relatórios foram elaborados e aprovados pelos órgãos do Partido com competências nessa matéria e foram enviados ao Tribunal de Contas, para os devidos efeitos. Estes instrumentos mereceram recomendações positivas deste órgão, com algumas recomendações no sentido de melhoria, com reação pronta do Partido, para uma melhor compreensão na leitura desses documentos. Todas as recomendações passíveis de melhorar a gestão do Partido foram aceites e imediatamente introduzidas no processo.

Algumas recomendações se fazem necessárias para que o Partido possa encontrar algum desafogo, no sentido de implementar as suas ações políticas sem constrangimentos de maior, nomeadamente:

- i) uma melhor gestão das despesas durante as eleições;
- ii) continuidade da sensibilização dos militantes no sentido de cumprirem com o Estatuto em matéria do pagamento das quotas;
- iii) ser-se consequente com os militantes que não cumprem os seus deveres estatutários;
- iv) melhor gestão dos patrimónios imóveis do Partido, rentabilizando-os lá onde for possível;
- v) melhorar a comunicação entre as estruturas central e regionais do Partido e entre estas e os Setores, em matéria de gestão orçamental e patrimonial, bem como das quotas.

CAPÍTULO IV

RELAÇÕES COM AS EMPRESAS E O SECTOR PRIVADO

O ano de 2020 foi um ano marcado por muitas incertezas, particularmente, para o segmento empresarial.

Apesar de alguns esforços do governo de amenizar o impacto da pandemia para o tecido empresarial, estes esforços foram insuficientes e não trouxeram grandes melhorias.

Assim sendo, o plano delineado para 2021 englobava encontros pessoais com as camaras de comercio do arquipélago com intuito de aproximar e entender as dificuldades do tecido empresarial cabo-verdiano.

Com isto, o partido pôde perceber melhor como estruturar um programa que apoiasse a camada empresarial a desenvolver-se.

No entanto, o plano do Secretariado Adjunto para as Relações Empresariais não foi executado devido a dificuldades diversas, tais como indisponibilidade de entidades relevantes. Pelo que, as atividades de proximidade com o tecido empresarial foram escassas em 2021.

1. As Relações Externas e diáspora

Deu-se seguimento ao fortalecimento das relações de amizade e cooperação com os partidos amigos e a Internacional Socialista.

O PAICV participou em Congressos e atividades de partidos amigos.

Foi muito acertada a decisão de ter um adjunto para a diáspora, pois foi possível um trabalho de maior aproximação com as estruturas. Há claramente um fortalecimento das estruturas em vários Países

como Portugal que realizou as suas eleições apesar das restrições pandémicas, Luxemburgo que passou a ter uma forte e atuante estrutura. Deve-se destacar um ingente trabalho desenvolvido e que acabou pela criação recente do sector do Partido em Espanha.

Decorrem processos de renovação das estruturas sendo a última realizada em Holanda, recentemente.

Nos Estados Unidos clama-se pela criação da Região e condições já existem para o efeito pelo que se recomenda a sua materialização.

A positiva melhoria da organização e ação do Partido na diáspora contribuiu para os bons resultados eleitorais obtidos tanto nas legislativas como nas Presidenciais.

CAPÍTULO V

ORGANIZAÇÕES SATÉLITES DO PARTIDO

1. Federação Nacional de Mulheres do PAICV (FNM-PAI)

A FNM-PAI foi eleita em Julho de 2017 e definiu como metas:

- a) renovação das estruturas da Federação a nível nacional e na diáspora;
- b) Lei da Paridade;
- c) defesa da igualdade de oportunidades entre as mulheres e os homens.

A Federação Nacional de Mulheres do PAICV desde a sua eleição em Julho de 2017 realizou um conjunto de atividades constantes do Plano de Atividades elaborado e aprovado. Um forte engajamento das mulheres do PAICV, que mesmo sem recursos financeiros próprios, conseguiu com o apoio de alguns dos membros da Direção implementar as atividades definidas, contribuiu para transmitir a visão desta equipa e do próprio PAICV, enquanto partido de esquerda democrática e progressista, realizou eventos e atividades de sensibilização, transmissão de conhecimentos, partilha de experiências e defesa dos direitos das mulheres cabo-verdianas nos vários domínios, desde a denúncia da situação das mulheres deste país com a ausência de uma política socioeconómica, do atual governo e o partido que o sustenta, que tem contribuído para a degradação dos indicadores sociais e económicos das mulheres e dos agregados chefiados por elas.

A Presidente da FNMPAI proferiu algumas conferências de imprensa para denunciar a situação das mulheres com este governo do MPD assim como trazer para o espaço público a voz das mulheres que recusam aceitar discriminações contra as mulheres.

A FNMPAI, em conjunto com o Grupo Parlamentar do PAICV, elaborou a sua proposta de Lei de Paridade. Este projeto de lei é um grande ganho na luta pela paridade e pela promoção da participação

das mulheres na política, enquanto um espaço de desenvolvimento de políticas públicas que afectam tanto homens como mulheres e deste modo a FNMPAI contribui para um desenvolvimento inclusivo e equilibrado e igualitário da sociedade cabo-verdiana.

A Igualdade e Equidade de Género é uma questão muito cara ao PAICV e a FNMPAI esteve sempre engajada nas causas em prol da valorização da Mulher e tem merecido, ao longo dos tempos, uma atenção especial por parte do Partido, tanto é que nas eleições de 2016 apresentou-se na plataforma eleitoral do partido a adoção da Lei da Paridade. Assim a FNMPAI, em conjunto com o Grupo Parlamentar do PAICV, entregou uma proposta de lei da Paridade na Rede de Mulheres Parlamentares da Assembleia Nacional, no dia 02 de Março 2018.

A FNMPAI, em parceria com a RMPCV e outros parceiros, nomeadamente o ICIEG e ONU-Mulheres, reuniu-se para preparar o plano de *advocacy* no âmbito da elaboração da lei da Paridade no Dia da Mulher Africana.

O projeto de lei foi socializado com os militantes do partido e organizações da sociedade civil em várias sessões de trabalho.

A Federação teve ainda uma participação ativa na ação cívica de sensibilização para a Lei da Paridade tanto a nível nacional como na diáspora.

Com a aprovação da lei da Paridade, em Outubro de 2019 as responsabilidades da Federação ficaram acrescidas. A FNMPAI adotou sua publicitação junto das mulheres do partido com intenção de preparar e sensibilizar as mesmas para assumirem posições nas listas.

Apesar de algum avanço em relação às listas para as eleições autárquicas de Outubro de 2020, ainda há aspectos a melhorar e a corrigir. De ressaltar que agora há mais mulheres eleitas nas listas, tanto nas autarquias como no parlamento.

Em relação à questão de **renovação de órgãos sectoriais** e reconhecendo a importância do combate político estruturado das coordenações setoriais da FNMPAI, um braço importante do partido que deve estar próximo das mulheres, mobilizando-as para a mudança e consequente construção de uma nova agenda de transformação, revelou-se fundamental a instalação formal de todas as coordenações setoriais da FMPAI;

Assim, em 2018 os órgãos foram renovados com Conferências eletivas em São Vicente (Sul e Norte), em Santiago Norte (Santa Cruz, S. Miguel), no Fogo (Mosteiros), em Santo Antão (Porto Novo), em Santiago Sul (Praia Oeste, Praia Norte), nos USA (Brockton) e em França.

Com a criação de novas Estruturas Sectoriais e Regionais ficou aberto o processo de organização das Regiões em Santiago Sul, Santiago Norte, Santo Antão, Fogo e Estados Unidos, bem como os sectores de Luxemburgo, Holanda, Itália.

Durante o ano de 2019, os órgãos sectoriais da Federação foram renovados com Conferências eletivas em Santiago Norte (Tarrafal), Fogo (Santa Catarina), Brava, Maio, USA (Boston).

Em 2020 foi instalada a Região Federação USA que tem funcionado muito bem, imprimindo uma boa dinâmica no seio das mulheres militantes, amigas e simpatizantes do partido nos Estados Unidos; igualmente foi instalada a Região Fogo, cujos trabalhos vêm sendo destacados e com uma dinâmica importante para a organização. Foram ainda instalados os novos sectores criados em Holanda, Itália e Luxemburgo.

Para apoiar os trabalhos das eleições legislativas e imprimir mais dinâmica nas estruturas locais a Federação deu continuidade ao lançamento dos “Mteam” em todos os sectores, a nível nacional e também da Diáspora. Criamos 39 “Mteam’s”, sendo 9 na diáspora e 30 a nível nacional, com várias centenas de membros engajados.

No âmbito das eleições legislativas a Federação das Mulheres do PAICV organizou uma série de atividades e contactos por forma a galvanizar a candidatura da Presidente do Partido junto ao eleitorado feminino.

Durante o ano de 2021, os órgãos regionais e sectoriais da Federação foram renovados e instalados, com Conferências eletivas na Calheta e na Ribeira Grande de Santo Antão e nomeação da coordenadora para Praia Este.

Várias conferências, reuniões, eventos, palestras e seminários, em comemoração de datas importantes para as mulheres cabo-verdianas foram realizadas com a participação de organizações da sociedade civil de defesa dos direitos das mulheres e promotoras da igualdade de género. Destacamos algumas actividades (ver detalhes nos relatórios anuais):

Em comemoração do “Mês de Março Mês da Mulher” a FNMPAI organizou uma conferência internacional intitulada “Participação efetiva das mulheres na política e nos órgãos de decisão” com a presença da Senadora francesa Hélène Conway-Mouret da Fundação Jean Jaurès;

A Presidente da FNMPAICV Eva Ortet, visitou a coordenação do Senegal e participou nas comemorações do mês de Março, mês das Mulheres e o dia da mulher Cabo-verdiana e visitou a comunidade cabo-verdiana, acompanhada da Deputada Nacional e Primeira secretária do sector, Gisèle Almeida

“Outubro Rosa” e o “Novembro Azul” mereceram a atenção e sensibilização dos homens e das mulheres para a importância da prevenção do cancro da mama e da próstata.

Workshop Internacional sobre “Partilha de experiência, Boas Práticas na Promoção da Paridade Política, organizado pela Rede de Mulheres Parlamentares;

Workshop sobre Novas Formas de Liderança para uma Democracia mais Participativa, organizado pelo ICIEG;

Celebração do dia Mundial da Criança através do Parlamento Infantil, organizado pelo UNICEF, Aldeias SOS, ANCV e ICCA;

Diálogo Entre Elas, aberto sobre o empreendedorismo feminino, organizada pela AMES;

Conferência sobre a Cultura da Paz e não-violência no contexto Familiar, organizada pelo ICIEG e CNDHC;

A FNMPAI assinalou o Dia Internacional da Mulher, 8 de março, com “CONVERSA EM FAMÍLIA, COM AS NOSSAS HEROÍNAS” e que foi presidida pela Presidente do PAICV, Janira Hopffer Almada. A FNMPAI pretendeu, não só, num gesto de reconhecimento, enaltecer o contributo determinante das mulheres, combatentes da liberdade da pátria, na luta de libertação nacional, mas também, facultar à nova geração, testemunhos, na primeira pessoa, de protagonistas dessa etapa basilar na caminhada de Cabo Verde rumo ao patamar de Nação livre e soberana.

A Federação foi ouvir a visão da Justiça sobre a VBG teve encontros com a Associação das Empregadas Domésticas – Praia, encontro com mulheres do sector informal – vendedeiras e rabidantes, além da realização de uma conversa aberta com as coordenadoras sectoriais e Presidente de todas as Regiões com a Presidente do PAICV, Janira Hopffer Almada;

A Federação participou no XVI Congresso do Partido com a apresentação de uma Moção sectorial;

A Federação preparou a Comemoração dos dias dos heróis e das heroínas nacionais em Tarrafal – Convidada especial Lilica Boal que foi homenageada no dia 20 de janeiro de 2020.

Em termos de **relações Institucionais e Internacionais** e com o propósito de reforçar as relações com as estruturas congéneres dos partidos da família socialista, a FNMPAI desenvolveu contactos e participou de um conjunto de atividades:

A Presidente desenvolveu contactos com organizações de mulheres de partidos amigos e organizações que se dedicam a questões de géneros, designadamente a OMA – Organização das Mulheres Angolanas, FDIM Federação Internacional das Mulheres Democráticas e o Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, tendo recebido da presidente, Dra. Elza Pais, Presidente da Subcomissão de Igualdade e não Discriminação e Presidente das Mulheres Socialistas uma importante contribuição sobre o projeto de lei da paridade.

A vice-presidente Paula Moeda participou da “Festa do Avante” representando a FNMPAI.

Aproveitou ainda a estadia e manteve um encontro, na Assembleia da República Portuguesa, com a Deputada Socialista, Dra. Elisa Pais.

A vice-presidente Etelvina Teque encetou contactos com congéneres na França. Passos importantes foram dados para a aproximação da FNMPAI com a “Fondation Jean Jaurès” de França, associada do Partido Socialista francês.

A FNMPAI teve encontro com o Provedor da Justiça, onde versaram assuntos relacionados com mulheres vítimas de discriminação, VBG, paternidade irresponsável, discriminação nos casos de divórcio litigioso/partilha de bens e pensão de alimentos.

A Secretária Nacional, Carla Carvalho, participou no II Congresso Internacional do CIEG “Estudos de género, feministas e sobre as mulheres: reflexividade, resistência e ação”. Integrou o Painel “Políticas Públicas e Igualdade de Género” apresentando a comunicação “Políticas de Género em Cabo Verde”.

A Presidente e a Vice-presidente Paula Moeda participaram na reunião do Comité Africa da Internacional Socialista e à margem aproveitou a presença da Senhora Ousseini Hadizatou Yacouba, Vice-presidente da Internacional Socialista das mulheres para Africa Ocidental e do Central, para um encontro e trocas de informações.

Foi realizada a primeira reunião ordinária do **Conselho Nacional da FNMPAI** em Novembro de 2018, onde foram aprovados o relatório de atividades referente ao período 2017 e 2018 e o plano de atividades referente ao ano de 2019; foram aprovadas ainda várias resoluções, nomeadamente sobre um novo logotipo, um sistema de quotas e a criação de novas estruturas da Federação (Regiões e Sectores) no país e na diáspora.

A Federação realizou o seu segundo Conselho Nacional que antecedeu o VXI Congresso do partido, de onde saíram algumas resoluções, nomeadamente a resolução que adiou a realização da Conferência Nacional da Federação, prevista para Julho de 2020, para depois das eleições de Abril de 2021.

Em Janeiro de 2022, a Federação preparou e realizou o seu terceiro Conselho Nacional, cujo objetivo foi a preparação da Conferência Nacional marcada para Abril de 2022 e que antecede o XVII Congresso do partido.

A Manutenção e atualização das páginas das redes sociais – Facebook – da FNMPAI tem sido feito com regularidade em que se procura transmitir a boa imagem do partido, da FNMPAI e das dirigentes. Também, a comunicação dos eventos e o contacto com a comunicação social foi feita periodicamente. Foram concebidos e vendidos produtos de marketing, nomeadamente camisolas, com o propósito de angariar fundos e continuar a fazer a divulgação da imagem do partido através do merchandising.

Resumidamente foram estas as principais actividades realizadas. Recomendamos o seguimento da renovação dos órgãos sectoriais, a dinamização, o reforço e a manutenção do funcionamento dos Mteam que deram muita contribuição nestas últimas eleições e a continuação da renovação das estruturas sectoriais e regionais da Federação Nacional das Mulheres do PAICV.

2. Juventude do PAICV (JPAI)

A JPAI, enquanto organização político-juvenil do PAICV, tem pautado a sua atuação na expansão dinâmicas da ação política do partido, fortalecendo a sua estrutura organizativa para fazer face aos desafios futuros que se impõe.

Tendo por base os fundamentos e os ideais de Amílcar Cabral, a figura ímpar na história da nação cabo-verdiana, a JPAI apresentou ao XVI Congresso do PAICV uma moção de estratégia sectorial que serviu de base para a orientação e ação política durante o mandato.

À semelhança das demais estruturas o funcionamento da JPAI esteve condicionado pelo surto da Pandemia do Covid-19 que exigiu novas estratégias para driblar os confinamentos e assegurar uma participação ativa nas campanhas de sensibilização dos jovens para os perigos da contaminação e da propagação do vírus no País.

Tudo isso visando a aplicação de medidas efetivas de prevenção, mitigação das possibilidades de contágio da doença com observância das orientações e recomendações emanadas pelas autoridades sanitárias do nosso país. A nível interno, recomendou a realização de reuniões e encontros com recurso às plataformas digitais evitando aglomerações e riscos desnecessários.

Nos mesmos termos, sugeriu a todas as Estruturas Concelhias a desenvolverem ações de sensibilização de prevenção para cumprimento escrupuloso de ditas recomendações sanitárias através do Facebook, grupos de Viber, WhatsApp, Instagram e outros mecanismos digitais bem como a divulgação de informações e, ou até mesmo que se disponibilizassem, onde couber, o exercício do voluntariado, principalmente nas comunidades.

Constatando a delicada a situação de muitos estudantes reivindicou a intervenção da FICASE e mobilizou recursos para a atribuição de cestas básicas, como forma de minimizar o negativo impacto da pandemia. Para contribuir positivamente no processo acima citado, a JPAI Nacional desenvolveu um árduo trabalho e elaborou uma listagem de estudantes deslocados com cerca de 700 estudantes sinalizados entre Santiago e São Vicente, facultando esta lista a FICASE.

Entretanto a JPAI Nacional, pelo seu turno, buscou parceiros mobilizou e distribuiu 300 cestas básicas e 600 máscaras aos estudantes deslocados das ilhas de Fogo, Boa Vista, Santo Antão e Brava radicados em Santiago. De igual modo distribuiu-se 20 cestas básicas e 20 máscaras aos estudantes deslocados da Boa vista radicados em São Vicente.

Por outro lado, a JPAI Nacional distribuiu mais 350 cestas básicas na capital do país, com a colaboração das associações comunitárias, por forma a apoiar várias famílias vulneráveis em 20 bairros, entre quais: Tira Chapéu, São Paulo, Achada Mato, Aguas Fundas, Lém Ferreira, Achada Grande Trás, Kelém, Fonton, Achada Grande Frente, Safende, São Pedro, etc.

Em defesa das expectativas e aspirações da Juventude Cabo-verdiana a JPAI tem acompanhado com apreensão e muita preocupação o acumular dos problemas que afetam a Juventude, face à fragilidade das medidas políticas que lhe são dirigidas. A organização esteve sempre na linha da frente abordando os principais temas conexos a juventude visando encontrar novos caminhos para:

- a) Melhorar a Empregabilidade Jovem;
- b) Diminuir a Precariedade Laboral;
- c) Promover o acesso dos jovens a habitação;
- d) Mais formação e para mais oportunidades para os jovens.

Apesar da pandemia que se viveu no país trazendo consequências nefastas do ponto de vista económico e social, a JPAI não deixou de desempenhar o seu papel político. Foram realizadas várias conferências de imprensa, não só denunciar situações que afligem a juventude caboverdiana como também para apresentar propostas de medidas de políticas públicas para a camada juvenil.

Sem dúvidas que a situação financeira continua a dificultar as ações da organização. Esta é uma situação de que deverá ser objeto de profunda reflexão do partido para os próximos tempos. Pois tem sido difícil fazer a estruturas nacional, concelhias e da diáspora funcionarem sem meios e recursos financeiros. Contudo este facto não impediu que a organização desenvolvesse as suas iniciativas e ações, na medida do possível, destacando igualmente o contributo para grande momento de 2020 que foi sem dúvida a conquista de 8 Câmaras Municípios por parte do partido nas Eleições Autárquicas.

3. Associação dos Autarcas do PAICV

Deu-se uma atenção especial à Associação dos Autarcas do PAICV que apesar das dificuldades consegui ter alguns encontros patrocinados pela Direção do Partido e que culminou com a realização do seu III Congresso, realizado nos dias 27 e 28 de Novembro de 2021, na cidade da Praia, sob o lema: “*SOLIDARIEDADE SOCIAL, A NOSSA LUTA*”, durante o qual foi eleito uma nova direção que passa a ser conduzido pelo autarca Isaiás Varela da Câmara de São Domingos.

O III Congresso dos Autarcas do PAICV, apesar das dificuldades na sua organização não só, devido a dificuldades na mobilização de recursos, mas também devido à situação pandémica, teve um grande impacto político e de mobilização dos autarcas e do Partido.

CAPÍTULO VI

PAICV E O DESEMPENHO ELEITORAL

1. Eleições Autárquicas de Outubro de 2020

O Ano de 2020, foi um ano desafiante para o partido em matéria eleitoral. As eleições autárquicas de Outubro de 2020, seria a primeira prova de fogo, pois, considerando os resultados anteriores as margens de falhanço era mínimas

Com efeito, a estratégia adotada surtiu os efeitos tendo conseguido vencer em oito câmaras, mais seis em relação ao que detinha anteriormente. De entre as Camaras conquistadas, destaca-se a da Capital do país (Praia); mas também de São Filipe (Fogo), Boa Vista, Tarrafal de Santiago, São Domingos e Ribeira Grande de Santiago sem se esquecer a manutenção das Câmaras de Santa Cruz e Mosteiros.

2. Eleições Legislativas de 2021

O PAICV muito se empenhou para vencer as eleições legislativas. Uma tarefa de per si, difícil ou quase impossível, sobretudo, por se estar no primeiro mandato. Mas também jogou a favor do Governo os argumentos de três anos de seca e o surgimento da Pandemia da Convid19 que assolou o mundo em março de 2020.

A maioria governativa soube muito jogar com estas desgraças e convenceu o eleitorado a dar-lhe mais um mandato em benefício de dúvida.

Embora o MpD tenha renovado a maioria absoluta o MPD perdeu dois deputados relativamente à Legislatura anterior, um a favor do PAICV e outro a favor da UCID.

A dinâmica trazida pelo PAICV das Eleições Autárquicas não se traduziu em votos nas Legislativas, pois, não foi possível manter-se o score eleitoral em alguns Concelhos que acabaram por ter fortes influências no resultado global.

3. Eleições Presidências de 2021

Não sendo as eleições presidências de base partidária o Candidato apoiado pelo PAICV, Dr. José Maria Neves, ex-Presidente do Partido teve a proeza de vencer à primeira volta, comprovando a maturidade dos Cabo-Verdianos em diferenciar os papéis de cada uma das instituições (Presidência da República e Governo), optando pela continuidade da coabitação política.

4. PAICV e o exercício da Oposição Democrática

O espaço privilegiado da ação política tem sido o Parlamento através do qual os Deputados vem dando um importante contributo.

Com efeito o Grupo Parlamentar tem assumido o seu papel, tendo como base uma agenda traduzida em debates mensais com o Primeiro Ministro e demais membros do Governo, Interpelações, declarações políticas, além das visitas aos círculos e divulgação na imprensa, intervenções dos Deputados no período de questões gerais, etc

Questões como a governação económica, o impacto da crise, medidas de combate à pandemia, segurança pública, educação mereceram destacada atenção do Grupo;

Por outro lado, tem sido os Deputados a representarem o partido nos diversos debates televisivos e radiofónicos.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O presente relatório cobre o período entre o XVI Congresso (2020) e esta data e realiza na sequência da eleição do novo Presidente do Partido realizado em Dezembro, na sequência da demissão da anterior direção após as eleições legislativas de 2021.

O presente mandato foi fortemente condicionado pela pandemia da covid19 que condicionou toda a nossa vida e do Partido devido a períodos de emergência com proibição de aglomeração de pessoas.

Um enorme esforço de adaptação teve que ser feito para assegurar o funcionamento das Estruturas que só passou a ser possível com recurso as novas tecnologias.

Deste modo todos os órgãos nacionais do Partido, puderam realizar as suas reuniões cumprirem minimamente os Estatutos.

Apesar de não ter conseguido o maior dos objetivos que era vencer as eleições legislativas, no qual se fez um forte investimento, estratégias foram delineadas com a necessária antecedência com a criação de condições para os pleitos eleitorais que se sucederam.

Com efeito o PAICV melhorar o seu desempenho nas eleições autárquicas de Outubro de 2020, passando de duas para oito câmaras a serem governadas pelos seus candidatos, agora Presidentes das Câmaras, com a particularidade destas abrangerem municípios que no seu conjunto sobrem mais de 70% da população caboverdeana;

Mesmo em relação às eleições legislativas, que ficou mais difícil por causa da seca e do mau ano agrícola, situação agravada pela Pandemia, que acabaram por ser aproveitadas como desculpa para

justificar o insucesso da governação do atual governo, o Partido melhorou o seu score eleitoral aumentado de 29 para 30 Deputados no Parlamento tendo vencido expressivamente na diáspora.

Esta onda de melhoria do desempenho foi coroado nas eleições presidenciais em que o candidato apoiado pelo partido venceu as eleições à primeira volta, trazendo uma lufada de ar fresco ao panorama político caboverdeano freando alguma falta de humildade que vinha em crescendo nas hostes do atual poder executivo.

A atual conjuntura se mostra desafiante e prenhe de incertezas. Apesar de alguma melhoria na situação pandémica recrudescer a Guerra entre a Rússia e a Ucrânia, que lança uma crise de alta de preços e escassez de mercadorias de consequências imprevisíveis;

Nestas circunstâncias não se afiguram fáceis o desenvolvimento da ação política, pois a crise é chamada por tudo e mais alguma coisa e justificar a inação, a ineficácia, as más políticas e, sobretudo a razão para o não cumprimento das promessas eleitorais.

O PAICV, ciente da sua responsabilidade, partido da Independência e das grandes causas, **JUNTOS POR CABO VERDE**, tudo fará para corresponder as expectativas e a esperança que os Cabo-Verdianos nele deposita.

Viva o PAICV

Viva Cabo Verde



RELATÓRIO DE ATIVIDADES
DA COMISSÃO NACIONAL DE
JURISDIÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Praia, 9 de abril de 2022



COMISSÃO NACIONAL DE JURISDIÇÃO E FISCALIZAÇÃO
RELATÓRIO DE ATIVIDADES

(Período de janeiro de 2020 a abril de 2022)

1. Introdução

O Conselho Nacional do PAICV, nos termos do Artigo 42º dos Estatutos do PAICV, decidiu convocar as eleições para o Presidente do Partido, no dia 19 de dezembro de 2021 e, de seguida, pela realização do Congresso, nos dias 8, 9 e 10 de abril de 2022.

Por incumbência estatutária, deve a Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização - CNJF, ao abrigo da alínea d) do artigo 41º, conjugado com o Artigo 66º, dos Estatutos, apresentar ao Congresso o respetivo relatório de atividades para efeitos de apreciação, aprovação e eventual adoção de resoluções e medidas que o Congresso entender convenientes.

2. Enquadramento institucional da CNJF

A CNJF é o órgão encarregado de velar pelo cumprimento dos Estatutos, pela disciplina partidária, pela correta gestão das finanças e bens do Partido e pela observância pelo PAICV das disposições legais e constitucionais, conforme determina o Artigo 63º, n.º 1 dos Estatutos do PAICV.

As competências da CNJF estão agrupadas em três blocos, assim distribuídos, segundo o comando do Artigo 65º e demais disposições dos Estatutos do partido:

- a) Em matéria de jurisdição;
- b) Em matéria de fiscalização financeira e patrimonial;
- c) Em matéria eleitoral.

Em matéria de jurisdição, compete à CNJF, designadamente, receber e examinar as queixas dos membros do Partido, instaurar inquéritos e processos disciplinares; apreciar a legalidade da atuação dos órgãos do Partido e anular os atos que não forem conforme à lei; emitir pareceres sobre a interpretação dos Estatutos e julgar os recursos das decisões dos órgãos regionais.

No domínio da fiscalização financeira, a CNJF deve fiscalizar a legalidade e a transparência da gestão administrativa e financeira; emitir parecer sobre o Orçamento e as contas do Partido e sobre a alienação ou oneração de bens móveis ou imóveis.

Em matéria de administração eleitoral, compete à CNJF dirigir e orientar a eleição dos órgãos nacionais do Partido.

Sendo que, particularmente, tem ainda competências atribuídas nos termos do Artigo 43º dos Estatutos da Federação Nacional das Mulheres do PAICV – FNMPAICV, que determina que *“as questões de disciplina emergentes no seio da FNM-PAI são resolvidas com recurso ao Conselho Nacional de Jurisdição e Fiscalização do PAICV que as julgará com base, principalmente, no disposto nos presentes Estatutos e, subsidiariamente, nos Estatutos e Regulamentos do Partido”*, outrossim, determinando que *“as questões relativas à Administração Eleitoral na Organização são dirigidas e orientadas pela Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização do Partido”*.

3. Atividades desenvolvidas

No espaço de tempo que mediou a sua eleição até ao presente, ou seja, partindo de janeiro de 2020, a CNJF procurou desenvolver as suas atividades e acompanhar a ação das estruturas do Partido emitindo os seus pareceres e deliberações, dando orientações sempre que solicitada, sobre os mais diversos assuntos que chegaram ao seu conhecimento, ou que entendeu convenientes, bem como fiscalizando as eleições dos órgãos nacionais do Partido que, entretanto, tiveram lugar.

Assim, durante o período indicado na epígrafe deste relatório, a CNJF foi chamada a intervir nas seguintes situações:

3.1. Em matéria de organização e funcionamento dos Órgãos Regionais e Setoriais do Partido e da Federação Nacional das Mulheres do PAICV, emitiu deliberações sobre situações de omissão da Base de Dados de militantes acerca das Eleições Regionais, e tomou diversas decisões em matéria de orientação eleitoral, tendo ainda funcionando como órgão de recurso.

Em relação à FNMPAICV, foi solicitada a intervenção da CNJF em matéria de administração e direção eleitoral, a nível setorial e nacional, via exercício do direito de impugnação.

E neste momento, em nenhuma destas situações há qualquer pendência no que se refere à omissão ou falta de pronúncia sobre nenhuma questão que chegou ao conhecimento da CNJF, seja sobre algum pedido de parecer sobre a interpretação e integração das lacunas dos Estatutos do Partido e respetivos regulamentos, seja para a aplicação de alguma situação de incumprimento perante os Estatutos por parte de algum militante ou órgão do partido.

3.2. Em matéria de fiscalização financeira e patrimonial, com o propósito de assegurar a legalidade, o rigor e a transparência da gestão administrativa e financeira do Partido, emitiu pareceres sobre o Orçamento Geral e as Contas do Partido, fez o acompanhamento da execução orçamental.

Sobre a situação financeira do Partido, a CNJF, tendo constatado o baixo volume de receitas, designadamente na rubrica Quotas, que afeta a saúde financeira e a realização das atividades do Partido, recomendou esforços para diminuir as despesas correntes e aumentar a sensibilização para o pagamento de quotas por parte dos militantes, bem como outras medidas de arrecadação de receitas. Indicação esta que é repetida neste relatório, tal como consta do último relatório desta CNJF. Pois de facto, analisando a conta de gerência de 2021 conclui-se que da avaliação dos exercícios económicos findos, há ainda fraco engajamento dos militantes no pagamento das quotas, com reflexos na execução das atividades do partido. Contudo nota-se uma certa melhoria em relação aos anos anteriores, ainda que bastante tímida.

Uma outra conclusão a que se chegou é de que o partido tem vindo a reduzir a sua dívida com os bancos, pelo que se recomenda a continuidade dessa redução, procurando outras alternativas.

Ainda se concluiu, no parecer, que a taxa de execução foi relativamente elevada, apesar de se cingir exclusivamente à execução de despesas correntes. A recomendação é no sentido de fazer, e repetimos, um esforço para diminuir as despesas correntes e fazer investimentos, sobretudo nos períodos entre as eleições.

3.3. Em matéria de administração eleitoral, na sequência da deliberação do Conselho Nacional do Partido que marcou as eleições diretas do Presidente do Partido para o dia 19 de Dezembro de 2021 e convocar a realização do XVII Congresso do Partido para os dias 8, 9 e 10 de Abril de 2022 na Praia, a CNJF fixou o caderno eleitoral e, no âmbito de sua competência dirigiu, orientou e supervisionou todo o processo, que decorreu normalmente, como previsto no calendário eleitoral, com o envolvimento de todas as estruturas regionais e concelhias do Partido, em articulação com o Secretariado Geral, assegurando todas as condições para que a eleição do Presidente do Partido e a realização do Congresso possam vir a decorrer na normalidade.

4. Apreciação crítica das atividades desenvolvidas:

Não tendo sido possível realizar eleições em todas as regiões do Partido antes do Congresso, a CNJF recomenda que as mesmas tenham lugar tão logo quanto possível, pois constata-se que há ainda regiões com mandatos caducados.

Renovamos aqui a recomendação de que é necessário o contínuo aprofundamento da consciência dos princípios e normas estatutários para que os mesmos se tornem, cada vez mais, em padrões de comportamento dos militantes na sua relação com o Partido e com a sociedade.

5. Conclusões e recomendações:

- 5.1. A CNJF não pode deixar de recomendar que o partido incentive mais os militantes a contribuírem para a saúde financeira do PAICV., sendo algo de extrema importância. Vezes sem conta tem sido objeto de relatórios desta CNJF e, por isso, deve-se trabalhar com afinco para que as questões financeiras não sejam um contínuo e recorrente problema e para tal propõe-se que certos cargos e funções sejam comprometidos com cotas mais condizentes para com o partido, como forma de apoiar a recuperação financeira.
- 5.2. Recomenda-se, ainda, no mesmo sentido do anterior relatório, que a nova CNJF, a sair deste congresso, em articulação com o Secretariado Nacional e os Órgãos Regionais do Partido, elaborem um Plano integrado e continuado de formação em ordem a aprofundar a cultura e a consciência dos Estatutos do PAICV junto dos militantes.
- 5.3. Há disposições dos estatutos que devem ser materializados, como por exemplo, os regulamentos internos dos órgãos regionais, como das CRJF, o regulamento do referendo interno do partido, o regulamento financeiro do partido, o regulamento do conselho de administração do partido, o regulamento dos organismos autónomos do partido, o regulamento disciplinar do partido, por forma a estabelecer as mais amplas garantias de defesa dos arguidos, bem como a tipificação das infrações, aprovados pelos órgãos nacionais, como o Conselho Nacional, sob proposta da Comissão Política Nacional, ouvido o CNJF, bem como o próprio regimento interno da CNJF, aprovada pelo próprio órgão.
- 5.4. Outrossim, tendo e conta as diversas solicitações feitas por membros da FNMPAICV à CNJF, de reclamação e impugnação de atos eleitorais internos que tem originado posicionamentos disparejos seja na organização, seja na própria comissão, sugerimos que se adote uma estrutura interna à organização para a jurisdição destas matérias, que poderiam, então, ser objeto de recurso a esta comissão ao invés de funcionar como instância única.

Relatório aprovado pelos membros da CNJF em 3 de Abril de 2022.

Ao congresso do PAICV.

Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização,

O presidente em exercício

/Clóvis Isildo Silva/



MOÇÃO DE ESTRATÉGIA

Rui Semedo

PAICV djuntu pa más Cabo Verde

Eleições Diretas 2021

Praia, Dezembro de 2021



Índice

I UMA CANDIDATURA FEDERADORA: Mensagem aos militantes, amigos e simpatizantes.....	2
II QUE PARTIDO QUEREMOS?	4
III CONSTRUIR O FUTURO COM UM PAICV FORTE E GANHADOR	5
III.1 EXPOR OS NOSSOS IDEAIS E A NOSSA MATRIZ IDEOLÓGICA	6
III.2 QUEM SOMOS NÓS?	7
III.3 PAICV - ESCOLA DE LIDERANÇAS	9
III.4 CAPACITAR AS ESTRUTURAS DE BASE	11
III.5 CAPACITAR OS MILITANTES E CONTRIBUIR PARA A FORMAÇÃO POLÍTICA E CÍVICA...	11
III.6 JPAI – ASSUMIR E PROMOVER OS VALORES DO PAICV NO SEIO DA JUVENTUDE.....	12
III.7 FNMPAI – EMPODERAR AS MULHERES NO QUADRO DA IGUALDADE DE GÉNERO.....	12
III.8 O PAICV na Diáspora cabo-verdiana	13
IV POR UM CABO VERDE DESENVOLVIDO E SOLIDÁRIO	13
IV.1 PROMOVER A ELEVAÇÃO DA AMBIÇÃO COMO NAÇÃO	14
IV.2 INCENTIVAR E ENCORAJAR REFORMAS PROFUNDAS EM TEMPO ÚTIL	15
IV.3 ESTIMULAR A INOVAÇÃO A TODOS OS NÍVEIS	16
IV.4 MAIOR ABERTURA AO MUNDO	16

I UMA CANDIDATURA FEDERADORA: Mensagem aos militantes, amigos e simpatizantes

Sei, e disso tenho certeza, que só juntos poderemos tornar o nosso Partido ainda maior.

Caros militantes, amigos e simpatizantes do PAICV

Fechado o ciclo eleitoral, que começou com as autárquicas, passou pelas legislativas e culminou com as presidenciais, voltamo-nos agora para dentro, para arrumar a casa e preparar o PAICV para os próximos desafios.

Todos sabemos que há compromissos importantes que conformam a nossa agenda interna, quais sejam, as eleições para a regularização ou para a renovação dos mandatos dos órgãos nacionais e regionais.

Entre os compromissos internos, a eleição do Presidente do Partido e a realização do Congresso afiguram-se como os de maior grandeza na agenda desta parte final de 2021 e início do próximo ano.

O processo foi formalmente iniciado no dia 10 de novembro de 2021 com o anúncio, pela Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização, da data das eleições do Presidente do Partido, para o dia 19 de dezembro deste ano e do respetivo calendário eleitoral. Este importante processo conduzirá à normalização do mandato de todos os órgãos nacionais, designadamente, o do Presidente do PAICV que está a ser exercido em interinidade.

Instado por vários camaradas e depois de profunda reflexão, decidi abraçar o desafio de me candidatar ao importante cargo de Presidente do nosso grandioso Partido.

Desse modo, mais uma vez, estou a disponibilizar-me para servir o Partido e dar a minha modesta contribuição para o engrandecimento e o reforço da intervenção do PAICV no xadrez político nacional. Com efeito, o nosso Partido sempre ocupou posições relevantes e continua a ter um papel de primeira linha para o reforço e a consolidação da nossa prestigiada e muito bem referenciada democracia.

Estou consciente dos desafios que me esperam nesta caminhada, mas também estou confiante de que, com o capital de experiência acumulado e o caldeamento conseguido ao longo de décadas de combate político ao serviço do Partido e de Cabo Verde, conseguirei enfrentar as dificuldades do exercício de tão elevado cargo, mobilizando todas as minhas energias e capacidades e contando com o suporte generoso dos militantes, simpatizantes e amigos do PAICV.

O PAICV, desde Amílcar Cabral, fundador que está na sua génese, já passou por várias lideranças, todas elas sábias, motivadoras e mobilizadoras dos militantes, amigos e apoiantes que têm procurado estar à altura dos desafios nacionais.

Inspiro-me em Amílcar Cabral, Aristides Pereira e Pedro Pires, só para referenciar os mais antigos e emblemáticos líderes, para continuar esta caminhada que começou como uma

simples utopia, se transformou numa árdua aventura e culminou com a certeza de mudar o curso da história desde País ilhéu que soube temperar as fibras dos seus resistentes filhos e moldar o homem cabo-verdiano preparando-o para ser sempre vencedor, independentemente da exigência dos momentos e dos contextos.

O PAICV é, na verdade, um grande Partido, com responsabilidades gigantescas, porque ligado aos momentos mais importantes do percurso desta Nação ganhadora, quais sejam o da luta da libertação nacional, o da conquista da Independência, o da construção do Estado e da viabilização do País, o da aposta na democracia, como caminho para libertar as energias e fomentar a participação e ainda a transformação e modernização de Cabo Verde.

Este percurso de grandeza e de sucesso deste Partido coloca sobre os ombros de todos os militantes a responsabilidade de continuar a pensar, a sonhar grande e a trabalhar para um Cabo Verde ainda mais livre, mais justo e mais próspero onde, parafraseando o poeta: *“Tud kristom, tudo simbron, tem direito a sê gota d’água”*.

Caros militantes e amigos,

Ciente dos enormes desafios que esta decisão comporta, apresento-me perante vós para dizer que estou disponível para juntos continuarmos esta caminhada maravilhosa de construção deste grande partido muito necessário, diria até, fundamental, para esta gesta transformadora do nosso País que precisa de todos os seus filhos para a materialização do sonho ambicioso de continuar a criar uma nova Terra dentro da nossa própria Terra.

Sei, e disso tenho certeza, que só juntos poderemos tornar o nosso Partido ainda maior.

Temos a felicidade e a dádiva de contar com a referência moral e inspiradora que é Pedro Pires; dispomos do exemplo de José Maria Neves, hoje noutra frente, não partidária; do percurso de Aristides Lima, também numa outra missão, não partidária; e ainda a energia, a capacidade e a dinâmica de Janira Hopffer Almada que liderou os destinos Partido, até há bem pouco tempo.

Com a inspiração de todos os que já fizeram este percurso, com aproveitamento das experiências de todos os dirigentes do passado, e a participação e a entrega de todos os militantes, simpatizantes e amigos do presente, vamos conseguir, todos juntos, preservar este grande património que é o PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE e com ele enfrentar e vencer todos os desafios.

Acredito que, com uma candidatura federadora, como é firme decisão desta, o PAICV triunfará. Por isso, estou aqui para dizer que conto com o vosso voto de confiança e o vosso prestimoso apoio nesta etapa para vencermos o desafio da coesão e da união, e cerrarmos fileiras para a revalorização permanente deste grande capital e património nacional que é o PAICV.

Juntos, façamos desta jornada uma oportunidade para demonstrar a grandeza do nosso Partido e a nossa vontade de continuar a servir, da melhor forma, este Cabo Verde que nos orgulha.

II QUE PARTIDO QUEREMOS?

O PAICV que ambiciono e desejo construir com todos os militantes, amigos e simpatizantes é um Partido FORTE e GANHADOR.

Um PAICV que faça jus ao seu passado de Partido histórico, da Independência, da construção do Estado e da Democracia. Um PAICV que seja capaz de ser um instrumento útil e incontornável nestes tempos de grandes dificuldades. Um PAICV com a ambição de mobilizar e ganhar o apoio do povo cabo-verdiano para voltar a ser poder a nível nacional nos próximos embates eleitorais, para ajudar, uma vez mais, a enfrentar e a vencer os desafios fundamentais do país nesta Década 20/30 e no próximo futuro.

De entre esses desafios, destacam-se:

- A estabilização da situação sanitária e a consolidação dos ganhos no combate ao COVID-19;
- A superação da profunda crise financeira, económica e social que o nosso país enfrenta e, por este via, garantir a retoma económica, o emprego e aceleração do desenvolvimento;
- O combate ao impacto das mudanças climáticas e a preservação do ambiente;
- A promoção da transparência e da *accountability* no quadro de um governo aberto, buscando elevar a qualidade da nossa democracia;
- O imperativo da inclusão social e da redução das desigualdades;
- As reformas por uma justiça mais eficaz, célere e equitativa, capaz de ganhar a confiança dos cidadãos e das empresas e de contribuir para o bem-estar e a paz social, e a atração do investimento externo;
- A segurança e a ordem públicas;
- O aprofundamento da descentralização, da desconcentração da Administração Pública e a diminuição das desigualdades entre as ilhas e regiões;
- A coesão territorial, a conectividade e a circulação das pessoas e bens por meio de um sistema de transporte eficaz.

Para isso, impõe-se ter como quadro de referência maior o nosso programa político e os valores e princípios nele inscritos e reforçar ainda mais a nossa matriz de:

- **Um Partido de causas:** A acrescer às causas da Independência e da construção do Estado, da transição democrática e da transformação do país, que prosseguimos com sucesso, temos, hoje, as causas decorrentes dos desafios fundamentais da Década 20/30 acima mencionados, tendo em vista o aprofundamento da Democracia e do Estado de direito;
- **Um Partido de militantes:** ou seja, em que todos os militantes possam exercer na plenitude os seus direitos e cumprir com os seus deveres, manifestar livremente os

seus sentimentos e sensibilidades e exigir participar efetivamente no processo de tomada de decisões, exercendo, democraticamente, a sua militância e participação política nos limites estabelecidos pelos Estatutos do Partido;

- **Um Partido sustentável:** capaz de valorizar todo o seu percurso e experiência na luta pela independência e 30 anos de governação de Cabo Verde, e por isso mesmo, mais preparado para os desafios futuros, capaz de se reinventar de uma forma que corresponda às rápidas transformações da sociedade, impostas pelo novo normal criado pela pandemia do COVID-19, pelas TIC e pelos desafios da digitalização;
- **Um Partido inovador:** no plano das ideias e propostas, mas também capaz de relançar as causas da justiça social na modernidade dos nossos dias;
- **Um Partido com visão:** com capacidade de colocar sobre a mesa propostas alternativas de governação com o sentido de Amor a Cabo Verde, mesmo enquanto oposição; e capaz de elaborar uma estratégia de governação de Cabo Verde para o futuro, de acordo com os novos tempos e adequada às aspirações atuais da sociedade cabo-verdiana, ganhando por essa via o seu voto de confiança;
- **Um Partido renovado, federador, moderno e democrático:** com raízes profundas em todas as nossas comunidades; com uma liderança serena, experiente, tolerante, que estimula o debate, a unidade e a coesão internas; capaz de orientar e aproveitar o novo momento, transformando-o num movimento virtuoso para, com a confiança e força, voltarmos a ganhar o futuro;
- **Um Partido aberto, voltado para a participação e focado na dinâmica da sociedade civil:** uma escola de cidadania que contribui para a interiorização dos valores do estado de direito e da democracia como costume; um Partido de diálogo que pugna pela emergência e consolidação de uma sociedade civil participativa e crítica, responsável, interventora e moderadora do Estado, dimensão ativa e incontornável do processo de desenvolvimento de Cabo Verde.

III CONSTRUIR O FUTURO COM UM PAICV FORTE E GANHADOR

Somos um Partido de liberdade, da justiça social, da igualdade e da solidariedade.

Nós, do PAICV, vencemos, quando estamos unidos. O nosso Partido deve estar unido em torno dos valores fundamentais que constam da sua Declaração de Princípios, designadamente, um Partido: que propugna a construção de uma sociedade mais livre, mais justa, mais solidária e mais desenvolvida; plural, de todas as gerações; federador de vontades; gerador de consensos e instrumento de transformação social; defensor dos direitos, liberdade e garantias fundamentais dos cidadãos; que defende a construção de um Estado de bem-estar; promotor da paz e do diálogo; que respeita as minorias e promove a diversidade; que reconhece as diferentes formas de intervenção económica privada, pública e social; que reconhece as liberdades religiosas, e defende ainda o Estado laico e a independência do poder político face ao poder económico.

A nossa unidade e coesão devem estar fundadas e cimentadas à volta de grandes ideais, de uma visão transformadora, bem como de um programa estratégico para a nossa querida Nação, Cabo Verde. A unidade na ação é a palavra-chave.

Como todos nós, orgulho-me de fazer parte deste grande partido. Um partido político com uma grande história. O nosso Partido é o partido que lutou e conquistou a nossa Independência; é o partido que eliminou a fome das nossas vivências; é o que democratizou o acesso à educação, à saúde, à cultura; é o partido da abertura democrática; e, muito importante também, é um partido de obras, da modernização e da transformação de Cabo Verde. Nós cumprimos. O PAICV cumpriu com Cabo Verde quando esteve no poder e vamos voltar a cumprir quando voltarmos a exercer funções governativas.

Assim sendo, um dos desafios a que me proponho, assim como muitos camaradas o fazem, é manter e desenvolver a **unidade na ação**, tal como observámos no apoio que, enquanto Partido, garantimos ao movimento de cidadania que logrou levar o candidato José Maria Neves a ganhar o pleito das últimas eleições presidenciais, e a ser hoje Presidente da República. Fortes dessa notável experiência, trata-se, agora e da mesma forma, de preparar e fazer do PAICV, de novo, o partido maioritário nos próximos embates eleitorais autárquicos de 2024 e legislativas de 2026.

Para além da questão da unidade, temos de construir um partido do século XXI. Um partido aberto, capaz de mobilizar o povo cabo-verdiano para as grandes causas nacionais. Um partido de objetivos, com ideais e valores adequados aos novos tempos, capaz de servir como uma oposição forte, firme e responsável. Mas também um partido à altura de voltar a assumir as responsabilidades da governação e acelerar o ritmo de transformação de Cabo Verde, quando chegar o momento.

Devemos aproveitar adequadamente este período que medeia até aos próximos embates eleitorais para cuidarmos melhor do nosso funcionamento e meter ombros, com planificação e método, com eficiência e eficácia às tarefas de construção desse partido mais forte, mais organizado, mais interventivo, influenciador e GANHADOR que queremos!

III.1 EXPOR OS NOSSOS IDEAIS E A NOSSA MATRIZ IDEOLÓGICA

Devemos ser capazes de expor, de forma clara, os nossos princípios e valores de Partido de Esquerda Democrática, membro da Internacional Social

Devemos ser capazes de expor de forma clara os nossos princípios e valores de Partido de Esquerda Democrática, membro da Internacional Socialista - Associação Internacional de Partidos Socialistas, Sociais-democratas e Trabalhistas -, que pugna por uma sociedade de homens e mulheres livres, democrática, progressista; que promove e defende os ideais e valores da Independência; que assume por inteiro, valoriza e não desmerece de forma alguma, a história e o percurso grandioso do nosso povo; que promove a unidade nacional, a liberdade, a igualdade, a justiça social e a solidariedade; e que defende o ambiente, a paz e a concórdia entre os povos.

III.2 QUEM SOMOS NÓS?

Somos um Partido da liberdade, da justiça social, de igualdade e da solidariedade.

Enquanto partido da esquerda democrática, o PAICV atribui igual importância aos princípios fundamentais da liberdade, igualdade, justiça social e solidariedade, todos plasmados na Constituição da República; e luta para que o Estado os assuma e defenda na sua plenitude, como princípios fundamentais e ainda para a customização desses valores na sociedade cabo-verdiana.

Pela Liberdade

Para o PAICV todos os seres humanos nascem e permanecem livres e devem gozar do direito de dispor das melhores oportunidades para realizar os seus objetivos e pôr em prática as suas potencialidades. Contudo, isto só será possível se o Estado e as demais autoridades públicas puderem garantir o efetivo exercício dos direitos e liberdades consagrados na Constituição e nas leis; se nenhum indivíduo for privilegiado, discriminado ou oprimido por outros em função do seu sexo, origem social, religião, raça ou filosofia.

Este é um combate que temos que continuar a fazer por muito tempo na nossa terra.

Pela justiça social e igualdade

Para o PAICV, já o dissemos em outros momentos, a justiça social significa o fim de toda a discriminação contra as pessoas e pressupõe a igualdade de direitos e de oportunidades para todos.

A igualdade e a justiça social devem andar de mãos dadas. Todos os indivíduos têm o mesmo valor e são iguais perante a lei. Não há liberdade e justiça sem igualdade. A igualdade é condição *sine qua non* para o livre desenvolvimento da pessoa. A defesa, proteção e promoção pelo Estado de condições básicas de igualdade económica, social e cultural são essenciais para o livre desenvolvimento individual e o progresso social.

A liberdade e a igualdade não são valores contraditórios entre si. São antes valores complementares e indivisíveis. As liberdades cívicas e políticas devem ser defendidas e aprofundadas conjuntamente com os direitos económicos sociais e culturais, pois não existe democracia sem uns e outros.

Na máxima cunhada pelo poeta trata-se da relação entre o *pão e o fonema: do direito à “palavra” (englobando todas as liberdades cívicas e políticas,) mas também o direito ao pão e a uma vida digna para todos (englobando os direitos económicos, sociais e culturais, o emprego, a saúde, a educação, a habitação, entre outros)*. Devemos, nomeadamente, reestruturar e consolidar os serviços sociais para garantir a proteção social aos que dele necessitam.

Também esta equação está longe de ser uma realidade para muitos em Cabo Verde e enquanto houver pessoas excluídas, temos que continuar a lutar.

Pela solidariedade

Engloba todos os valores acima referidos e expressa uma dimensão de identificação com as vítimas da exclusão social, na assunção de que «ninguém deve ser deixado para trás», como, aliás, está consagrado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Num mundo globalizado, caracterizado por uma cada vez maior interdependência de nações e de indivíduos e confrontado com as epidemias, o fenómeno das mudanças climáticas, o terrorismo, o tráfico de pessoas, armas e substâncias ilícitas, o valor da solidariedade ganha uma importância acrescida, tanto a nível interno, como a nível global, afigurando-se mesmo como indispensável à sobrevivência da humanidade. A pandemia do COVID-19 veio demonstrar, se necessário fosse, isso mesmo!

Somos um Partido da Democracia e temos que continuar a aprofundar, cada vez mais, a cultura democrática na nossa sociedade para a tornar prática quotidiana.

Para tanto, temos que:

- Garantir o contraditório e a argumentação fundamentada no debate político, o mérito e o comprometimento com as causas que dão sentido à existência do PAICV como instrumento ao serviço de Cabo Verde.
- Proporcionar uma plataforma para diálogos enriquecedores sobre políticas e ideias: conferências e seminários regulares a nível interno e com o público, especialmente com os amigos e simpatizantes que, tradicionalmente, constituíram uma importante fonte de nutrição e de enriquecimento para o PAICV.
- Aprofundar a nossa condição de partido político plural, de todas as gerações, e aberto à participação e à dinâmica da sociedade civil.

Somos um Partido que propugna a centralidade e a regulação do mercado

O mercado e a concorrência devem ser promovidos e regulados eficazmente pelo Estado, por forma a garantir o equilíbrio financeiro das empresas, mas também a defesa dos direitos dos consumidores. Acreditamos nas virtudes da concorrência regulada para que ela possa ser justa e assegure a igualdade de oportunidades para todos.

A prática governativa recente do PAICV foi marcada pelo forte estímulo ao mercado, à iniciativa privada, ao sucesso e ao mérito empresarial, ao empreendedorismo, à criatividade, à inovação e à internacionalização das empresas cabo-verdianas. Do mesmo passo, foi desenvolvido e consolidado o quadro regulatório de todas as atividades abertas à concorrência e à iniciativa privada.

Nenhum outro governo fez mais no domínio de reformas institucionais, de infraestruturização do país e de criação das condições para a atração do investimento direto estrangeiro, nos estímulos ao empresariado nacional e apoio às micro, pequenas e médias empresas, a par da formação profissional orientada para as necessidades do mercado e das empresas.

Todavia, é possível ir muito mais além na remoção de constrangimentos e obstáculos que ainda inibem a iniciativa privada e constroem o ambiente de negócios, numa pequena economia com fracas vantagens competitivas. Continuamos a defender uma aposta mais consistente na reforma do Estado, na clarificação das regras de jogo, no reforço da regulação independente do mercado e da concorrência, na redução das assimetrias entre as ilhas, em particular as que ainda estão em situação de desvantagem na atração de investimento produtivo.

Contudo, nada disso impede que o PAICV defenda que o Estado não pode ser nem mais nem menos do que o necessário para assegurar o pleno exercício de todas as funções de soberania, com destaque para a segurança interna, a segurança nacional, a justiça, a segurança alimentar, a educação e a saúde, ainda que em complementaridade com o sector privado, empresarial, associativo e cooperativo. O Estado não pode abdicar do papel de moderador do mercado e, supletivamente, lá onde as falhas do mercado condicionam a realização de direitos, o acesso a bens e serviços essenciais e o desenvolvimento equitativo de todas as ilhas e concelhos.

Neste sentido, o empoderamento dos cidadãos e das respetivas comunidades, o incentivo ao associativismo e ao cooperativismo continuam a merecer toda a atenção do PAICV. Reestruturar, fortalecer e consolidar os serviços sociais para garantir uma vida digna para todos, constitui, por isso, um importante desígnio para o PAICV.

III.3 PAICV - ESCOLA DE LIDERANÇAS

Temos de ser um Partido de onde emergem Líderes para o País

Temos de ser um Partido de onde emergem Líderes para o País. Isto exige que façamos do PAICV, como foi no passado, uma escola para a liderança. Temos de reestruturar o nosso partido para nos tornarmos uma verdadeira comunidade de aprendizagem para futuros líderes. Para o fazer, temos de:

- Promover as lideranças a partir dos quadros de todas as estruturas, da base ao topo.
- Implementar programas de formação de novos líderes e fornecer o apoio/aprendizagem/acompanhamento necessário para facilitar o seu crescimento e desenvolvimento.
- Retomar, com a ajuda das novas plataformas de comunicação, a organização da Universidade de verão do PAICV.
- Estimular, ao nível das regiões políticas, ao longo do ano, iniciativas que mobilizem os militantes, os amigos e simpatizantes e a sociedade para debater as questões de

interesse para a vida em comunidade, para o desenvolvimento local inclusivo e sustentável com oportunidades para todos.

- Estimular o alargamento dos espaços de participação dos cidadãos nos processos decisórios relacionados com a alocação de recursos e a priorização das áreas de investimento público local.

Temos de reestruturar e reformar a Organização e a gestão do nosso partido. Especialmente, temos de agir no sentido de:

- Facilitar e estimular o crescimento orgânico das novas lideranças no interior das estruturas partidárias e assegurar a participação pública, particularmente dos jovens, nas decisões do Partido;
- Abrir e aproximar mais o Partido dos cidadãos. Devemos iniciar uma campanha anual de filiação com metas e objetivos claros para trazer mais pessoas para o Partido, especialmente os jovens. Isto exigirá empatia e envolvimento que permita à nação sentir que o PAICV é o partido que se preocupa com os seus problemas;
- Profissionalizar a gestão do partido. Precisamos de construir o PAICV como uma organização e instituição com capacidade e processos modernos que facilitem/privilegiem a eficiência e a eficácia;
- Adotar mecanismos modernos de financiamento das necessidades do Partido, com base nas novas modalidades disponíveis e assentes em princípios de transparência e legalidade, como forma de aumentar a autonomia das estruturas do Partido relativamente ao financiamento público;
- Incentivar os militantes, amigos e simpatizantes a contribuírem para a autossuficiência financeira do Partido;
- Proporcionar espaços de partilha e de interação entre as diferentes gerações de militantes, estimulando a partilha de experiências, do saber, de perspetivas, de leituras e visões do mundo e de futuro.

O PAICV é o único Partido cabo-verdiano que esteve presente em todas as etapas de vida de Cabo Verde: enquanto território colonial, na transição para a independência, na condição de país Independente, na abertura para a Democracia e o Multipartidarismo e nos Trinta Anos de Cabo Verde Democrático.

O PAICV é por isso uma grande escola política, de militância e de cidadania. Temos que transformar todo esse potencial numa grande força transformadora que une gerações e garante a passagem do testemunho e a transmissão do saber acumulado.

III.4 CAPACITAR AS ESTRUTURAS DE BASE

Devemos reforçar a dimensão local do PAICV e capacitar as Bases para se tornarem o motor do Partido nas suas localidades

Devemos reforçar a dimensão local do PAICV e capacitar as Bases para se tornarem o motor do Partido nas suas localidades, neste século XXI. Para o conseguir, devemos:

- Promover atividades nas Bases, delegar tarefas, encontrar voluntários que possam colaborar e, angariar fundos, entre outros;
- Interagir, permanentemente, para manter as pessoas motivadas;
- Modernizar, não apenas comprando computadores, mas compreendendo e orientando melhor os eleitores, a fim de se aproximarem do partido e envolvendo as pessoas através das estruturas e órgãos locais;
- Aumentar a presença do partido nas comunidades locais. Não aparecer apenas durante os ciclos eleitorais. Temos de encontrar formas de estar presentes nas comunidades locais, encorajando as pessoas a envolverem-se na solução das questões que lhes dizem respeito e as preocupem. O Partido deve ser um partido junto do Povo, ajudando a encontrar soluções para os problemas e conduzindo ações cívicas, a nível local ou nacional, para chamar a atenção para os problemas que as pessoas enfrentam.

III.5 CAPACITAR OS MILITANTES E CONTRIBUIR PARA A FORMAÇÃO POLÍTICA E CÍVICA

Nós, o PAICV, devemos colocar a ênfase na capacitação do militante e do cidadão em geral.

Temos de formar, informar e promover o envolvimento dos cidadãos em geral. É crucial para a nossa democracia. Para o efeito:

- Precisamos de uma cidadania informada, capaz de participar efetivamente no processo político, que não se resume apenas à votação., que é crucial para a construção de uma democracia robusta. É assim que reduziremos a apatia e o absentismo que agora afeta as nossas eleições;
- Devemos desempenhar um papel crucial na formação e educação do público em geral, em particular da juventude, sobre a nossa história, os desafios de hoje e os do século XXI, bem como na promoção de uma perspetiva e agenda política que ajude a sociedade a enfrentar os desafios de hoje e do futuro. Isto exige construção de uma estratégia de marketing & comunicação organizada e eficaz dentro do partido e virada para a sociedade. Temos de celebrar as realizações e a história do partido, dos seus heróis e dos seus governos, promovendo, ao mesmo tempo, os nossos ideais, valores e soluções para o futuro;
- Temos de aumentar a nossa capacidade digital e tecnológica, neste século XXI em que todos estão *online*. Temos de ser conhecedores dos recursos da mobilização por meio das redes e órgãos de comunicação social. Temos de edificar uma marca *online*, especialmente tendo em conta a nossa condição de país arquipelágico e de nação global.

III.6 JPAI – ASSUMIR E PROMOVER OS VALORES DO PAICV NO SEIO DA JUVENTUDE

A JPAI deverá contribuir para engrandecer o Partido, difundindo a sua história e projeto de sociedade

Dados estatísticos recentes dão conta de que a juventude cabo-verdiana representa cerca 63% da população, constituindo-se assim como uma potencial força motriz da sociedade, desde que convenientemente capitalizada e devidamente valorizada.

A JPAI deverá contribuir para engrandecer o Partido, difundindo a sua história e projeto de sociedade e estendendo os seus valores à juventude cabo-verdiana de forma estruturada e articulada.

A JPAI é encorajada a acompanhar e a defender os interesses da Juventude cabo-verdiana e a ser portadora e defensora das suas legítimas expectativas e aspirações por meio de permanente debate e interação, visando e propugnando medidas de política assertivas para a realização do seu potencial.

Por tudo isso, é necessário conceber e implementar um programa de formação política e cidadã com objetivos muito claros e incluindo valências de liderança, designadamente com recurso a plataformas digitais, ferramentas onde, regra geral, os jovens se sentem confortáveis.

A JPAI deverá trabalhar no sentido de granjear, dentro do PAICV e na sociedade cabo-verdiana, espaços de participação dos jovens na vida político-governativa, social e económica.

III.7 FNMPAI – EMPODERAR AS MULHERES NO QUADRO DA IGUALDADE DE GÉNERO

A FNMPAI deverá estar ativa e empenhada para o reforço e efetiva implementação do quadro legal de defesa dos direitos e deveres da mulher.

As Mulheres do PAICV corporizam, como ninguém, a tenacidade do Partido tambarina e têm desempenhado um papel fundamental nos grandes embates políticos dos últimos anos.

A Federação das Mulheres do PAICV deve continuar a ser capaz de, efetivamente, federar para assim ter cada vez maior protagonismo no seio do Partido. Ela deve ajudar o partido, desde as estruturas de base às de topo, a melhorar a sua interação com a sociedade, em geral, e com as organizações da sociedade civil, as comunidades e as famílias, em especial, na promoção e na defesa de valores tão caros ao PAICV como a igualdade e equidade de género, o empoderamento das mulheres e o alargamento da sua participação na esfera pública e na vida política, nas empresas e nos lugares de decisão, na formulação e implementação das políticas públicas.

A Federação das Mulheres do PAICV será a melhor porta-voz e a mais eficaz agente de transformação junto daqueles que ainda estão excluídos e querem apropriar-se das ferramentas que lhes garantam a ascensão e a mobilidade social. Com efeito, ainda é tempo

para grandes campanhas e ações sociais de grande alcance como a promoção da inclusão, que abra ao novo cidadão e à nova cidadã um mundo Novo e sem fronteiras, a formação e a qualificação profissional, a capacitação social, política e cidadã. Desse modo, todas e cada uma das mulheres cabo-verdianas, Cá e Lá, natural das ilhas ou imigrante, desenvolveram todo o seu potencial, continuaram a contribuir para uma sociedade empreendedora, mais equitativa, inclusiva, integradora, confiante, respeitadora das diferenças – de todas as diferenças.

A FNMPAI deverá estar ativa e empenhada, em todas as frentes – parlamentar, governamental, municipal, sindical e associativa -, para o reforço e efetiva implementação do quadro legal de defesa dos direitos e deveres da mulher.

III.8 O PAICV na Diáspora cabo-verdiana

Daremos especial atenção ao reforço da capacidade de organização, de inovação e de mobilização das nossas estruturas junto dos militantes, amigos e simpatizantes na diáspora.

A nossa diáspora tem dado uma extraordinária contribuição para o crescimento e para as vitórias eleitorais do PAICV em todos os continentes, o que muito nos engrandece e aumenta as nossas responsabilidades enquanto Partido. Por isso, através das nossas estruturas na diáspora temos que poder corresponder à confiança depositada no PAICV, com muito trabalho de proximidade, e estar atentos às necessidades e expectativas de todas as gerações de cabo-verdianos para com o seu País natal. Também, através das relações de cooperação e solidariedade com os partidos amigos, devemos pugnar para que sejam adotadas políticas que facilitam a sua integração nos países de acolhimento.

Daremos especial atenção ao reforço da capacidade de organização, de inovação e de mobilização das nossas estruturas junto dos militantes, amigos e simpatizantes na diáspora. As possibilidades abertas pelas tecnologias digitais permitem às estruturas do Partido dinamizar as suas atividades e estabelecer relações de proximidade e entreajuda, fortalecendo a camaradagem e a solidariedade para com os que mais precisam, sobretudo entre os camaradas e contribuindo para o contínuo crescimento do PAICV junto das nossas comunidades emigradas.

IV POR UM CABO VERDE DESENVOLVIDO E SOLIDÁRIO

O nosso objetivo final permanente é desenvolver Cabo Verde e tornar a vida do povo melhor

Para nós, o objetivo final permanente de um grande PAICV é desenvolver Cabo Verde e tornar a vida do povo melhor. Este país merece o empenho sem tréguas do Partido que sempre esteve do lado do povo de Cabo Verde e da viabilização do seu Estado e do seu futuro.

A capacidade nacional e institucional foi claramente enfraquecida ao longo destes últimos seis anos do poder atual. O povo cabo-verdiano merece muito mais do que o atual Governo está

a querer ou poder garantir-lhe! Também as futuras gerações precisam e esperam melhor das atuais gerações!

Além disso, a pandemia da COVID-19 fez sobressair os riscos sistémicos que a Nação enfrenta. Se há uma coisa que o Covid-19 nos ensinou é que o nosso sistema económico está construído sobre alicerces instáveis, como de resto acontece com a generalidade dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. Não podemos, portanto, reproduzir, no pós-Covid, a estrutura da economia do passado. Para prevenir futuras crises, precisamos mudar de direção e de reconstruir melhor as bases económicas.

Os tempos são diferentes. Estamos numa disputa global que é mais competitiva. O ambiente é mais desafiante. A incerteza e a complexidade têm aumentado. Temos de estar preparados para competir com os melhores do mundo. Isto exige que desenvolvamos a nossa capacidade e habilidades, tanto a nível humano como institucional. O estar assim-assim ou o «ali nu li»/o «bai divagár» já não é suficientemente bom. Todos temos de nos concentrar na busca da excelência na nossa vida diária, nas nossas organizações, no sector privado e sim, no governo. Precisamos de fazer melhor.

IV.1 PROMOVER A ELEVAÇÃO DA AMBIÇÃO COMO NAÇÃO

Precisamos de uma nova visão para o nosso país, uma visão que seja ousada, estimulante e atrativa.

Para um Cabo Verde desenvolvido e solidário, devemos, em primeiro lugar, elevar a nossa ambição como Nação. Precisamos de uma nova visão para o nosso país, uma visão que seja ousada, estimulante e atrativa. É nesse âmbito que o PAICV irá se preparar, a fundo, para dar a sua contribuição e continuar a fazer propostas para a diversificação da nossa economia, para monitorar a formulação e a implementação de reformas estruturais, para assegurar que o nosso Cabo Verde seja capaz de competir com os melhores do mundo e para tornar fatores de competitividade a sua posição geoestratégica no Atlântico médio e a sua condição de Nação diaspORIZADA.

Por isso, o PAICV elegerá como objetivo da sua ação:

- Construir de uma economia verdadeiramente Verde: um país que se esforça por liderar em áreas críticas e para servir de banco de ensaio para novas ideias e modo de vida. Trabalhar para que Cabo Verde seja o primeiro País no mundo com 100% de energias renováveis e um dos primeiros países a assegurar a transição energética e a cumprir com as convenções internacionais para um mundo net zero;
- Aproveitar um dos fatores que temos em abundância, o Oceano, contribuindo para fazer de Cabo Verde uma potência do futuro na economia azul;
- Apostar na edificação de uma economia digital como fonte de modernização da sociedade, de criação de empregos jovens e do aumento substancial da exportação de serviços;
- Digitalizar as empresas e a sociedade, sobretudo pela via da indústria 4.0 e a sustentabilidade económico-financeira dos principais serviços públicos, o que exige

repensar, radicalmente, a forma como o Estado funciona e está organizado e o desafio da equidade e da coesão, quer ao nível territorial, quer ao nível individual e familiar;

- Reconstruir o nosso sector turístico, para assegurar que a presença dos turistas se estenda por todo o país; que as fontes sejam diversificadas; que o setor seja democratizado, e que todos possam participar, aumentando ao mesmo tempo o conteúdo local e o valor acrescentado. Estes fatores são fundamentais para reduzir os riscos sistémicos dentro do próprio setor;
- Modernizar a agricultura, uma vez que precisamos de, ao mesmo tempo, tirar proveito dos investimentos realizados no mundo rural no decurso da nossa vida como país independente, adotar novas abordagens à agricultura como o uso de novas tecnologias e técnicas que permitam cultivar com pouca ou nenhuma chuva e gerar rendimentos substanciais para os agricultores e a população rural;
- Encorajar a criação de infraestruturas inteligentes e a formulação de políticas logísticas com foco na qualidade, na melhoria da gestão e da regulamentação, para: assegurar a modernização e a construção de infraestruturas de classe mundial; reduzir custos e assegurar transportes de boa qualidade no interior e que melhor nos ligam ao resto do mundo; e garantir que temos serviços sociais excelentes em educação, saúde, água, saneamento e telecomunicações, dada a importância da Internet e da 5G para o futuro;
- Estimular uma verdadeira política integrada de coesão territorial, apropriada para um país arquipelágico, em que todos os cidadãos tenham igual acesso aos serviços essenciais, às oportunidades económicas e sociais e às prestações públicas, independentemente da ilha ou do Conselho em que vive. Nenhum cidadão pode ser penalizado no acesso aos serviços essenciais, porque a ilha onde vive padece ainda de falhas no seu provimento, sem que seja compensado de alguma forma, nomeadamente pela via da política de transporte e mobilidade interilhas;
- Fomentar um ordenamento do território que deve espelhar o compromisso de não deixar nenhuma ilha para trás. Para tal, fazer com que as Diretivas Nacionais de Ordenamento do Território sejam revisitadas e ajustadas à nova realidade económica, social, tecnológica, cultural e política.

IV.2 INCENTIVAR E ENCORAJAR REFORMAS PROFUNDAS EM TEMPO ÚTIL

O PAICV agirá no sentido de incentivar o Governo a tomar, em tempo útil, as decisões profundas, amplas e difíceis que a situação atual do país exige

Em segundo lugar, o PAICV agirá no sentido de incentivar o Governo a tomar, em tempo útil, as decisões profundas, amplas e difíceis que a situação atual do país exige como sejam a formulação e a implementação das reformas nacionais. Temos de reformar um certo número de políticas públicas para reconstruir melhor o que a pandemia acelerou. As reformas críticas incluem:

- Redesenhar o sistema educacional desde o primário, passando pelo profissional até ao superior, centrando o sistema educacional na qualidade e relevância das formações,

no aprender fazendo/aprendizagem ao longo da vida, e no desenvolvimento, nos alunos, da capacidade de resolver problemas, do pensamento crítico e da competência plurilingue e pluricultural;

- Criar um novo ambiente de negócios, fazendo de Cabo Verde um país atraente e estimulante para fazer negócios por meio da implementação de um programa para reformar o ambiente empresarial, tornando-o mais competitivo e de reformas laborais profundas favoráveis, simultaneamente, aos negócios e à empregabilidade.

IV.3 ESTIMULAR A INOVAÇÃO A TODOS OS NÍVEIS

Nós, o PAICV, devemos contribuir para a promoção da inovação em todos os aspetos e a todos os níveis.

Temos de contribuir, também, para a promoção da inovação em todos os aspetos e a todos os níveis. Para o efeito, devemos incentivar a adoção de uma agenda nacional, focada na construção de uma cultura de inovação e criatividade e de um ecossistema robusto que garantam o incentivo à inovação e à criação. Para tanto torna-se necessário:

- Comprometermo-nos com a construção de um sistema nacional de inovação com instituições adequadas e apropriadas aos objetivos definidos e às realidades do país;
- Enfrentar e superar os principais desafios por que passam a tecnologia e a inovação em Cabo Verde, desde as competências até às insuficiências de financiamento;
- Atrair investidores, empresários e mão-de-obra qualificada, na diáspora cabo-verdiana e no quadro da política de imigração;
- Colocar a ênfase na CTEMG - ciência, tecnologia, engenharia, matemática e gestão.

IV.4 MAIOR ABERTURA AO MUNDO

Temos de nos tornar, verdadeiramente, uma nação global, não só para aqueles que partilham os nossos genes, mas para todos os que sentem e querem ser cabo-verdianos.

Em quarto lugar, devemos estar abertos ao mundo. Precisamos de novas parcerias e de novas aberturas para aumentar o investimento privado externo e como forma de alcançar, rapidamente, a nossa visão para o futuro e de reforçar as capacidades nacionais para apropriação do nosso desenvolvimento. Precisamos de ser conhecidos como um destino de investimento. Na nação global, a diáspora, deve ser um elemento-chave desta agenda: devem ter plenos direitos, tal como os que residem no país; e devem ser envolvidos e empenhados na estratégia para enfrentar o mundo. Temos de nos tornar, verdadeiramente uma nação global, não só para aqueles que partilham os nossos genes, mas para todos os que sentem e querem ser cabo-verdianos. Temos de lhes proporcionar um espaço para investirem, trabalharem e juntarem-se a nós no esforço de construir a primeira nação global. Como parte

da mudança das nossas relações com a nossa diáspora, devemos deixar de nos concentrar nas remessas para nos concentrarmos em:

- Transferir conhecimento;
- Promover o investimento da diáspora;
- Aprofundar sua participação nos assuntos nacionais.



Grupos de Trabalho

Tema 01: Que Partido queremos?

- Como transformar o PAICV num movimento do século XXI?
- Como reestruturar e reformar a organização e a gestão do Partido?

Jorge Lopes
Praia, 9 de abril de 2022



Índice

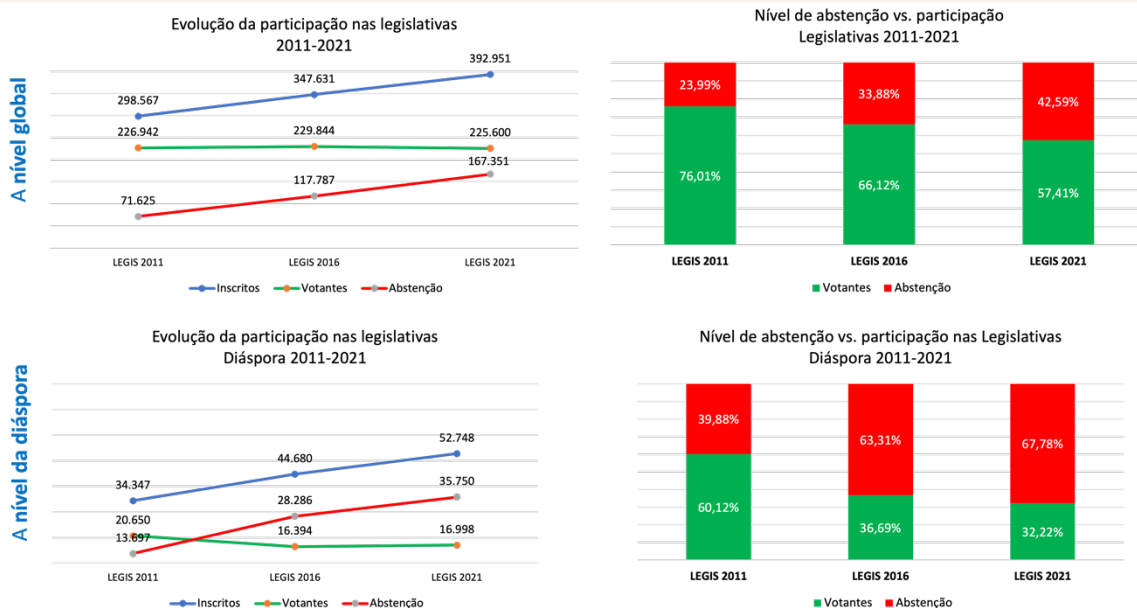
- 1 PARTICIPAÇÃO ELEITORAL EM CABO VERDE: 2011-2021
- 2 ABSTENÇÃO ELEITORAL – FENÓMENO POLÍTICO DO SÉCULO XXI
- 3 ABSTENÇÃO - EXPRESSÃO DA CRISE DOS PARTIDOS E DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA
- 4 O DECLÍNIO DA MILITÂNCIA POLÍTICA
- 5 QUAL A FUNÇÃO DOS PARTIDOS NUM ESTADO DEMOCRÁTICO E PLURALISTA?
- 6 QUE PARTIDO QUEREMOS?
 - 6.1 O que nos define e nos torna diferentes?
 - 6.2 Reformar a organização e a gestão do partido
 - 6.3 Fazer do PAICV também um movimento do século XXI
 - 6.4 Um Partido talhado para os momentos mais difíceis do país

1 PARTICIPAÇÃO ELEITORAL EM CABO VERDE: 2011-2021

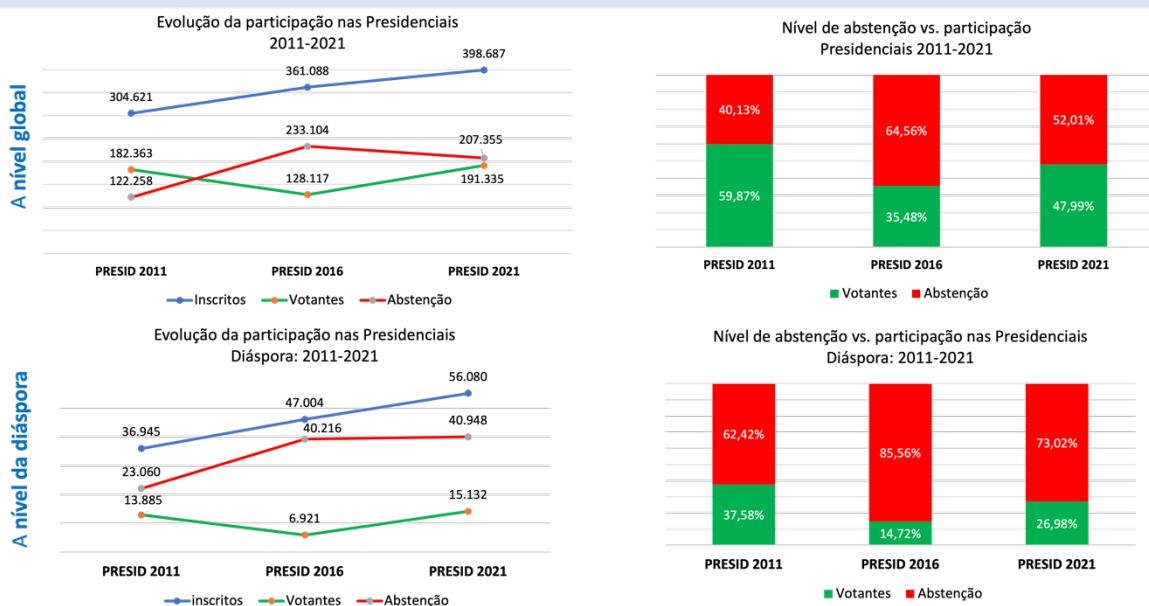
Os gráficos abaixo ilustram a evolução da participação eleitoral em Cabo Verde, nos três últimos círculos eleitorais: 2011/2012, 2016 e 2020/2021.

Cada ciclo abrange os três tipos de eleição constitucionalmente previstos: Legislativas, Presidenciais e Autárquicas.

Eleições Legislativas - Universo eleitoral e comportamento dos eleitores

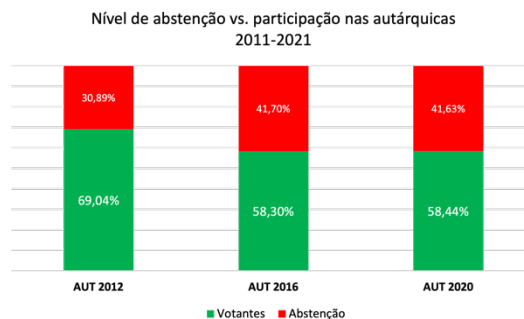
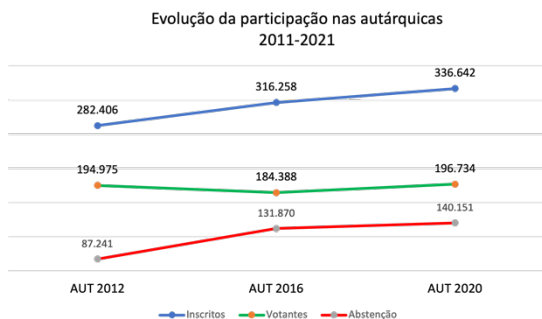


Eleições Presidenciais - Universo eleitoral e comportamento dos eleitores



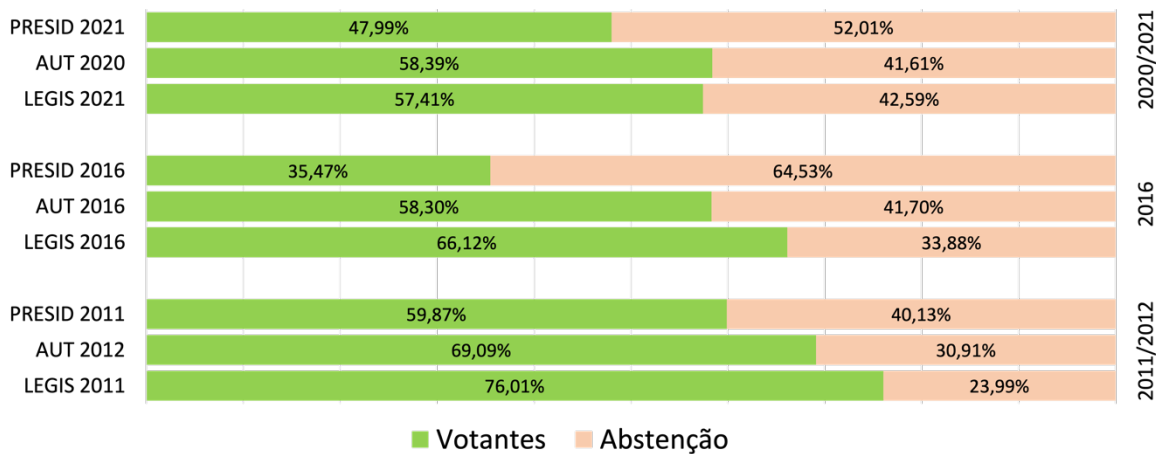
Inscritos, acima com maiúsculas

Eleições Autárquicas Universo eleitoral e comportamento dos eleitores



Evolução do nível de abstenção vs. participação

Nos três últimos ciclos eleitorais



2 ABSTENÇÃO ELEITORAL – FENÓMENO POLÍTICO DO SÉCULO XXI

O aumento progressivo das abstenções eleitorais em Cabo Verde é, sem dúvida, preocupante. Contudo, não constitui um fenómeno típico do nosso país. Nos últimos anos, especialmente democracias mais avançadas do que a nossa vêm experimentando, em maior ou menor grau, o fenómeno político da abstenção que tem sido objeto de estudos diversos, na tentativa de identificar as causas e na busca de eventuais soluções.

De uma maneira geral não se atribui a necessária atenção à abstenção, já que ela não pesa nos resultados eleitorais. Numa competição política, comemora-se a única coisa que importa no momento: QUEM GANHOU?

Mas é tempo de começamos a entender e a admitir que a abstenção não flutua somente em função da natureza das eleições, mas que vem aumentando, mais ou menos regularmente, e não só em Cabo Verde, como referido.

De uma maneira geral, as pesquisas sobre a abstenção eleitoral separam os países entre os que têm voto obrigatório (Bélgica e Grécia e Brasil por exemplo) e os que não têm voto obrigatório.

Exceção feita aos países com voto obrigatório, os estudos sobre este tema são unânimes em concluir que há, efetivamente, um crescimento das abstenções em todas as democracias industrializadas, especialmente a partir dos anos 1980, observando-se a existência de uma tendência geral para o declínio da participação eleitoral. E Cabo Verde não foge à regra.

Na análise de alguns estudiosos, este declínio da participação eleitoral em todas as democracias ocidentais sem voto obrigatório “não parece estar relacionado com variações entre os diferentes sistemas de governos (autoritários, democráticos etc.)”

Entre as razões apresentadas, os especialistas apontam o desinteresse pela política, a vontade de protestar por meio da não comparência às urnas ou o simples agastamento em relação aos representantes do povo no parlamento.

Paradoxalmente, o direito de voto, conquistado a duras penas no decorrer da história e considerado um dos expoentes maiores do direito do cidadão, deixou de mobilizar uma parte significativa da população, que se omite face à vida política.

Assim, o que há de consensual na literatura é a constatação, por um lado, do crescimento da abstenção eleitoral e, por outro, de uma tendência geral de declínio da identificação com os partidos políticos.

Um conjunto considerável de análises internacionais vem mostrando uma tendência para a constituição de um cenário adverso às instituições tradicionais partidárias e representativas, marcado, sobretudo pelo descrédito nos partidos, nas eleições e nos próprios governos como atores responsáveis pelo interesse público.

Evidencia-se, assim, uma crise dos partidos políticos, que se caracteriza por ser uma crise de representação, marcada sobretudo pelo deficiente desempenho das suas funções de intermediação entre o Estado e a sociedade. Também por esta razão, a centralidade dos partidos políticos nas democracias ditas ocidentais é cada vez mais questionada.

Mas isso não significa afirmar que os partidos já não são importantes e já não têm um papel relevante a desempenhar. Na verdade, os partidos ainda têm um papel importante na gestão

do Estado – de quem dependem, por sinal, em termos de apoios financeiros. Além disso, continuam com o monopólio da representação formal e da constituição dos governos, mantendo assim importante papel institucional.

3 ABSTENÇÃO - EXPRESSÃO DA CRISE DOS PARTIDOS E DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Um dos fundamentos da democracia moderna é a competição política que tem como pilares fundamentais os sistemas partidários competitivos, com partidos organizados e eleições como fonte de legitimação. No entanto, no diagnóstico de muitos analistas, há uma crise da democracia representativa, expressa, entre outros aspectos, na crise dos partidos políticos e no declínio da participação eleitoral.

É patente a perda da centralidade dos partidos, que se tornam cada vez mais deficientes na articulação e agregação dos distintos interesses da sociedade bem como o declínio da participação eleitoral.

A desconfiança social atinge os que participam nos processos eleitorais, quaisquer que sejam as suas ideologias e o teor dos seus discursos, e muitos estudiosos consideram que aquilo que se vê por todo o mundo é uma perda de legitimidade das democracias.

O que cria a sensação de impotência no eleitorado que se sente cada vez mais distante das decisões políticas é um crescente distanciamento entre a participação política e a resolução dos problemas sociais. Assim, abre-se espaço ao desencanto, à apatia e até à hostilidade face a distorções que, muitas vezes, envolvem políticos e instituições democráticas. São esses sentimentos que se traduzem, na maior parte das vezes, no aumento da abstenção.

Na verdade, da observação de pesquisas sobre os países europeus nota-se, entre outros aspetos, a queda da confiança nas instituições democráticas e nas instâncias representativas existentes, em especial, nos partidos políticos.

Ao analisar as transformações dos sistemas partidários na Europa Ocidental nos anos 70, um analista político, *Kirchheimer* (1990) usou o termo *catch-all-parties* (“partido pega-tudo”) querendo mostrar como os partidos perderam gradativamente as suas identidades. Se “pegam tudo” não há distinções programáticas e ideológicas precisas que estabelecem a diferenças entre eles.

Para esse autor, os partidos burocratizaram-se e abandonaram as suas posições de classe (característica do período inicial, ou seja, meados do século XIX e inícios do século XX) para formularem propostas difusas, em nome de “todo o povo”, cujo objetivo é unicamente a conquista do poder.

E demonstra, assim, por que a crise dos partidos e da representação política se expressa nos altos índices de abstenção eleitoral.

4 O DECLÍNIO DA MILTÂNCIA POLÍTICA

O desinteresse pela atividade político-partidária constitui uma das preocupações mais prementes da sociedade cabo-verdiana e tem lugar permanente na agenda da opinião pública. Mais uma vez não se trata de uma situação específica de Cabo Verde, mas sim vivida a nível global.

Este declínio afeta igualmente outras organizações de intenso ativismo social como, por exemplo, os sindicatos. As verdadeiras razões deste declínio não são ainda conhecidas, mas as crises económicas que abalam o espectro da sociedade desde os anos 70 são apontadas como a raiz de tal descrédito.

Em resumo: muitos analistas consideram que a crise da política começou com a crise dos partidos, cada vez menos ideológicos e menos ativistas e cada vez mais eleitoralistas, tendo em vista o objetivo de ocupação de cargos, honras, posições de relevo e prossecução de interesses pessoais e corporativos e não tanto o quê do estado.

Princípios, programas, projetos são conceitos cada vez mais substituídos pela ambição e o eleitoralismo, afastando a opinião pública da sua crença nos partidos e, logo, na vida política.

A adoção do pragmatismo eleitoral, com a defesa de certos meios para atingir os fins, constitui um dos gérmes do descrédito da vida política. Mesmo a esquerda, onde nos situamos, vem assumindo este pragmatismo para alcançar o poder institucional.

Evoca-se muito hoje a questão do utilitarismo, do "voto útil", que sacrifica as ideologias: muitos partidos têm mais adesão popular quando se enquadram em movimentos sociais do que quando são sujeitos ao escrutínio popular, por ambição do poder institucional.

Também muitos cidadãos exercem o utilitarismo, quando preferem votar num partido com possibilidades de triunfo em detrimento daquele em que sempre se reviram ideologicamente.

Por isso, os partidos embarcam cada vez mais nesse utilitarismo pragmático, muitas vezes esvaziando conteúdos ideológicos, o que cria desinteresse eleitoral, abstenção e afastamento da política ou militância partidária pelos cidadãos.

O neoliberalismo e a globalização económica redundaram em assimetrias e desigualdades sociais crescentes, e a população enveredou pelo individualismo e por uma opção de sobrevivência, perdendo a confiança e o interesse naqueles que eram outrora os seus paladinos: os partidos políticos.

Outrossim, a aplicação das políticas e medidas publicitadas nas eleições está longe de ser efetiva, devido às insuperáveis crises económicas, institucionais e outras, à absorvência global da economia, que retira autonomia e capacidade política e decisória aos estados nacionais, diminuindo o empenho da cidadania pela via política.

O declínio do conceito de Estado também contribui para o declínio da militância política, já que há cada vez "menos Estado" e "mais indivíduo", logo menos ideologia e princípios e maior procura de oportunidade, pragmatismo e carreira.

Por outro lado, governantes e parlamentares estão cada vez menos comprometidos politicamente com os seus eleitores, desintonizados com as necessidades nacionais, com a justiça social. A democracia pode ter "conquistado" o mundo nos últimos decénios, mas não

foi acompanhada de vantagens económicas e sociais de relevo, nem para as maiorias nem para a juventude, maior canteiro de potencial militância política.

A realização humana é cada vez mais difícil, e os jovens estão cada vez mais pessimistas. Daí que a democracia, enquanto sistema que mais privilegia a vida política e partidária dos cidadãos, esteja em crise, sendo ultrapassada pela crença pragmática no desenvolvimento económico.

Uma grande parte, crescente, de cidadãos dos países empobrecidos da América Latina prefere hoje o autoritarismo com desenvolvimento económico do que a democracia, com liberdade e garantias, mas com pobreza e baixos índices de realização humana das maiorias.

5 QUAL A FUNÇÃO DOS PARTIDOS NUM ESTADO DEMOCRÁTICO E PLURALISTA?

Diante de tudo o que foi dito sobre as razões da abstenção eleitoral (crise dos partidos políticos e da representação política e o declínio da militância política e partidária) qual será, então, a solução?

É que, por outro lado, também existem analistas que, mesmo considerando convincente a tese contemporânea do declínio dos partidos, argumentam que isso também pode conduzir a um grande erro pois, na realidade, e no dizer de Mair (2003) “embora as organizações partidárias possam estar a fracassar, os partidos enquanto tais certamente não estão”.

Há que estabelecer uma distinção importante entre os partidos e as organizações partidárias, quando se considera que o que está em crise não são propriamente os partidos, mas as organizações partidárias. Com efeito, afirma Mair (2003), “o que se observa é o fortalecimento do papel dos partidos nos governos acompanhado de uma certa erosão das suas bases organizativas, minando desse modo uma chave fundamental da legitimidade política.”

Face ao descrédito que se verifica hoje, é preciso fazer uma análise reflexiva a respeito da função dos partidos políticos num Estado democrático para demonstrar que são instituições fundamentais para o processo democrático. Procura-se, há já algum tempo, uma fórmula adequada para restabelecer a interação e construir o elo de ligação entre os indivíduos e as instituições de representação política.

Vivemos atualmente numa sociedade complexa, heterogênea e multifacetada e, por esta razão, nenhuma democracia moderna conseguirá ser realizada sem que haja algum tipo de instituição capaz de expressar as vontades dos indivíduos de forma ordenada e produtiva. A conclusão, apesar de tudo, é muito clara - os partidos são instituições imprescindíveis para a manutenção da democracia.

Para tal, é fundamental que os partidos tenham uma base organizacional sólida e concreta. Quanto mais forte e coerente for a organização do partido, maior o potencial para a filiação aumentando assim, o número de participantes no debate político. Afinal, os militantes são o elo de ligação do partido com a sociedade e os portadores das preocupações e das demandas dos cidadãos.

A fragilidade organizacional é um traço comum dos partidos hoje, eventualmente devido às diversas mudanças no contexto social e político dos países e à pouca importância que os partidos atribuem à sua própria organização.

Normalmente, o partido só se mobiliza em épocas de eleições. Passado o período das campanhas políticas, todos os esforços empenhados para as eleições se dissipam, e os partidos voltam a um quadro de passividade e de ausência de atenção para a sua organização.

Essa tendência é muito mais acentuada quando a organização partidária é formatada de baixo para cima.

Um traço característico das instituições partidárias é que almejam alcançar o poder político e nele manter-se o máximo possível para influenciar diretamente nas decisões governamentais, fazendo prevalecer a vontade social que entendem ser preponderante.

Neste sentido, o que se espera dos partidos é que tenham sempre em pauta, para discussão, temas referentes a questões sociais, económicas, da saúde, da educação, entre outros.

A democracia partidária constitui igualmente uma das dificuldades dos partidos e são muitos os pontos que a enfraquecem. Um deles tem a ver com o fraco comprometimento de muitas lideranças com as ideologias e os programas partidários, transmitindo para a sociedade mensagens de cunho individual, não alinhadas com as intenções e as metas do partido, prejudicando assim a democracia partidária. Outro está ligado à deficiente cultura democrática patente nos processos eleitorais internos que, muitas das vezes, cria ou acentua divisões internas que desviam os partidos da sua missão central, descredibilizando-os diante das comunidades e dos eleitores.

O enfraquecimento da cultura partidária é patente no cenário político cabo-verdiano, hoje. Há algum descomprometimento com a política e a sociedade refugia-se numa inércia crescente diante dos vários problemas que assolam o país.

Uma parcela deste descontentamento com a política decorre da imagem que se constrói dos políticos.

Mas fica demonstrado que os partidos políticos possuem uma função social a ser cumprida: a de organizar os interesses da coletividade em prol de toda a sociedade e, ainda, que apesar das diversas dificuldades e obstáculos que devem ser superados pela política, sem os partidos políticos não há como existir um processo democrático em Cabo Verde.

6 QUE PARTIDO QUEREMOS?

6.1 O que nos define e nos torna diferentes?

O PAICV é um partido político que assume e se orgulha do percurso histórico e dos valores do homem das nossas ilhas, defende a liberdade e a democracia e propugna a construção de uma sociedade mais livre, mais justa, mais solidária e mais desenvolvida:

- Um Partido de causas;
- Um Partido de Esquerda Democrática, membro da Internacional Socialista;

- Um Partido onde todos os militantes manifestam o seu sentir e reivindicam participar efetivamente no processo de tomada de decisões, exercendo democraticamente a sua participação política em toda a dimensão dos Estatutos;
- Um Partido de liberdade, de justiça social, de igualdade e de solidariedade;
- Um Partido da Democracia, que se propõe contribuir para o aprofundamento da cultura democrática na nossa sociedade e para a tornar uma prática quotidiana;
- Um Partido renovado, federador, moderno, com uma liderança capaz de aproveitar os benefícios das redes sociais;
- Um Partido com profundas raízes nas comunidades;
- Um Partido Unido:
 - uma unidade forjada no debate sereno, profundo e construtivo, que visa a construção e a consensualização de projetos e de propostas políticas para a governação interna, para o Estado, a economia e a sociedade cabo-verdiana;
 - uma unidade construída, a um tempo, na diferença de pensamento e na valorização dos fundamentais que nos unem e que definem o partido;
 - uma unidade assente na clareza dos nossos próprios valores e crenças, com sentido de construção do bem comum;
- Um Partido de militantes que interpretam, articulam e agregam os distintos interesses da sociedade e que não são simples componentes de uma máquina eleitoralista.

6.2 Reformar a organização e a gestão do partido

Para uma intervenção política estruturada e portadora dos anseios das comunidades, é necessário reformar a organização partidária e a gestão do partido com ações bem dimensionadas, nomeadamente:

- Reforçar a capacidade de intervenção e de coordenação do Secretariado Nacional;
- Profissionalizar, tanto quanto possível, a gestão do partido;
- Facilitar e estimular o crescimento orgânico de novas lideranças no interior das estruturas partidárias e incentivar a participação pública;
- Melhorar a capacidade financeira do PAICV:
 - Recriando e inovando no sistema de pagamentos de quotas e de mobilização de fundos;
 - Adotando mecanismos modernos de financiamento das necessidades do Partido;
- Reforçar a base de dados e a plataforma de gestão dos efetivos do partido para um melhor alinhamento e aproveitamento do potencial dos militantes;
- Introduzir uma plataforma eleitoral digital, já par as próximas eleições diretas para Presidente;
- Lançar campanhas de mobilização de novos militantes;
- Montar um Programa de formação (política e cidadã) de dirigentes a todos os níveis orgânicos e de militantes, com conteúdos adaptados, passível de implementação também através de plataformas digitais;
- Reforçar a dimensão local do PAICV por meio da capacitação das estruturas e dos militantes e da disponibilização de recursos para facilitar a interação com as comunidades;
- Desenvolver parcerias internacionais com organizações de mesma família política;
- Criar espaços de partilha e de interação entre diferentes gerações de militantes.

6.3 Fazer do PAICV também um movimento do século XXI

A chave fundamental da legitimidade política do PAICV reside suas bases organizativas sendo, por isso, incontornável ter uma base organizacional sólida e concreta. Por isso deve o PAICV:

- Restabelecer a interação e reconstruir o elo de ligação entre os militantes e as comunidades para avocar-se como um Partido realmente representativo das aspirações dos cabo-verdianos;
- Estimular as estruturas locais do PAICV a:
 - Se tornarem elementos atuantes e dinâmicos de transformação da sociedade;
 - Promover a Democracia e a solidariedade social e comunitária;
- Incentivar os cidadãos a uma participação mais ativa na gestão pública e nas políticas públicas
- Melhorar a comunicação política, dando uma atenção especial ao uso das redes sociais;
- Adquirir um conjunto de ferramentas de organização política do século XXI;
- Valorizar todas as gerações e incentivar a cooperação intergeracional;
- Resgatar o papel de porta-voz moral da sociedade cabo-verdiana e de defensor dos interesses nacionais e das camadas menos privilegiadas
- Ser uma organização aberta, orientada para o futuro, aprendente, inovadora e promotora do diálogo na diversidade

6.4 Um Partido talhado para os momentos mais difíceis do país

Ao longo da sua história, o PAICV foi sempre um Partido que soube, em tempo oportuno, interpretar os sinais dos tempos e ir, em cada momento, ao encontro das esperanças do povo das ilhas. No conturbado contexto económico e social que se vive atualmente a nível global, mas com incidência particular em Cabo Verde, o PAICV deve assumir-se como:

- O partido mais bem preparado para os desafios presentes e futuros, tendo em conta o seu percurso e experiência da luta pela independência e de 30 anos de governação de Cabo Verde
- Um Partido com visão e:
 - capaz de colocar sobre a mesa propostas alternativas de governação que tenham como epicentro o bem-estar social e a qualidade de vida dos cabo-verdianos;
 - apto para elaborar uma estratégia de governação de Cabo Verde para o futuro, de acordo com os novos tempos e com as aspirações atuais da sociedade cabo-verdiana;
 - habilitado para devolver a esperança ao povo cabo-verdiano e resgatar o seu voto de confiança;
 - experiente para se reinventar e propiciar as rápidas transformações da sociedade, o todos os níveis – económico, social, tecnológico, ambiental, entre outros;
- Um Partido aberto, voltado para a participação e focado na dinâmica da sociedade civil;
- Um Partido capaz de atender às demandas dos cabo-verdianos nos próximos embates eleitorais:
 - Com militantes profundamente comprometidos com as causas do povo;
 - Com um ambiente interno saudável e de diálogo inclusivo;
 - Com capacidade para lançar e animar grandes debates sobre as questões centrais do desenvolvimento como a educação, a saúde, a coesão territorial, a unificação do território, a solidariedade social, entre outros.



Grupos de Trabalho

Tema 01: Que Partido queremos?

- Como transformar o PAICV num movimento do século XXI?

Walter Évora

Praia, 9 de abril de 2022



Que Partido Queremos?

Começo por saudar a todos os delegados do XVII Congresso do PAICV

Cumprimento a todos os nossos convidados deste Congresso.

E cumprimento também os camaradas colegas de painel, a camarada Elisa Pinheiro e o camarada Jorge Lopes.

Foi incumbido de fazer aqui o papel de animador deste painel, de modo que a minha apresentação cinge no lançamento de pistas e ideias para o nosso debate coletivo e não propriamente numa dissertação profunda sobre o tema.

“Que Partido Queremos?” é naturalmente uma pergunta que tem de ser respondido pelos militantes do PAICV que aqui são representados pelos delegados deste Congresso, que terá de ser precedido pela pergunta “Que Partido Temos?” ou “Que Partido Somos” e que, depois, terá de ser respondido de forma objetiva como se fosse uma resposta a pergunta “Que Partido Podemos ter nos próximos três anos”, que é o tempo de vigência da maioria das decisões tomadas neste Congresso, embora algumas decisões aqui tomadas ultrapassaram esse período temporal.

Uma resposta imediata que poderíamos dar a essa pergunta, que nos foi lançado pela Liderança do Partido, seria:

1. Queremos um partido que ganhe as eleições municipais e nacionais.

Pode parecer ser uma resposta brusca e simplista, mas, na verdade, vai à essência da existência dos partidos políticos no geral.

Se formos aos grandes teóricos da Ciência Política vamos constatar que praticamente todos, na sua busca de definição do conceito de partidos políticos, identificam um princípio comum que é a procura de votos em eleições para cargos políticos.

Max Weber dizia mesmo que “os partidos são, na sua mais íntima essência, organizações livremente criadas (...) (em que) o seu fim é sempre a procura de votos em eleições para cargos políticos”

Nesta perspectiva puramente eleitoralista que tipo de partido somos?

Somos um partido de massas, que se sustenta nos seus militantes para se afirmar politicamente, para fazer as suas campanhas políticas e para se financiar ou somos nos um partido de quadros que depende muitos de personalidades notáveis que usam a sua influência para angariar votos para o partido, com técnicos notáveis que organizam as campanhas eleitorais e com notáveis que financiam o partido ou então seremos nos um catch all party ou como os Italianos chamam um partido pigliatutti, um conceito que Kirchheimer criou em que os partidos tem uma perspectiva de expandir ao máximo a sua base eleitoral de apoio, que se caracterizem por uma drástica redução da bagagem ideológica, por um reforço do poder dos grupos dirigentes da cúpula e redução do papel do militante sendo um partido aberto a diversos grupos de interesse

Que tipo de partido é o PAICV e como chegamos a aquilo que somos hoje?

A segunda resposta, também imediata, que podemos dar a pergunta “Que Partido Queremos? Poderia ser:

2. Queremos um partido que governe bem, tanto a nível local como a nível nacional.

Portanto não chega ganhar as eleições, é preciso ter capacidade para o partido identificar os problemas socioeconómicos, elaborar um programa de políticas públicas e implementá-las de forma eficaz e eficiente de modo que aja persecução da justiça da segurança e do bem estar económico e social que são os fins do Estado.

A questão que se coloca aqui é quando o PAICV ganha as eleições municipais ou nacionais continua a haver uma forte ligação entre os dirigentes camarários e os dirigentes governamentais com as estruturas do partido de modo que a elaboração das políticas públicas seja um processo articulado com o partido e materializado pelos dirigentes camarários e governamentais, ou pelo contrario quando o PAICV ganha as eleições passa a existir um fosso entre os dirigentes e os órgãos do partido tornando essa fosso num risco eleitoral nas eleições seguintes.

Uma terceira resposta que podemos dar a pergunta que nos é colocado, seria:

3. Queremos um partido que seja uma instituição forte, com regras claras e respeitadas pelos seus membros e cujo funcionamento perdura para além do ato eleitoral

Se não conseguirmos ganhar as eleições e não conseguirmos participar no processo de elaboração das políticas públicas, não queremos também que o partido simplesmente desapareça, que os órgãos deixem de funcionar e que só volta a reaparecer no próximo ato eleitoral.

A quarta resposta a pergunta “Que Partido Queremos?” poderia ser:

4. Queremos um partido financeiramente sustentável

Tal como qualquer outra instituição, se o PAICV continuar a acumular dívidas a medida que vão passando as eleições, chegará o dia em que simplesmente não teremos condições para realizar as nossas atividades por falta de meios financeiros.

A sustentabilidade financeira do partido financeira do partido passa pela cobrança de quotas.

É de capital importância que o PAICV elabore e implemente um programa eficaz e eficiente de cobrança de quotas.

A cobrança de quotas não pode ser feito de forma amador, tem de ser feito de forma profissional, ou seja, deve haver um gabinete de cobrança de quotas com funcionários pagos para esse efeito.

Se todos os militantes do PAICV pagarem a quota mínima que são 100 escudos por mês o partido tem a sua disposição mais 3 mil contos mensais, se apenas metade pagar as quotas o partido tem 1500 contos mensais.

Para além das quotas o partido tem de transformar os ativos que tem como as várias propriedades que tem em todo o país em fonte de receita.

Nos podíamos pegar em cada uma dessas respostas e dissecá-las, debata-las profundamente e subtrair o sumo para a moção de estratégia que vai sair deste Congresso, mas simplesmente não temos tempo.

Vou pegar apenas na primeira resposta para analisarmos com mais profundidade o que temos de fazer para nos tornarmos num partido eleitoralmente mais competitivo e vou fazer a interligação com as duas questões complementares que nos é colocado, ou seja, como transformar o PAICV num movimento do século XXI? e como reestruturar e reformar a organização e a gestão do Partido?

Como transformar o PAICV num movimento do século XXI?

Como reestruturar e reformar a organização e a gestão do Partido?

A meu ver a questão está mal colocada, porque partido e movimento são dois conceitos diferentes, no entanto percebe-se aquilo que pretende a liderança com esta pergunta.

Eu faria uma única pergunta, que seria “Como reestruturar e reformar a organização e a gestão do Partido para transformá-lo num partido do século XXI?

Nós podemos responder a essa pergunta sem entendermos bem o que temos de novo no século XXI que seja um fator condicionante da atividade político partidária.

Para mim a novidade se resume em 2 palavrinhas, Redes Sociais.

O advento e a massificação das redes sociais e o produto que se tem retirado da utilização dessas redes sociais está a revolucionar a forma de fazer a comunicação política no século XXI.

Estou a falar da publicidade ou da propaganda política que feita nas redes sociais que é de grande alcance e que é preparada e formatada a partir da quantidade massiva de dados pessoais que são subtraídos da utilização das redes por grandes empresas que utilizam esses dados para definirem o perfil eleitoral de cada um de nós e que elaboram estatísticas poderosas para serem utilizadas no bombardeamento de propaganda política que influencia o nosso comportamento eleitoral.

Na campanha de Barack Obama em 2008 começou-se a utilizar as redes sociais de forma massiva para influenciar o comportamento eleitoral.

Mas com o Project Alamo, da campanha de Donald Trump, onde participou a controversa empresa Cambridge Analítica e que culminou com a vitória de Trump nas eleições presidenciais dos EUA, ficou claro que a utilização de

estatista de dados e de publicidade política direcionada nas redes sociais é decisivo nas eleições no século XXI.

Para terem uma ideia nos estamos num contexto em que os dados tem mais valor que o petróleo.

Dados são o recurso mais valioso da terra.

As empresa mais ricas do mundo são as empresas tecnológicas, a google, o Facebook ou Meta, a Amazon e Tesla.

A tecnologia existente hoje com a Inteligência Artificial, permite a partir dos nossos dados pessoais que o nosso perfil seja traçado que a nossa personalidade seja prevista.

A personalidade determina o nosso comportamento e o nosso comportamento influencia como votamos.

O nosso comportamento pode hoje ser previsto com precisão.

Essa empresa, que hoje já não deve existir por causa do escândalo que deu, a Cambridge Analítica afirma ter 5 mil dados para cada votante nos EUA, que podem ser usados para prever a personalidade de cada eleitor nos Estados Unidos.

Quando a nossa personalidade é traçada, faz-se uma segmentação e previsão de comportamentos, começamos a ser bombardeados com conteúdos digitais muito específicos que influenciam o nosso comportamento eleitoral.

Cada vez que fazemos scroll no Facebook que paramos para ver uma publicação, cada like ou partilha que fazemos, cada vez que paramos para ver um vídeo no Facebook ou no YouTube, cada compra online ou com cartão que fazemos, estamos a enviar um grande quantidade de informações pessoais nossos que hoje estão a ser utilizada por grandes empresas mundiais para fins comerciais e políticos.

Essa tecnologia que permite a construção do nosso perfil psicológico é uma tecnologia que está a fazer toda a diferença nos processos eleitorais no século XXI.

Project Alamo, campanha de Trump, quando estava no seu máximo eles gastavam 1 milhão de dólar por dia em publicidade no Facebook.

Quem pensa que isto é um cenário futurista que não existe em Cabo Verde está redondamente enganado.

Isto existe em Cabo Verde, está a ser utilizado em Cabo Verde e teve um forte peso nos resultados das eleições legislativas de 2016 e 2021.

A escolha do Slogan “Nha Partido é Cabo Verde” foi feita depois de uma consultoria especializada para o efeito.

Se nos queremos acompanhar esse ritmo de competitividade eleitoral do século XXI temos de introduzir maior cientificidade nas decisões do Partido e utilizar dados objetivos na preparação da sua comunicação política e das eleições.



Grupos de Trabalho

Tema 02:

Contribuir para o desenvolvimento e transformação da nossa Nação e Posicionar o PAICV como uma alternativa ao Governo atual:

- A Visão do PAICV para o desenvolvimento e a transformação do País.
- Posicionar o PAICV como uma alternativa de governação do país.

Sara Lopes
Praia, 9 de abril de 2022



II. A Marca PAICV – A Força da História (trajetória) e dos Aspetos Identitários do PAICV

O PAICV é o Partido que melhor conhece Cabo Verde e os cabo-verdianos. Nenhum outro Partido estrategicamente Cabo Verde como o PAICV, por motivos óbvios:

- É o único Partido que esteve presente em todos os momentos da história recente do País, criou e formatou as suas principais instituições, participou ativamente na conformação do todo o seu edifício jurídico-legal, em todas as áreas de governação e políticas públicas.
- Tem uma consciência aguda das nossas vulnerabilidades, mas também da capacidade de superar, surpreender e realizar.
- O PAICV está intimamente ligado ao que Cabo Verde é hoje, para o bem e para o mal, e isso pressupõe, acima de tudo, que os seus militantes e dirigentes devem ter consciência da nossa responsabilidade e das exigências e expectativas que a sociedade cabo-verdiana e os parceiros tradicionais de Cabo Verde têm em relação às nossas atitudes, valores e comportamentos.

Aspetos Identitários do PAICV

- Nos 47 anos de vida como estado-nação independente, O PAICV, governou o País durante 30 anos, duas vezes por períodos de 15 anos, o que significa que teve o privilégio, em cada um desses momentos, de cultivar e ver o resultados da sementeira feitas, ou seja, diagnosticar as necessidades, forças e fraquezas, formular as políticas, implementá-las e avaliá-las.
- Em vários domínios, na sequência da avaliação feita, governos liderados pelo PAICV conduziram os processos de seleção e capacitação dos quadros técnicos que, sob a liderança de outra maioria governativa, daria continuidade a esses processos ou à implementação dos Planos, programas e projetos.
- É evidente, que esse currículo distintivo do PAICV, só o é, se o Partido não permitir que seja amputado nenhum dos genes e dos seus membros; Integrar e não excluir nenhuma das suas gerações, nenhuma etapa do seu percurso.
- Por maior que seja a capacidade do PAICV de se renovar, e isso é absolutamente necessário e salutar;
- Por mais que aposte na diversificação da sua base de recrutamento;
- Por maior que seja a sua flexibilidade para se ajustar às transformações internas e externas, [o que demonstra que a sua condição de Partido histórico, nada tem a ver com uma Partido fossilizado, senil e inflexível], é crucial que saiba preservar e valorizar o seu rico património político, cultural, sociológico e humano.

Nisso reside o grande diferencial do PAICV, para si próprio, enquanto organização política, para os seus militantes e, sobretudo, para o País.

O PAICV é sim um importante ativo de Cabo Verde e tanto os seus militantes e simpatizantes, como, sobretudo, os seus dirigentes, a todos os níveis têm o dever e a responsabilidade de não delapidar esse património, muito pelo contrário, valorizá-lo, acrescentar sempre novos capítulos igualmente valiosos e escrever novas histórias de bom serviço a Cabo Verde.

Com isso não se pretende assumir que o PAICV fez tudo bem, nem que está isento de erros. Significa apenas que disse presente em todos os momentos, foi protagonista de primeira fila, cumpriu o seu dever para com o País, pensou, sonhou, realizou, tentou, falhou, aprendeu. Não abundam estudos sobre os partidos políticos em Cabo Verde, o que pode ser explicado pela nossa ainda curta história e pela inexistência, até há década e meia, de instituições de ensino superior em Cabo Verde.

Qualquer exercício de análise comparada da trajetória do PAICV, com a dos partidos da mesma família um pouco por todo o mundo, e mesmo com os partidos que nos últimos anos ocuparam o centro, sejam originalmente de Esquerda ou de Direita, os governaram os países mais democráticos e modernos, concluiremos que o PAICV tem uma enorme capacidade de adaptação e de se reinventar.

Com isso estamos a entrar no tema que nos foi proposto e que intencionalmente quisemos abordar sob este prisma:

II. “Posicionar o PAICV como Alternativa de Governação do País”

Como posicionar o PAICV como alternativa de governação, credível aos olhos da sociedade cabo-verdiana? O que não pode deixar de ser feito, com todos e no devido tempo?

Tenhamos em conta que quem elege a maioria de governo é sempre a maioria do eleitorado e nunca apenas os militantes, amigos e simpatizantes.

Trago algumas linhas orientadoras para discussão:

- Robustecer as nossas Forças – É preciso identificá-las e consensualizá-las;
- Trabalhar sobre as nossas Fraquezas – Identificá-las e aceitá-las como tal;
- Identificar e Afastar as Ameaças – identificá-las e trabalhar para as afastar;
- Exercer a Oposição de forma eficaz e muito profissional para criar **Oportunidades** de ampliar a sua base de apoio e reforçar a perceção positiva, de utilidade, imprescindibilidade e capacidade do PAICV para governar o País junto da sociedade, mas em primeiro lugar junto do nosso eleitorado tradicional, sobretudo nas eleições autárquicas;
- **Não Perder Nenhuma Oportunidade** criada (o que também significa exercício eficaz da oposição) pela atual maioria de Governo e pelo contexto, quer no Plano Local quer no Nacional;

O PAICV, assumindo-se como um **Partido de Esquerda Democrática**, desde sempre foi um **Partido Pragmático e Moderado**;

A partir da década de 90, com a abertura política, por ele próprio dirigido, ganhou muita “**Flexibilidade**”, adaptou-se aos novos tempos, alargou e diversificou a sua base de recrutamento, conservando o essencial dos seus valores e princípios.

O PAICV é hoje um **Partido Flexível, dotado de boa Adaptabilidade e Aberto à Sociedade!** (No que diz respeito à gestão do percurso entre a militância de base e os órgãos de direção do Partido, talvez até exceda):

- Deve conservar e reforçar esse registo: **pragmático, moderno, aberto à sociedade**, mas apostar muito mais na **formação e capacitação política** dos seus militantes e sobretudo dos dirigentes, desde os grupos de base e estruturas temáticas à direção nacional;
- Aproximar-se cada vez mais dos seus **amigos e simpatizantes e da sociedade**, no País e na **Diáspora**, colocando-se na linha de frente da defesa dos interesses nacionais e produção de ideias e propostas para a resolução dos principais problemas que afetam as pessoas, as famílias, as empresas, as instituições e o País em geral.
- Ser criativo na criação de estruturas temáticas, formais e informais e novos espaços de participação abertos à sociedade e sobretudo às mulheres, aos jovens, a pessoas que se destacam e exercem influência nas comunidades e na sociedade em geral;

Lidar com Inteligência com a questão da Personalização das lideranças: Uma característica de todos os Partidos de Esquerda e de Direita moderadas, que sobreviveram às mudanças das últimas duas décadas e mantiveram a condição de “partidos do arco do poder”, tida como uma condição *sine quo non* para os partidos se manterem ou ganharem o Poder, tem sido a tendência para a personalização das lideranças em torno de figuras cativantes, impactantes, excelentes comunicadores, pouco fraturantes na sociedade, muito mobilizadoras que captam votos muito para lá das bases do Partido que representa;

- Isso pode, aparentemente, fragilizar o papel das bases mas aumenta a longevidade dos partidos e a sua pertinência aos olhos da sociedade. Um mal menor a ser regido com Inteligência política!
- A perda da centralidade **da ideologia**, elemento estruturador do voto [não é o que move o eleitorado do Centro, chamado “eleitorado volante”, e não se ganham eleições sem o voto volante], conduziu a uma certa **personalização das lideranças**. Ora isso coloca aos partidos políticos a pressão para a formação e a identificação de lideranças mobilizadoras/inspiradoras/credíveis, não só no interior da organização mas também, e sobretudo, na sociedade!
- O PAICV tem conseguido esse feito ao longo do seu percurso, mais no plano nacional do que no local, e por isso, depois dos 10 anos na oposição, foi eleito por três (3) mandatos consecutivos. Fez eleger **2** dos **4** Presidentes democraticamente eleitos!
- O PAICV deixou marcas profundas na trajetória feita por Cabo Verde, desde a Independências, nas suas instituições e nos domínios de política públicas essenciais,

como a saúde, a educação, as políticas sociais em geral, a administração pública, a política externa, as políticas de água, agrícola e segurança alimentar.

PAICV e o Poder Local

Ao nível do Poder Local, o PAICV continua a ter um enorme desafio: nunca alcançou a maioria numa eleição autárquica e os seus eleitos têm sido menos bem-sucedidos na renovação dos mandatos.

- Por isso, ganhar a maioria das autarquias locais deve ser um desígnio, pois é no Plano Local que se consegue um combate muito mais vigoroso contra a pobreza, pelo empoderamento das pessoas e das comunidades, pela melhoria das condições habitacionais, pelo acesso justo ao solo urbano, pela preservação do ambiente e pela promoção da cidadania plena, da democracia e da governação participativas;
- Mas O PAICV ainda não conseguiu imprimir o seu registo na trajetória das políticas públicas locais.
- Não está claro qual é o diferencial do PAICV ao nível do poder local e a ausência de análises aturadas não fornecem pistas suficientes sobre as variantes que jogam no tabuleiro das eleições autárquicas. O porquê de alguns autarcas se perpetuarem no poder e outros não.
- O PAICV precisa fazer essa análise, sobretudo no processo de identificação dos candidatos às câmaras e às assembleias municipais, mas a longo considerar na sua estratégia de formação política dos seus militantes e dirigentes, a formação de autarcas;
- Para tal, o PAICV deve trabalhar afincadamente no que falta do ano 2022 e primeiro trimestre do ano 2023 para que possa reforçar a sua posição onde hoje é poder e assim conservar as autarquias que governa neste momento e ganhar novas, mais 4, pelo menos.

Atualizar a sua Linha Programática, com o pragmatismo e a flexibilidade habituais, tendencialmente ajustada aos desafios do contexto (mantendo as suas raízes bem fundadas nos princípios e valores que caracterizam a Esquerda Democrática Moderada), sobretudo no que diz respeito:

- Às políticas sociais como a segurança alimentar e a saúde (incluindo o acesso à água potável, ao saneamento e à habitação), educação, segurança social, acesso à justiça, emprego e rendimento das famílias);
- À relevância das Instituições democráticas que enformam o Estado de Cabo Verde e a sua administração;
- Ao papel estruturador, organizador do Estado e das políticas Públicas, ainda que cada vez mais incentivador, promotor da iniciativa privada, do mercado com regulação suficiente, do Investimento Direto Estrangeiro e à estruturação de parcerias estratégicas entre investidores nacionais (incluindo a diáspora) e estrangeiros, entre empresas nacionais e estrangeiras visando a internacionalização nos sectores mais expostos à competição e aos efeitos da globalização;
- Mas muito atenta aos desafios e aos problemas novos como a energia, de novo a segurança alimentar e energética, em novos moldes, a coesão territorial, a segurança Interna e nacional, o emprego jovem e a sustentabilidade da segurança social, a digitalização e a economia do conhecimento, entre outros.

É essencial que o PAICV preserve a sua capacidade de ajustamento permanente da sua linha programática, preservando ou reinventando os aspetos diferenciadores em relação aos partidos da mesma família e aos sociais-democratas de pendor centrista, o que tem sido um dos maiores desafios dos partidos, desde a década de 90. O PAICV só o consegue fazer se congrega no seu seio todas as suas capacidades, a sua experiência e for capaz de buscar na sociedade os melhores e de comunicar com toda a sociedade com clareza, tendo sempre em consideração que:

- O eleitor é cada vez menos sensível às questões ideológicas do que às que decorrem das suas próprias necessidades em cada momento.
- A perceção que a sociedade tem do posicionamento de cada força política relativamente ao problemas que afetam o seu dia-a-dia, em cada momento, e carisma da sua liderança para dirigir a nação em determinadas temáticas, funcionam, cada vez mais, como os principais determinantes do voto, mesmo o voto do chamado “Cidadão Inscrito” ou militante;
- As regras impostas pela globalização, no comércio e no financiamento das necessidades dos Estados, da economia e das empresas, de competição pelo IDE, através da criação de ambientes de negócios atrativos, estreitou as margens dos estados nacionais para definir a sua própria política económica, fiscal e monetária. O pragmatismo e a flexibilidade tornou-se uma condição de sobrevivência! Mas a qualidade da liderança e a assertividade da comunicação são elementos decisivos na construção do capital de confiança do cidadão eleitor numa determinada liderança.

Sublinhei acima “perceção” propositadamente para nos determos um pouco sobre isso! Na política sabemos que parece vale mais do que ser, embora a conjugação dos dois verbos juntos sempre resulta melhor.

Ora o PAICV soube entre 1991 e inícios dos anos 2000, fazer esse alinhamento e apresentar-se perante o eleitorado como Partido moderno, capaz, com ideias claras para os problemas do país, dotado de quadros capazes e respeitados, em suma, requisitos para passar no exame eleitoral com Sucesso!

E em Abril de 2022, como está o PAICV? Pronto para mais um exame bem-sucedido? Tudo indica que não. Que terá de se preparar, de arrumar a casa para se apresentar, de novo, à sociedade cabo-verdiana como o Partido melhor preparado para Governar Cabo Verde neste contexto de grande complexidade e ingentes desafios. Face aos questionamentos seguintes, que respostas daríamos?

- Que requisitos nos faltam reunir para um embate eleitoral vitorioso, se houvesse eleições nos próximos seis meses? Somos capazes de identifica-los em 30 minutos?
- Quais são as características da Marca PAICV que sofreram erosão e que requerem reposicionamento? Como resgatá-los?
- Quais são as condições internas e externas que constituem ameaças para os objetivos de curto e de médio prazos do PAICV? Como afastar tais ameaças?
- Quais são as nossas forças que devem ser preservadas a todo o custo?

Esse exercício está feito? Estamos preparados para o fazer? Quando? Como e Onde?

Gostaria sugerir ao moderador do nosso painel que orientasse parte do tempo de debate que se segue de forma desapaixonada respondêssemos a essas questões. Certamente que o debate terá de continuar, com mais tempo e em espaços mais representativos. Mas não tenhamos ilusões, não temos muito mais tempo!

Outra pergunta importante é a seguinte: **feito o exercício, podemos obter o necessário consenso sobre as conclusões para que possamos remar todos na mesma direção, a partir das próximas semanas, dois a 3 meses?** Todos movidos pelo objetivo de mobilizar todas as nossas energias para o combate externo? É que sabemos que nos últimos tempos não tem sido fácil a construção de consensos entre nós, mesmo sobre questões estratégicas muito relevantes.

E a quem cabe trabalhar para que o PAICV esteja à altura das expectativas dos cabo-verdianos nos próximos tempos?

- Apenas ao Presidente do Partido?
- Que Papel está reservado aos atuais eleitos locais, já as primeiras eleições a serem realizadas proximamente serão as autárquicas?
- Quais as responsabilidades dos Eleitos Nacionais, do Grupo Parlamentar, considerando que são parte mais visível do Partido junto dos média e no dia-a-dia da vida política nacional?
- Quais as responsabilidades dos Órgãos Nacionais, Regionais e Locais? A cada Grupo de Base? A cada Militante?
- Está cada um bem ciente das suas responsabilidades e determinado a cumpri-las?
- Como responder a todas essas questões com serenidade e num ambiente propício à geração dos consensos necessários?
- Por onde começar?

Vou ousar deixar algumas respostas para reflexão conjunta:

- Desde logo a intensificação do diálogo!
- Não descurar o **planeamento estratégico**. Não há vitórias sem **planeamento** e sem **estratégia**!
- Ter **objetivos e metas**! Toda a gente precisa ter objetivos e metas, saber o motivo pela qual milita no PAICV e não noutro partido qualquer. Porquê exerce a sua cidadania num partido político e não numa organização comunitária qualquer? O que motivou-o (a) a candidatar-se a uma função dirigente no PAICV?

- Ter agenda: todas as estruturas devem ter **agenda**, todos os dirigentes e militantes ter um determinado grau de comprometimento com essa agenda;
- Reformar a **formação e capacitação política!** Criação de espaços de convivialidade e reforço da camaradagem!
- Ousar criar estruturas temáticas para melhor inserção e motivação dos amigos e simpatizantes! Criar ou regenerar espaços de participação para Interagir e Debater com a sociedade!

Outra pergunta cuja resposta certamente não será positiva. A Preparação do PAICV para as Eleições de 2024 já iniciou? Só faltam o resto deste ano e meio ano de 2023.

- O que tem que fazer o PAICV para apresentar-se suficientemente preparado nas autárquicas de 2024 e para se manter em linha ascendente rumo às eleições legislativas de 2026?
-
- O que falta ao PAICV fazer onde é poder neste momento? Até que ponto há boas condições de fala e de articulação e cooperação entre os eleitos locais nas listas do PAICV onde somos poder e os militantes? E com a direção local e regional do Partido? Com a direção nacional?

Tenhamos em conta que para uns ainda falta muito para 2024 (os desavisados), mas para outros já se faz tarde! “Uma eleição começa-se a preparar no dia seguinte á anterior. E o primeiro grande trabalho de casa é o Partido compreender, onde errou, porque errou e o que aprendeu! Para não errar de novo ou assegurar que os erros de amanhã são menos penalizadores do que os de ontem!

“Uma eleição é sempre uma empreitada intensiva e curta em que os partidos ou os candidatos têm um determinado tempo para construir uma mensagem, comunicá-la com clareza ao eleitorado e ser recompensado com o voto!”

Tão simples quanto isso! Mas há um tempo para a ação, sob pena de se ter de contentar com o improvisado.

Não nos resta muito mais tempo para construir a mensagem! Definir a estratégia de comunicação e identificar as lideranças certas para entregar a mensagem, também da base ao topo!

Debates urgentes a serem levados a cabo no seio do PAICV: O que tem que ser feito? Como? Com Quem? Quando? Com que Meios?

- Definir a Estratégia de (Re)Posicionamento da Marca PAICV no MERCADO ELEITORAL cabo-verdiano;
- Sintonizar todas as estruturas do PAICV com o País Real e mobilizar capacidades do partido e da sociedade (no País e na Diáspora) para a produção de ideias novas para os novos tempos, Ideias que congregam e entusiasmam!
- Organizar as Estruturas, da base ao topo e afinar a Máquina;
- Mobilizar e Motivar os Militantes, Amigos e Simpatizantes para a Ação Política e para a Cidadania Militante;

- Reunir os meios/Conceber a Estratégia de Comunicação e Intensificar a Interação com a sociedade de forma visível e contagiante;
- Qualificar o Partido e os eleitos nas suas Listas para o Exercício Eficaz da Oposição Local e ao Nível Nacional!
- **Quando? Nos próximos seis (6) meses!! Na abertura do Novo Ano Político o PAICV deve apresentar-se como um Partido vigoroso, com uma linha de atuação clara e de comunicação atrativa, contagiante e mobilizadora.**

III. A Visão do PAICV para o Desenvolvimento e a Transformação do País: Novos e Velhos Desafios,7Novas e Inovadoras Respostas!

- ❖ Formular uma nova visão para o nosso país, uma visão que seja ousada, cativante, regeneradora da esperança e da confiança da sociedade, que estimule o Sonho e a vontade coletiva de o concretizar! Construir uma narrativa de Futuro com os cabo-verdianos no País e na Diáspora!
- ❖ Recuperação/Regeneração/Modernização/Diversificação da nossa economia, com base no conhecimento do passado e na compreensão dos desafios do presente, em que a incerteza tende a tornar-se elemento estruturador?
- ❖ Criar um grande movimento participativo/contribuir para a regeneração dos espaços de participação política, com a contribuição de todos e forte integração da nossa Diáspora e participação dos amigos e parceiros tradicionais, utilizando de forma inteligente e eficaz todos os meios, instrumento e dispositivos que a nossa condição de oposição democrática e partido com um rico Currículo nos proporciona;
- ❖ Criar a perceção que o PAICV está em todo o lado e em todas as grandes ideias e nos grandes momentos vividos em Cabo Verde e na Diáspora!
- ❖ Onde somos poder, a nível local, inovar, empreender, comungar, mobilizar, fazer sonhar, dar o exemplo! Apostar em Políticas Inclusivas e na atenção às pessoas, às famílias e às suas necessidades!
- ❖ Afastar todas as formas de conflitualidade no seio das equipas locais, onde somos poder e colocar o enfoque na resolução dos problemas e construção de soluções, parcerias, espaços de participação e laços!
- ❖ Trabalhar a Imagem dos Eleitos Locais e mobilizá-los para avaliar a sua aceitação e a aceitação das suas políticas e fazer correções até a Abertura do Novo ano Político, impreterivelmente!
- ❖ Trabalhar a Imagem das Lideranças locais e dos Deputados Nacionais!

Propósitos para Um novo Ciclo de Governação com o PAICV: O Partido Melhor Preparado para:

- ❖ Velar pela formulação e implementação das reformas estruturais, para assegurar que Cabo Verde seja capaz de, no seu campeonato mais natural, Pequenos Estados insulares Independentes, possa competir com os melhores, sem deixar de buscar nichos de oportunidades para competir no mercado global (energia, tecnologias e governação eletrónica e cidadã;
- ❖ Modernizar as instituições ligadas para o desenvolvimento da indústria cultural, da democracia participativa, da qualidade da governação, políticas ambientais, segurança e cultura da paz, utilidade internacional, TURISMO;

- ❖ Fazer de Cabo Verde uma referência marítima e marinha do futuro, com base numa coerente e sólida abordagem de crescimento azul ajustado à nossa dimensão e particularidade no Atlântico Médio;
- ❖ Fazer de Cabo Verde um destino turístico *“clean, smart, warm and friendly”*;
- ❖ Trazer as políticas públicas de conectividade e transportes e coesão territorial e social para a centralidade das PP e do diálogo entre todas as forças políticas e capacidades da Nação cabo-verdiana, propondo um quadro de concertação e construção de consensos relativamente a essa matéria;
- ❖ Promover uma reflexão em bases seguras, com dados rigorosos e estratégias factíveis sobre a nossa inserção efetiva no mercado africano (como podemos ser úteis e em que nichos podemos inserir e competir para ganhar ou complementar?), no Atlântico e no Mundo?
- ❖ Agir no sentido de incentivar o Governo a tomar as decisões profundas, amplas, difíceis e em tempo útil que a situação atual do país exige como a formulação e implementação das reformas nacionais;
- ❖ Recolocar em debate político ao mais alto nível (assumir essa agenda, no Parlamento, na Comissão das Relações Exteriores, presidido pelo PAICV, no diálogo com demais forças políticas, com a sociedade e com os parceiros) o papel de Cabo Verde, neste mundo multilateral, em recomposição e submetido a descontinuidades e ameaças de vária ordem, incluindo a questão da segurança alimentar e energética do País (questões simultaneamente económicas, estratégicas e de soberanias);
- ❖ Resgatar a imagem e a confiança dos cidadãos e dos atores económicos na Justiça (?)
- ❖ Mobilizar todas as capacidades da Nação para resgatar os níveis de segurança e convivalidade que fizeram de Cabo Verde uma “Terra de Paz e Morabeza”(!)
- ❖ Ousar erguer novas soluções de financiamento para as necessidades atuais e futuras de Cabo Verde (ou seja construir a Independência Económica do País, como construiu a política)

Cultivar/Incuteir Novas Atitudes: Positividade, Leveza, Amizade, Criatividade, Inivação, Solidariedade, Orientação para a Ação:

- Não investir muito tempo na defesa dos nossos feitos do Passado, mas sim na demonstração que somos **Portadores do Futuro! Um PAICV Sempre + à Frente!**
- Não reproduzir no pós-Covid, a estrutura da economia do passado, dando centralidade à promoção da coesão territorial e emparelhar coesão territorial com a coesão social, a mobilidade e a conectividade territorial interna e externa;
- Contribuir com ideias e práticas (onde somos poder) na promoção da inovação em todos os aspetos da nação e a todos os níveis, com forte enfoque na educação básica, secundária e superior, no conhecimento e na investigação;
- Investir tempo e capacidade de estudo, análise, reflexão e construção de consensos sobre a temática da EDUCAÇÃO PERTINENTE e GARANTE DE BOA FORMAÇÃO para o NOVO CIDADÃO;
- Aumentar a capacidade digital e tecnológica do País e edificar uma marca *online* especialmente tendo em conta a nossa condição de País Arquipelágico e de uma Nação Global – demonstrar como faremos;
- Tornar Cabo Verde um dos melhores países do mundo para fazer negócios e para viver – Propor uma espécie de Indicadores de bom ambiente de negócio e

de bem-estar individual e coletivo (resgatando o conceito de governação geradora de bem-comum e de felicidade);



Moção di estratégia setorial FNM-PAI

Praia, 9 de abril de 2022



Moção di estratégia setorial / FNM-PAI

Título: Papel - Desafios e Expectativas di Mudjeres di Diáspora na Sociedade Cabo-verdiana

Caras e caros Congressistas,

Tudo Protocol observado,

Este contributo te bai, no sentido de refletir, mais e medior, papel social e político ki mudjer cabo-verdiana te desempanha na nós sociedade, especificamente na política, sobretudo ki nos sociedade, é construída numa perspectiva machista e patriarcal.

Mudjer da diáspora têm dos rostus: descendentes di primeiras ondas de imigrantes e novas ondas de imigração. mudjer, maioria di tempo, é chefi di familia, te bai buska vida midior na estrangeiro.

Não é sim consequências, sabindo ku rostu di pobreza na Cabo Verde é fiminino, ku 53 % di população pobri, conforme dados di INE di 2015. U ki ta justifica, importancia di imigração fiminino.

Di facto, na dado di emigração, é Mudjer, na idade reproductiva, ki ta imigra, mas di ki homens: 64 % di mudjeres entri 25 e 34 anos. É por isso ki, país tene uma baixa fecundidade, ki, di um lado, pode ten, um impactu negativo, ku diminuição di população, na desenvolvimento di nos terra, e pode também ser, fator de profundas mudanças di nos sociedade, na um proxima futuro. Mas, di otro lado, crescimento di população na diáspora, ta bem aumenta inda mas, ku contriubute di Mudjeres Imigrantis, espadiados na mundo, sima stellas di nos bandera, ki sata brilha na céu di Cabo Verde.

Nu que tem oro, nu que tem diamanti, mas nos diáspora, sta na tudo continenti di mundo, ta partilha sempri si rikeza ku Cabo Verde, fesando di educação di fidios, desdi tempo antigo, si prioridade, pa aumento qualitativo, nivel di novos gerações, in termos di recursos humanos, rikeza, ambição e esperança di uma vida, muito mas midior.

Participação política di mudjer é uma realidade, mas ku passos, lentos e tímidos, embora é fundamental pa fortalecimento di nossa democracia e direitos di mulheres, lutando sem tréguas contra preconceitos, exclusão e violências contra elas.

Contra tudo e contra todos, mudjer cabo-verdiana sata conquista si espaço, mas inda é relativo, e stá longi di quel ki sociedade precisa, pa si processo di desenvolvimento global, tão necessário, e tão desejado.

Papel social di mudjer cabo-verdiana, inda é chéu di contradicções, na medida qui discursos, deliberações e resoluções políticas, quer di lado di partidos políticos, quer di lado di instituições, ka sata corespondi ku vida real di cidadania.

Fica txeu pa trabadja sobre problemática di mudjer cabo-verdiana na política. Mas des vez, é pa nu lembra di **cabo-verdiana di diáspora**, inda masculinizada pa figura di homem, pelas diferenças comportamentais na exercício de cargos e funções, bem como na aspetos morais ki ta continua di dependi di sexo. Por exemplo, Nesta legislatura, Mudjeres deputadas di diáspora, sta tudos na sugundo lugar como supleantes, seja na Africa, seja na Merca, o seja na Europa y resto di mundo. Sera ki Mudher di diáspora que mereci ? Nu debe reconheci ki nesta caso, infelizmenti, Lei di Paridade, ka tivi ninhum impacto positivo. Unico criterio foi, nombru di pesoas recensados, na um contextu di dificuldade, anti-constitucional, di acesso a nacionalidade caboverdiana di dissidentis caboverdianos, suma na caso di Senegal

Tudo ta indica, ki caminho sta, inda longi entre discorsou E implementação. Di modi ki Mudjer di diáspora ta chinti sempre discrimida, pamodi na verdade, si esforço, si competencia, sis gagnos eleitorais, ka ta fazi parti di criterios di nominações na listas di nos partido, ki fari strategia géo-polica, principalementi na region africana, na Africa Occidental.

N'kré prugunta nhos: kegni ki ta bai mas pa terreno? Niguem ka ta mobiliza mas di ki mulheres! Antao, Situaçã mesti muda e debi muda, PA UM SOCIEDADE MAS JUSTO, MAS EQUILIBRADO, KU MAS IGUALDADI E INCLUSÃO, pa um desenvolvimento socio economica mas sustentável.

Pa inverti, esta situaçã, nos primeiros parceiros, é nos camaradas Homis. Ka ten ni uma mudjer ki ta diseja vivé sim homi, mas ka tem também, ni uma homo ki te diseja vive sim mudjer. Mudjer é pilar di familia. Ké li é um principio fundamental, desdi criação di mundo.

Na Política internacional, Nesta momenti li, nu ta chinti tio orgullo, di posicionamento, na altas cargas, di 2 Mudjeres di Valor, de origem Caboverdiana, na pais de acolhimento, na Europa:

Un dés é, Elisabeth Moreno, filia di emigranti caboverdiano di là di Santa Catarina, Ministra di Igualdade entri Homo e Mudjer na França.

Kelotu é, Pierrette Fofana Hertzberger, deputada na Parlamento di União Européia, representante di Alemanha. Ela é filia di descendente di emigrante, di là di Chaminé, na conselho di Sao Domingos, nascido na Senegal.

Mas tem mas, na Hollanda, na Portugal, na Merca, na Luxembourg.

Mas, infelizmente, nu ka tivi muito referências di positionnemento di distaki di mudjeres di diáspora, di um qualquer parti di mundu, na alta carga o função na Cabo Verde, nos país d'origem.

E por isso ki na **compromisso di PAICV ku democracia e ku sociedade**, nos partido ten di procura maneira di entendi midjor, papel fundamental di mudjer di diáspora, na todos sis dimensões.

Mudjer di Diaspora ta contribui na economia doméstica, a partir di si esforçou di trabadjo, muitas vezes, desprezado como empregadas domésticas, di limpeza na fábrica, na escritório, na hospital e assim por diante, pa djunta pocu pocu poupanças, ku txeu sacrifícios.

Mas ku rigorosa gestão de sis economias, es ta manda **bidões ku roupa, sapatos, produtos alimentares di primeira necessidade, e outros artigos, pa familiares vendi**, pa sustenta pais, filhos, irmãos e irmãs, netos... ki fica na país na luta pa ses subsistência e, muitas vezes, pa ses sobrevivência. E ku txeu esforços, kes ta conserva o construi ses humildi casas, ku alguma dignidade.

É só pa bai na balcões di transitários e di alfândegas pa constata, frenesia di mudjeres pa despacha e levanta ses **encomendas, principalmente na altura di festas di Natal e de romarias di santos** padroeiros. Ti vizinhança, te recebe djuda di tudo manera, incluindo pa mostra e facilita caminho di imigração, pa mesma terra longi, numa grandi manifestação de solidariedade. É si ki ta criado, pouco, pouco, novas comunidades, disseminadas pelo mundo. E por isso, ki Diaspora É importanti.

Além disso, ta contado também na diáspora caboverdiana, esforços e contribuições di uma panóplia de Mudjeres di valores: intelectuais, empresarias, funcionarias, quadros, ku grandis dominios di competencias, na varias aérias.

Nu sta, di facto, face a um contributo socioeconómico inestimável di mulher di diáspora, na economia di país, incluindo **transferências monetárias** ki meste contabilizados pa tem um noção quantificada di montantes elevados, ki inda ta participa na formação di **reservas di país em divisas**.

Que teni ni uma merkado na tchão di Cabo Verde, de San Antão a Brava, ki ka ta bendi bidões di nos emigrantes Mudjeres, batailladores. Kéli ta mostra impacto di Mudjer di Diaspora, na sector informal, e na economia di país, di um manere regular, di longi superior a uma qualquer financiador. Estatísticas aduaneiras e bancárias pode ser consultados na Cabo Verde, kom prova di papel di Mudjer caboverdiana na nos economia.

Ku razão, mudjer cabo-verdiana di diáspora está, com toda certeza, ta contribui di um manera decisivo, di um lado, na sustento di familiares qui fica na terra, e di otro lado, pa mundo di trabadjo, pa **também mitigação di fardo di pobreza**.

Nu mesti entendi medior papel di mudjer na economia, e em particular, papel di caboverdiana di diáspora, na economia caboverdiana, como **provedora di casa e di família**, mesmo di longi.

Cultura é otro contributu d'importancia maior. Éla é um grande pilar di cabo-verdianidadi veiculando crioulo na nos língua-materna ku fidios; na cusinia e ta mediora txeu pratos tradicionais. E ta canta saudade di morna, di funaná e ta dança na vibração di batuka, pa lembra e vitaliza na casa, tradições e valores di si cutelo, di vizinhança, herdado di pais e avós, dado assim perenidade a Cabo Verde, mesmo na terra longi. *Nesti particular n'kré saúda em exemplo particular de um mudjer ki bai emigraçon, i ki consigui fazi na cinema um retrato fiel di situaçon di nós mudjer cabo-verdiana na diaspora. É tchoma Vitalina Varela. Ku istoria di imigraçon cabo-verdiana, É gagna 12 (dozi) prémios na Suíça, na França, nos Estados Unidos, na Argentina, na Espanha, na Portugal, na Itália e na Holanda.*

Nu lembra, di anos difíceis e di muita luta na diáspora, qui precisa di ser reconhecido, valorizado e pontificado, pa ses contributu aumente inda mais, seja na cultura, seja na economia social, seja no PIB, a partir de uma **verdadeira participação política, social, económica e cultural no processo de desenvolvimento di ses país.**

Caras e caros Congressistas,

Nu sata espera di nos partido, um sinal forti, pa poi Diaspora RIBA LA! Nu debe outrepassa **discursos bunitinhos e declarações de vontade politica**, pa ofereci, mas oportunidades pa mudjeres di diaspora, in termo di posicionamento politicos, cargas e funções na partido, na parlamento e na todos instituições e órgãos de Republica de Cabo Verde, pa chintido realemento ki diaspora, é décima primeira ilha di Cabo Verde, ma uma atenção especial pa nos juventude. Diaspora que debi ser considerado, so na maré di eleições... E juntu, ku nu ta muda es sentimento geral, ki é un di kes factores ki ta impacta, negativamente, taxa di abstenção, kada vez mas elevado na diaspora, di um eleição pa outu, des di 2011.

Nu Ten di bai mas longi, na regulamentação ki sata esqueci voluntariamenti ou não mudjeres, mesmo si, via discriminação positivas, pois, papel di mulher na processo histórico di desenvolvimento é, uma condição sine qua non, uma exigência di tempo moderno, é um imperativo e um desígnio nacional. Nu ten ki ser mas creativo pa enfrenta nos disafios, pa mobiliza, dinamisa, valorisa todos energias e competencias di nos diapora, Primeira rikeza di nos terra, na implementação di um Grandi projeto di sociedade ki debi ser pensado de forma ousada e inovadora, sima ingles ta fla : *“We have to think out of the box”*, ku Mudjer Caboverdiana, na centro des desenvolvimento economico e social, na lugares adequados de decisão e di implementação.

Em conclusao, Mudjer di diáspora, pa tudo kel papel ké ta desempanha, ku responsabilidadi, força e coraji, mereci, di ser postu, di factu em Primeiro lugar. Mudjer di Diaspora precisa concretamente, di

mas tempo e voz na governação, na política externa, na diplomacia, na parlamento, na governo, na poder local, pa orgulho di Cabo Verde. Ké li ki sata bem ser, um di nos principal papel, si Deus kiser.

Nhos podi conta ku Nos, ku Novo Equipa di Federação di mudjeris, liderada pa nos Camarada Presidenti, Paula Moeda.

Caras e caros Congressistas,

Sejamos ousados pa um Cabo Verde Midior, na um mundo globalizado!

Viva Cabo Verde!

Viva Federação Nacional di Mudjeris di PAICV!

Viva PAICV!



PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE

ASSOCIAÇÃO DOS AUTARCAS DO PAICV

***MOÇÃO SECTORIAL
AO XVII CONGRESSO DO PAICV***

Ã Associação dos Autarcas do PAICV tem, como propósito essencial, contribuir para a efetiva consolidação do Poder Local Democrático e o Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde, dando vez e voz às virtuosidades do Municipalismo e à Cidadania Local dos Cabo-verdianos.

O PAICV é, nos termos da sua Declaração de Princípios, uma Organização Política de cabo-verdianas e cabo-verdianos, das ilhas e da Diáspora, e de cidadãos residentes em Cabo Verde que defendem a Liberdade e a Democracia e propugnam a construção de uma sociedade mais livre, mais justa, mais solidária e mais desenvolvida. Ainda, resulta cristalino da mesma Declaração de Princípios, que o PAICV defende os princípios da democracia social e económica e a construção de um Estado de bem-estar social.

A Associação dos Autarcas do PAICV, ciente e convicta da grandeza desses valores e princípios, assume a dimensão autárquica do Partido.

E, por essa razão, celebra as conquistas registadas particularmente no ultimo Ciclo Eleitoral Autárquico - em que o Partido aumentou de 2, para 8, o número de Câmaras suportadas pelo PAICV - mas ambiciona mais!

A Associação dos Autarcas do PAICV ambiciona que o PAICV seja o maior Partido Autárquico de Cabo Verde, assumindo, com responsabilidade e humildade, essa ambição, e estando fortemente motivada a trabalhar para alcançar esse desiderato.



PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE

Assim, a Associação dos Autarcas do PAICV está consciente do trabalho que é necessário fazer, e da Visão Estratégica de que deve ser Portadora, para merecer a confiança maioritária, a nível autárquico, dos cabo-verdianos.

Aliás, essa é uma ambição perfeitamente exequível, no próximo ciclo político eleitoral, desde que o trabalho de preparação seja iniciado imediatamente.

Com efeito, ser o maior Partido Político, a nível autárquico, no País, implica ser Portador de um Projecto Autárquico, estribado numa Visão Estratégica e que se caracterize:

- *Pela participação e proximidade;*
- *Pela natureza democrática da gestão, ciente da cidadania municipal;*
- *Pela defesa do interesse público e a promoção do bem comum; e*
- *Pela promoção efetiva do desenvolvimento local.*

A Associação dos Autarcas do PAICV está absolutamente alinhada com os valores fundantes do Partido e os princípios norteadores do PAICV.

A Associação dos Autarcas do PAICV está coerentemente sintonizada com o ideário programático deste grande Coletivo que, não obstante a diversidade e as especificidades, que caracterizam cada um dos Municípios de Cabo Verde, orienta-se por um objecto comum, que é o de Desenvolvimento Sustentável do País, para realizar o bem comum e garantir a qualidade de vida dos cabo-verdianos.



PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE

Estamos conscientes dos desafios e exigências que caracterizam o momento actual - e que são globais - com impactos evidentes na vida económica e social do País.

Mas, também, resulta evidente que, não obstante essa realidade, seria possível fazer mais e melhor, caso o Poder Central tivesse uma visão estratégica para o desenvolvimento de Cabo Verde, apostando nos sectores estratégicos da Economia e garantindo uma melhor e mais rigorosa gestão dos escassos recursos de que o País dispõe.

Pelo supra exposto, é fundamental que a Associação dos Autarcas do PAICV esteja consciente da sua responsabilidade, de Portador de uma verdadeira **Visão Estratégica, para o reforço do Municipalismo**, em Cabo Verde, que tenha, como Pilar essencial, a **Boa Governação Local**, para uma **rigorosa e transparente gestão dos recursos públicos e da coisa pública**, preconizando uma **equitativa (e mais equilibrada) distribuição de riqueza**, sempre pensando nos **destinatários das medidas de política: os cabo-verdianos**.

Nesta linha, ciente dos desafios do País e do momento, a Associação dos Autarcas do PAICV se empenhará, com redobrado esforço, para:

- *Contribuir, com propostas concretas e intervenções oportunas, para a promoção da Boa Governação Local;*
- *Cumprir, escrupulosamente, os preceitos da subsidiariedade e de coesão da nossa Associação, otimizando a dinâmica de cooperação intermunicipal, nos Municípios suportados pelo PAICV;*
- *Construir, de forma concertada, uma gestão autárquica que prime pela inovação, com o olhar no Desenvolvimento Sustentável e com foco na melhoria da qualidade de vida das pessoas;*



PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE

- *Reforçar as Parcerias intermunicipais, e, de forma coordenada, aproveitar as potencialidades e responder às expectativas e às aspirações dos munícipes.*

A Associação dos Autarcas do PAICV está consciente da sua missão, do seu papel, e, maxime, da sua responsabilidade, nesta luta de resgate do País - para devolver a esperança aos cabo-verdianos - bem como do trabalho necessário para a reconquista da confiança maioritária dos cabo-verdianos.

Igualmente, não devemos (e nem podemos!), descurar o nosso papel de Oposição Democrática, nas Assembleias Municipais, onde ainda não somos detentores do Poder, nas respectivas Câmaras Municipais.

Defendemos, por isso, que é fundamental ter-se em conta que a alternância política pretendida, no próximo ciclo eleitoral, deverá ter como epicentro, exactamente, o poder autárquico, para o qual impactará, directamente, o exemplo no exercício dos nossos Autarcas - lá onde sejamos Poder - e uma oposição activa e construtiva - nos Municípios onde não sejamos Maioria.

Temos a oportunidade de assumir a responsabilidade de devolver Cabo Verde aos cabo-verdianos, a partir do Poder Local!

Viva a Associação dos Autarcas do PAICV!

Viva o XVII Congresso!

Viva o PAICV!

Viva Cabo Verde!



MOÇÃO DE APOIO AO PAIGC

Praia, 9 de abril de 2022



MOÇÃO DE APOIO AO PAIGC E EM DEFESA DA DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU.

Nós, participantes no XVII Congresso do PAICV realizado na Praia, Cabo Verde, de 8 a 10 de Abril de 2022, manifestamos o nosso apoio ao Partido Irmão do PAIGC na sua luta em a defesa da Democracia e do Estado de Direito na Guiné-Bissau e nomeadamente do seu direito de realizar o seu décimo Congresso

Com efeito, o XVII Congresso do PAICV, baseado na solidariedade histórica que une as nossas organizações irmãs,

- **Registando** com profunda preocupação e indignação o momento político que vive atualmente a Guiné Bissau, em que se assiste a vários atropelos ao Estado de Direito, como a limitação do desempenho de atividades e a restrição do direito de atividade e participação políticas do PAIGC e das organizações da sociedade civil, perseguições de vária índole a cidadãos e profissionais da comunicação social, bem como ainda a instrumentalização e a monopolização do poder político, em desrespeito flagrante da Constituição da República;
- **Constatando também** que o adiamento do Congresso do PAIGC por uma decisão judicial no seguimento de uma providência cautelar interposta por um suposto militante contra o partido, alegando ter sido injustamente excluído das listas de possíveis delegados ao congresso num círculo, constitui uma gravíssima judicialização da política e uma montagem grosseira que fere no coração a Democracia e faz regredir seriamente o processo de consolidação das suas instituições.

Repudia essa grave ameaça à liberdade de associação política, ao princípio da separação de poderes e ao atentado aos direitos liberdades e garantias fundamentais na Guiné Bissau, em flagrante desrespeito também aos princípios defendidos na Carta da CEDEAO e,

Manifesta a mais viva solidariedade ao PAIGC e ao seu Presidente Domingos Simões Pereira que possui uma longa folha de serviços prestados à causa da democracia e dos direitos humanos na Guiné-Bissau e que, uma vez mais, se encontra engajado numa luta pela ampliação e defesa do Estado de Direito no seu País.

Deixa lavrado o posicionamento inequívoco dos militantes do PAICV, e estamos certos do povo destas Ilhas, em prol da defesa dos sistemas de Governança democrática e da proteção dos Direitos, Liberdades e Garantias dos Cidadãos e dos Povos, exortando as organizações de âmbito regional e continental e a comunidade internacional no seu todo a posicionar-se, consequentemente, do mesmo modo

Reafirma a sua certeza de que os militantes do grande e resiliente Partido que é o PAIGC saberão, sob a liderança esclarecida e corajosa de Domingos Simões Pereira, encontrar as vias para a resolução dos problemas que enfrenta a Guiné-Bissau e que, já por tempo demais, vem condicionando o seu desenvolvimento e adiando lamentavelmente a construção do Bem Estar do seu Povo!

Praia, 10 de Abril de 2022

O XVII Congresso do PAICV



ÓRGÃOS ELEITOS

- Conselho Nacional
- Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização

Praia, 9 de abril de 2022



**XVII CONGRESSO PAICV
CONSELHO NACIONAL ELEITO**

1	Joao Baptista Pereira
2	Nuías Silva
3	Rosa Rocha
4	Adelaide Brito
5	Adélsia Almeida
6	Aleida Monteiro
7	Alexandre Nunes Pires
8	Amélia Monteiro (Magui)
9	Ana Semedo
10	António Augusto Sequeira Duarte (Patxa)
11	António Fernandes
12	Aureliana Brito
13	Carlos Rodrigues (Tatan)
14	Carlos Silva (Sueck)
15	Clara Andrade
16	Cláudio Mendonça
17	Denise Riseth Silva Évora
18	Djanira Moreira
19	Edna Barreto
20	Edna Suzete Borges
21	Elisângela Semedo
22	Eloisa Tomar
23	Etelvina Teque
24	Eva Ortet
25	Felisberto Vieira
26	Fernando Moeda
27	Francisco Pereira
28	Graciano Nascimento
29	Ido Carvalho
30	Ilídio cruz
31	Ivone Martins
32	Jamira Duarte
33	Joanilda Alves
34	Joao Delgado
35	João do Carmo
36	Jorge Garcia
37	Jorge Lopes
38	José Agnelo Sanches
39	José dos Reis (Mayka)
40	José Luís Neves
41	Jose Manuel da Cruz Monteiro
42	José Maria Fernandes da Veiga

43	Julião Varela
44	Luana Jardim
45	Lúcio Fernandes
46	Luis Pires
47	Magui Arlene Almeida Silva
48	Manuel Brito
49	Maria Jose Veiga
50	Moisés Borges
51	Nilton Silva
52	Ofélia Brito
53	Sara Lopes
54	Walter Evora

SUPLENTEs

1	Alícia Brito (Litcha)
2	Antonio Manuel Silva Ramos
3	Carlos António Cardoso Martins
4	Dora Monteiro
5	Henriqueta Cardoso
6	Sonia Fonseca
7	Maria Eugenia Veiga
8	Amilcar Lopes Brandao
9	Aquiles Barbosa
10	Maria Nova Montrond

XVII CONGRESSO PAICV
COMISSÃO NACIONAL DE JURISDIÇÃO E FISCALIZAÇÃO ELEITA

1	Clovis Izildo Silva
2	Jaceline Medina
3	Octavio Ramos Tavares
4	Adelcia Monteiro
5	Ana Paula Rodrigues (Polibel)
6	Oscar Rodrigues
7	Elsa Vaz



RESOLUÇÃO GERAL

Praia, Abril de 2022



1. Introdução

Sob o lema 'JUNTOS POR CABO VERDE', o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) reuniu, nos dias 8, 9 e 10 de Abril de 2022, o seu XVII Congresso, no Salão Nobre Abílio Duarte da Assembleia Nacional, na cidade da Praia.

Participaram no Congresso 402 Delegados, sendo 147 (37,57%) natos e 255 (63,43%) eleitos pelas estruturas organizacionais do Partido, a nível nacional e da diáspora, dos quais 217 (53,98%) homens e 185 (36,02%) mulheres.

O XVI Congresso teve a participação de convidados permanentes, com destaque para ex dirigentes do Partido e combatentes da liberdade da pátria, uma marca da grandeza e do percurso histórico do PAICV.

As sessões de abertura e de encerramento contaram com a presença de um elevado número de representantes de entidades e de instituições nacionais e estrangeiras bem como de representantes do Corpo Diplomático e de organizações internacionais acreditados em Cabo Verde.

A convite do PAICV, marcaram presença no XVII Congresso, representantes dos seguintes Partidos Políticos nacionais:

- Movimento para a Democracia, representado pela Secretária-Geral Dra. Filomena Delgado
- União Cabo-verdiana Independente e democrática (UCID), pela Dra. Dora Oreana Pires

Respondendo positivamente ao convite feito pelo PAICV, também marcaram presença no Congresso representantes e/ou delegações dos seguintes Partidos políticos estrangeiros amigos e/ou da mesma família política do PAICV e representados como indicado:

- MPLA, Dr. Manuel Domingos Augusto, Secretário do Bureau Político para as Relações Internacionais
- MLSTP– Partido Social Democrata (MLSTP-PSD), Camarada Jair N'dai
- PAIGC - Dra. Maria Odete Segunda Vice-Presidente
- PS Portugal, Dr. Carlos César, Presidente
- PS Madeira – Dr. Emanuel Câmara Presidente e Deputado da Assembleia Legislativa Nacional
- Internacional Socialista – Dr. Luis Ayala, Secretário-Geral

O XVII Congresso foi honrado e prestigiado com mensagens de amizade e de solidariedade lidas, em plenária, pelos partidos amigos presentes. Essas mensagens, fortemente aplaudidas pelos congressistas, em jeito de agradecimento, também foram interpretadas pelo Presidente da Mesa como manifestações de encorajamento ao PAICV que, certamente, contribuirão para fortalecer e estreitar ainda mais as históricas e profícuas relações de amizade e de cooperação com o PAICV e com o povo de Cabo Verde.

Foram ainda lidas mensagens áudio e/ou vídeo de saudação, de solidariedade e de amizade dos seguintes partidos amigos que não puderam estar presentes no Congresso:

- PCP – Partido Comunista Português
- PCC – Partido Comunista da China
- Partido Socialista do PS Luxemburgo

- PCC – Partido Comunista de Cuba
- PS Açores – Foi lida na plenária

Os participantes usufruíram de um momento cultural de saudação ao Congresso abrilhantado pelo artista musical José Rui de Pina.

O Hino Nacional da República de Cabo Verde assinalou o início do XVII Congresso do PAICV que foi, de seguida, oficialmente aberto, com o discurso proferido pelo Dr. Rui Semedo, Presidente eleito do PAICV, nas eleições diretas do dia 19 de dezembro de 2021.

2. Do discurso oficial de abertura do Presidente

O discurso oficial de abertura do XVII Congresso do PAICV foi proferido pelo Presidente Rui Semedo que nas suas primeiras palavras saudou, de forma muito calorosa e efusiva, os Delegados ao XVI Congresso do PAICV, do país e da diáspora, os ilustres convidados estrangeiros - partidos políticos amigos, os convidados permanentes, o corpo diplomático, os representantes de organizações internacionais e, de forma especial, os combatentes da liberdade da Pátria.

O Presidente rendeu merecida homenagem a todos aqueles que tiveram, sobre os seus ombros, a alta responsabilidade de liderar este grande Partido que é o PAICV. Recuou no tempo para evocar Amílcar Cabral, o maior inspirador da gesta libertária destas ilhas e o artífice principal dos alicerces sobre os quais se pôs de pé esta grandiosa edificação que nos viria a proporcionar um País soberano, livre e independente.

Estendeu a homenagem a Aristides Pereira e Pedro Pires, duas figuras incontornáveis da fundação e da construção do Estado de Cabo Verde que, contra todos os pessimismos se afirmou como uma Nação viável.

A Aristides Lima e José Maria Neves que, noutra contexto, lideraram o PAICV e deixaram nesta formação política as marcas da sua dedicação e entrega, Rui Semedo prestou igualmente merecido tributo.

Uma saudação calorosa foi feita a Janira Hopffer Almada que dirigiu o Partido de 2014 a 2021, um dos períodos mais complexos e difíceis que o país atravessou desde a independência, tendo destacado a sua honrosa presença como um encorajamento para a prossecução, com êxito, da caminhada.

Pedro Pires, que por razões inadiáveis da agenda não pode estar no Congresso, endereçou uma mensagem que foi partilhada com os delegados.

Saudação especial foi feita aos delegados do partido ao Congresso, do país e da diáspora e, por seu intermédio, a todos os militantes e simpatizantes da grande família política que é o PAICV.

Fez uma saudação particular às mulheres cabo-verdianas através das delegadas ao Congresso, que representam 46% dos delegados, e da direção da FNMPAI, bem como à JPAI e aos jovens cabo-verdianos, os guardiões da esperança num Cabo Verde muito melhor.

Saudou os delegados da Diáspora, dignos representantes da Nação Global pela qual o PAICV nutre um afeto especial, desde o tempo da luta de libertação nacional.

Ainda no início do discurso, o Presidente exortou a classe política para a necessidade e obrigação de **resgatar** a confiança na política e nos sistemas políticos, que devem estar sempre alinhados com a

busca do bem-comum, reafirmando a sua disponibilidade para privilegiar o debate pautado por padrões de urbanidade e de tolerância, com vista a encontrar as melhores soluções para os problemas do país e a transmitir aos cidadãos uma imagem mais positiva das instituições democráticas.

Rui Semedo destacou o Congresso como um momento importante da vida política nacional pelo que dele se espera no que respeita ao debate de questões candentes do quotidiano dos cabo-verdianos, do país e do nosso futuro. Sublinhou que o lema “**Juntos por Cabo Verde**” sugere a principal preocupação do PAICV, quer na dimensão interna, quer na dimensão externa - a de se preparar e de gizar a melhor forma de se colocar ao serviço do país, razão última da sua existência.

Para o Presidente do partido, vencer o desafio da coesão e da união e cerrar fileiras para a revalorização permanente deste grande capital e património nacional que é o PAICV, será o desígnio maior do XVII Congresso do PAICV.

Vislumbra um partido presente e organizado em todo o território nacional e nas principais comunidades da diáspora, funcionando em consonância com os seus Princípios e Estatutos, onde imperam a liberdade e a responsabilidade dos militantes; uma escola de democracia e de participação, onde cada membro é livre de expor e defender as suas ideias; um espaço de debate e de formulação de políticas, em permanente interação com a sociedade; uma instituição de formação política e cívica; um instrumento de transformação de Cabo Verde, ao serviço da sociedade.

Um dos eixos essenciais do conjunto das principais causas defendidas e priorizadas pelo PAICV é a centralidade conferida aos cidadãos, tendo em vista a plena realização dos seus direitos, liberdades e garantias, assim como a criação de condições tendentes ao aprofundamento e à qualificação da democracia e à melhoria da qualidade de vida.

Rui Semedo fez saber que a modernização da sociedade, a luta pela igualdade de género, a luta contra a violência doméstica e sexual, particularmente em relação a crianças e menores e a proteção das crianças e adolescentes constituem outras tantas causas que o PAICV acarinha e continua a defender com afinco.

Ressaltou também que o PAICV defende e promove, a paz, a amizade e a concórdia entre os povos, bem como a resolução dos conflitos por meios pacíficos, à luz do direito internacional e das recomendações das Nações Unidas. Elege a defesa do ambiente como condição *sine qua non* para a sobrevivência da humanidade, em especial para os pequenos estados insulares, submetidos à pressão das consequências do aquecimento global, da elevação do nível do mar e do esgotamento dos recursos naturais.

Tendo em conta o momento particularmente complexo que o mundo atravessa, neste início dos anos 20 do novo Século, o XVII Congresso ganha especial relevo, aumentando as nossas responsabilidades quanto à qualidade e à pertinência das soluções a apresentar para melhorar o desempenho do partido e elevar a qualidade de vida dos nossos cidadãos. Para tal, a nossa ação deve visar a melhoria e o fortalecimento da organização, manter os militantes motivados e combativos, conquistar a confiança dos cidadãos e constituir-se numa alternativa de governação.

O contexto particularmente desafiante, nos planos interno e externo, em que se insere a realização do Congresso mereceu a atenção do Presidente. Na verdade, destacou que este evento acontece na esteira de uma sucessão de atos eleitorais, fortemente condicionados pela situação social do país, marcada pelos efeitos de uma seca prolongada e da pandemia do Covid-19, que puseram à prova a nossa capacidade de intervenção na sociedade.

Os resultados destas eleições incitam-nos a uma necessária reflexão sobre os nossos métodos de trabalho político, a eficácia da nossa comunicação com a sociedade, a adequação da nossa mensagem às expectativas dos eleitores cabo-verdianos, num exercício de autocrítica e de superação permanentes, inerente a um Partido com a elevada responsabilidade histórica como o PAICV.

Referindo-se ao 50º aniversário do assassinato de Amílcar Cabral, em 2023, e à comemoração do centenário do seu nascimento em 2024, Rui Semedo disse acreditar que esses momentos, que renovam o nosso orgulho de pertencer à Pátria conquistada graças ao génio inigualável de Amílcar Cabral, podem impulsionar a entrega dos militantes às causas nobres propugnadas pelo seu fundador e galvanizar o PAICV para a vitória nos próximos embates eleitorais.

Falando ainda de contexto, o Presidente do partido lembrou que, enquanto está a decorrer o Congresso, o mundo enfrenta uma perigosa situação de guerra com potencial para se transformar no detonador de um confronto mundial de proporções e consequências inimagináveis cujos efeitos já se fazem sentir globalmente, com aumentos vertiginosos de preços que atacam a inflação e acarretam a deterioração das condições de vida, particularmente das camadas mais desprotegidas da população.

Para Rui Semedo, esse conflito desenrola-se sob o pano de fundo do agravamento das relações internacionais provocado pelos interesses económicos e estratégicos das grandes potências e as disputas cada vez mais acirradas em torno da afirmação e defesa das respetivas zonas de influência.

A esse propósito, não deixou de lembrar que o PAICV sempre propugnou pelo não-alinhamento ativo, numa política externa coerente com os princípios consagrados na Carta das Nações Unidas e no respeito pela legalidade internacional, rejeitando a utilização ou a ameaça de utilização da força para a resolução de diferendos entre Estados, antes defendendo a via do diálogo e o recurso a todos os meios pacíficos para a sua resolução.

Rui Semedo dedicou parte do seu discurso à análise da situação socioeconómica do País e das respostas do Governo da República, lembrando que hoje, Cabo Verde se encontra numa encruzilhada e que, apesar das realizações das últimas 5 décadas, o futuro é altamente incerto. Existem, sim, desafios que são devidos ao contexto internacional de que temos pouco ou nenhum controlo, mas muitos outros são o resultado de ações e inações e, sobretudo, de políticas desajustadas e omissões graves do governo em exercício.

A pandemia, que impactou Cabo Verde quatro anos após as eleições de 2016, tem sido o refúgio do governo para encobrir o fracasso da sua política económica e justificar o incumprimento das promessas eleitorais.

Ciente do estado de emergência nacional e dos desafios a enfrentar, para o Presidente do PAICV, o que a Nação espera da classe política e das instituições do Estado é que se busque, em concertação e em constante diálogo contraditório democrático, as soluções e as saídas pragmáticas e efetivas para os problemas que os cidadãos e as empresas enfrentam aqui e agora.

O Presidente do Partido concluiu o discurso de abertura, lembrando que, da história, temos a lição de que "somos um povo ganhador" e que não há desafios que não podemos vencer, se mobilizarmos todas as energias nacionais para a tarefa de construir a nação dos nossos sonhos.

3. Do relatório do Conselho Nacional

Em observância ao disposto nos estatutos, o Conselho Nacional do PAICV, pela voz do seu Secretário-Geral, camarada Julião Varela, apresentou ao Congresso, para apreciação e aprovação, o **Relatório de Atividades**, referente ao período de fevereiro de 2020 a dezembro de 2021. O relatório sintetiza as principais atividades desenvolvidas durante o mandato, dando conta do estado da organização partidária, do funcionamento das estruturas a todos os níveis bem como do trabalho desenvolvido pelas organizações satélites do partido - a Federação Nacional das Mulheres (FNM) e a Juventude do Partido (JPAI).

À semelhança do que aconteceu a nível global e em Cabo Verde, o funcionamento da nossa instituição partidária foi fortemente condicionado pelos impactos da pandemia da COVID 19. O PAICV soube adaptar-se, lá onde foi possível, às restrições impostas pela situação sanitária do país, designadamente, incrementando o recurso aos média sociais disponíveis, o que permitiu a realização das principais atividades estatutariamente previstas. Assim foi possível, por exemplo, um intenso trabalho de renovação do mandato das estruturas intermédias do partido, embora permaneçam desafios ainda a vencer. A renovação, crucial para a melhoria da organização e do funcionamento das estruturas, contribuiu para ampliar e revitalizar os espaços de participação política dos militantes.

O relatório do CN evidencia que a democracia interna do partido foi posta à prova durante o período em avaliação, com resultados francamente satisfatórios. Na verdade, além das eleições para a renovação das estruturas intermédias, três eleições diretas para a escolha do Presidente do Partido tiveram lugar bem como eleições a nível de Comissões Políticas Regionais. Não obstante os impactos da pandemia, foi feito um grande esforço para que não fossem ultrapassados os limites estatutários dos mandatos dos diferentes órgãos do partido.

O período em avaliação foi igualmente repleto de desafios eleitorais em Cabo Verde. Com efeito, a vida interna do partido foi marcada pela realização do XVI Congresso, de 31 de janeiro a 2 de fevereiro de 2020, que traçou orientações pertinentes para a participação do partido nos pleitos eleitorais autárquicos de 2020 e nas legislativas e presidenciais de 2021.

O PAICV não atingiu os resultados almejados para as autárquicas e para as legislativas. Contudo, vale assinalar que melhorou consideravelmente a sua prestação eleitoral autárquica, passando de 2 para 8 Câmaras Municipais conquistadas e que nas legislativas aumentou de 29 para 30 o número de deputados eleitos.

Na sequência das eleições legislativas e face aos resultados obtidos, a então Presidente do partido apresentou um pedido de demissão, ao que se seguiu a marcação, pelo CN, de eleições diretas antecipadas para Presidente do PAICV, as quais ocorreram no dia 19 de dezembro de 2021 e do Congresso que ora tem lugar.

As eleições presidenciais realizadas no dia 17 de outubro de 2021 e a vitória, logo à primeira volta, do Dr. José Maria Neves, candidato apoiado pelo PAICV, constituíram mais um marco referencial para o Partido e para a agenda política para os próximos tempos.

Por um lado, proporcionaram uma grande jornada de reconciliação e de aproximação dos militantes do PAICV, num ascendente que já vinha das eleições autárquicas e que levou ao reforço do ânimo e do alento da família tambarina e, por outro, pelo aviso que os cabo-verdianos deixaram ao partido do Governo, se se tiver em conta a dimensão do envolvimento da máquina governamental e da administração pública, na campanha eleitoral, com utilização de avultados recursos do Estado.

No que tange à organização e ao funcionamento do partido, o Secretário-Geral elencou o essencial das atividades levadas a cabo por cada um dos 10 pelouros da estrutura orgânica vigente do secretariado geral, bem como do Conselho de Administração do PAICV que tem como funções auxiliar o Secretariado-Geral na gestão do património do Partido.

Neste domínio, realçou a atenção dispensada e o investimento realizado na reformulação da base de dados e na criação de uma nova Plataforma de Gestão dos efetivos do partido que, doravante, descentraliza o acesso para os Presidentes das Comissões Políticas Regionais e os Primeiros Secretários dos Setores, envolvendo e coresponsabilizando, desse modo, as estruturas intermédias, neste processo importante e sensível para o PAICV. Foram, dessa forma, criadas as condições para atender a uma justa reivindicação dos militantes que é a retoma da emissão dos cartões.

O número atual de militantes do PAICV é de 35.627, sendo 31.956 do território nacional e 3.671 da diáspora, em 14 países dos quatro cantos do mundo. A estrutura organizativa comporta 10 Comissões Políticas Regionais, 28 Setores e 318 Grupos de Base. É relevante assinalar o esforço realizado no sentido de reforçar o crescimento e a robustez da estrutura orgânica do partido de baixo para cima, relevando desta forma a importância dos grupos de base, como os verdadeiros gérmenes do partido. Todavia, neste particular, é preciso fazer muito mais, sobretudo nas ilhas da Boa Vista, Maio, Brava e S. Nicolau que, nalguns casos, possuem a chamada 'antena local' que não é propriamente uma figura organizativa estatutária.

Na diáspora, cada País correspondente a um setor e, considerando o crescimento destas estruturas, recomenda-se um enquadramento estatutário mais adequado à organização do partido a este nível.

A gestão financeira e a patrimonial constituem duas áreas fundamentais para sustentabilidade e estabilidade do partido. O relatório deixa claro que a saúde financeira do Partido não é boa, pois as principais fontes de financiamento vêm do subsídio do Estado aos partidos políticos e das quotas dos militantes, estando ainda por resolver, o velho desafio da quotização dos militantes.

No que tange ao património, foram empreendidas ações, visando a atualização e o registo dos bens patrimoniais, nomeadamente o levantamento dos imóveis pertencentes ao Partido e a posse dos respetivos documentos comprovativos da titularidade

No domínio das relações externas, foram realizadas ações que visam o fortalecimento das relações de amizade e de cooperação com os partidos amigos e a Internacional Socialista e, dentro dos limites impostos pela pandemia, o PAICV participou em Congressos e atividades de alguns partidos amigos.

O Conselho Nacional incentivou e acompanhou de perto as atividades das suas organizações satélite. Foi registado que a FNMPAI esteve sempre engajada e na linha da frente das causas em prol da valorização da Mulher, com realce para o desafio da Igualdade e Equidade de Género, uma questão muito cara ao PAICV.

Também a JPAI, enquanto organização político-juvenil do PAICV, pautou a sua atuação pela expansão da dinâmica da ação política do partido, fortalecendo a sua estrutura organizativa para fazer face aos desafios futuros que se impõem.

Em síntese, o desempenho global da organização partidária melhorou substancialmente, apesar de o PAICV não ter conseguido alcançar os objetivos almejados nas eleições realizadas, com destaque para as legislativas.

O Relatório do CN ao VXII Congresso foi amplamente debatido e aprovado por unanimidade dos congressistas presentes.

4. Do relatório da CNJF

A CNJF apresentou, nos termos estatutários, o respetivo relatório de atividades para efeitos de apreciação, aprovação e eventual adoção de resoluções e medidas tidas por convenientes.

O Relatório deste órgão eleito pelo Congresso, que tem a responsabilidade de velar pelo cumprimento dos Estatutos, pela disciplina partidária, pela correta gestão das finanças e bens do Partido e pela observância, pelo PAICV, das disposições legais e constitucionais, deu contra de que, durante o seu mandato, fez o acompanhamento da ação das estruturas do Partido, emitindo pareceres e deliberações e dando orientações sobre os mais diversos assuntos da vida do Partido, sempre que solicitada, ou que entendeu convenientes. Fez igualmente a fiscalização das eleições dos órgãos nacionais do Partido que, entretanto, tiveram lugar.

Em matéria de fiscalização financeira e patrimonial, com o propósito de assegurar a legalidade, o rigor e a transparência da gestão administrativa e financeira do Partido, emitiu pareceres sobre o Orçamento Geral e as Contas do Partido e fez o acompanhamento da execução orçamental.

Entre outras, a CNJF renovou, de forma pedagógica, ao Congresso, a recomendação de que é necessário o contínuo aprofundamento da consciência dos princípios e normas estatutários para que os mesmos se tornem, cada vez mais, em padrões de comportamento dos militantes na sua relação com o Partido e com a sociedade.

O relatório da CNJF foi, igualmente, debatido pelos congressistas e aprovado com as alterações introduzidas no recorrer do debate.

5. Da Moção de Estratégia de Orientação Política Nacional

O ponto central da agenda do órgão máximo do PAICV foi a apreciação da Moção de Estratégia de Orientação Política Nacional para o triénio 2022-2025, já sufragada na última eleição direta para o alto cargo de Presidente do PAICV, ocorrida a 19 de dezembro de 2021.

A apresentação da Moção foi feita pelo Presidente do Partido e, por decisão do Congresso, o debate da mesma foi feito em Grupos de Trabalhos Temáticos assim organizados:

Tema 01: Que Partido queremos?

- Como transformar o PAICV num movimento do século XXI?
- Como reestruturar e reformar a organização e a gestão do Partido?

Tema 02: A Visão do PAICV para o desenvolvimento e a transformação da Nação. Posicionar o PAICV como uma alternativa de governação do país.

Tema 03: Mobilizar as estruturas do PAICV na Diáspora e reforçar a participação política dos emigrantes

Tema 04: Assumir e promover os valores do PAICV, para:

- Ele se tornar num Partido autárquico e se aprofundar o processo de consolidação e de democratização do poder local.
- Alavancar o potencial da Juventude cabo-verdiana e empoderar as Mulheres no quadro da igualdade de Género.

QUE PARTIDO QUEREMOS? Este o desafio colocado pelo Presidente do PAICV ao Congresso.

No entanto, adiantou que é preciso ter como quadro de referência maior o programa político e os valores nele inscritos e reforçar ainda mais a nossa matriz de:

- Um partido de causas
- Um partido de militantes
- Um partido sustentável
- Um partido inovador
- Um partido com visão
- Um partido renovado, federador, moderno e democrático
- Um partido aberto, voltado para a participação e focado na dinâmica da sociedade civil

Rui Semedo evidenciou a necessidade de reestruturar e reformar a organização e a gestão do partido por forma a facilitar e estimular o crescimento orgânico das novas lideranças, a abrir e aproximar mais o partido dos cidadãos, a incentivar os militantes e amigos a contribuírem par a autossuficiência financeira e a proporcionar espaços de partilha e de interação entre as diferentes gerações de militantes.

Enfatizou que o objetivo final permanente do PAICV é trabalhar para um Cabo Verde desenvolvido e solidário no quadro de uma nova visão para o nosso país, uma visão que seja ousada, estimulante e atrativa, visando os seguintes objetivos:

- Construir de uma economia verdadeiramente Verde
- Aproveitar um dos fatores que temos em abundância, o Oceano,
- Apostar na edificação de uma economia digital
- Digitalizar as empresas e a sociedade
- Reconstruir o nosso sector turístico
- Modernizar a agricultura
- Encorajar a criação de infraestruturas inteligentes e a formulação de políticas logísticas
- Estimular uma verdadeira política integrada de coesão territorial
- Fomentar um ordenamento do território

O Presidente do PAICV terminou a apresentação da Moção de Estratégia propugnando uma maior abertura ao mundo fazendo de Cabo Verde uma nação verdadeiramente global, não só para aqueles que partilham os nossos genes, mas para todos os que sentem e querem ser cabo-verdianos.

O resultado do debate feito nos grupos de trabalho foi restituído à plenária do Congresso e acrescentaram valor à Moção de Estratégia com ideias e propostas pertinentes.

No debate do tema 1, sobre que partido político queremos, constatou-se que, apesar do declínio da participação eleitoral, os partidos políticos detêm a centralidade no sistema político cabo-verdiano, continuam com o monopólio da representação formal e da constituição dos governos.

A utilidade institucional dos partidos políticos mantém-se intacta, ao mesmo tempo que se verifica alguma fragilidade organizacional, de resto, um traço comum dos partidos hoje, em Cabo Verde, mas também a nível global. O que está em crise não são propriamente os partidos, mas as organizações partidárias.

Torna-se, por isso, necessário trabalhar para que o PAICV tenha uma base organizacional muito sólida e se torne mais deficiente na articulação e agregação dos distintos interesses da sociedade. Quanto mais forte e coerente for a organização do partido, maior o potencial para a filiação aumentando assim, o número e a qualidade de participantes no debate político.

Pelo seu histórico, o PAICV não tem vocação para ser um partido só de campanhas políticas, em que os esforços empenhados para as eleições se dissipam, dando lugar a um quadro de passividade e de ausência de atenção para a sua organização. Deve, assim, assumir-se como um partido com um elevado e permanente nível de mobilização e de participação de militantes e de continuada atividade política.

Paralelamente ao questionamento sobre que partido queremos, torna-se também necessário responder ao desafio sobre de que militantes precisamos. Nesse particular recomenda-se maior ênfase ao slogan MELHOR MILITANTE do que ao slogan MAIS MILITANTE.

Durante o debate do Tema 2 reiterou-se que o PAICV é o partido político que melhor conhece Cabo Verde e os cabo-verdianos e, por isso, capaz de pensar Cabo Verde de forma estratégica.

Esta condição só se manterá se não for amputado de nenhum dos seus genes e membros, se as gerações forem integradas e não excluídas e se forem valorizadas todas as etapas do seu percurso.

Apesar da sua enorme capacidade de renovação, é crucial que saiba preservar e valorizar o seu rico património político, cultural, sociológico e humano.

Foi referido que para o PAICV se posicionar como alternativa ao Governo atual deverá sintonizar-se com o país real, definir uma estratégia, posicionar a marca PAICV no mercado eleitoral, organizar estruturas, motivar, mobilizar e reunir recursos.

A finalizar conclui-se que se deve incentivar o governo a tomar decisões profundas visando a formulação e implementação de reformas nacionais e encorajar reformas laborais. Construir em diálogo com a sociedade soluções disruptivas para o financiamento do ensino superior, recolocar em debate público o papel de cabo verde no mundo, resgatar a imagem e confiança dos cidadãos e atores económicos na justiça.

No debate do Tema 3 reiterou-se a importância da diáspora para o partido e para o país. Também, foi pontuada a necessidade de reforçar as ações de organização, comunicação, dinamização e/ou consolidação das estruturas do PAICV na diáspora, mobilizar, reunir e capacitar a “família PAICV”.

É igualmente recomendável, formar e qualificar politicamente os responsáveis setoriais, os militantes em geral, com um foco especial na juventude; dar atenção especial ao recenseamento eleitoral; ajudar a resolver a problemática da nacionalidade na comunidade emigrada. A sustentabilidade financeira das estruturas do partido na diáspora foi apontada como uma preocupação e um problema a ser ultrapassado.

Ficou claro durante este debate que há uma disponibilidade da diáspora para junto do PAICV lutar para o bem-estar do povo cabo-verdiano e o desenvolvimento do nosso país.

Na discussão do tema 4 ficou claro que, para que o PAICV se torne num partido autárquico e se aprofunde o processo de consolidação e da democratização do poder local, deve-se fazer uma abordagem baseada numa dimensão ética do ponto de vista da ciência política e na transparência; desenvolver uma estratégia política de maior proximidade das comunidades e das bases partidárias; construir uma dinâmica político-partidária baseada na solidariedade, unidade de interajuda do

partido com os eleitos municipais; promover a revisão do estatuto dos municípios e o melhoramento do financiamento das autarquias locais.

Para alavancar o potencial da juventude cabo-verdiana elencou-se um conjunto de medidas e ações como a criação de IRPS Jovem (Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares), uma maior valorização da formação profissional, o aumento de bolsas de estudo, o incentivo ao associativismo estudantil, um debate aberto com a sociedade sobre LGBTQI+, uma aposta na Inovação e nas TICs através, por exemplo, da internet comunitário.

Foi ainda debatido neste tema que para o empoderamento das mulheres no quadro da igualdade de género é preciso: promover a formação das mulheres (Paridade, Liderança/ Participação, comunicação etc); debater sobre a licença parental com vista de uma maior redistribuição da mesma pelos dois progenitores; rever a Lei de VBG; desenvolver uma estratégia de empoderamento económico das mulheres; mobilizar as mulheres para criação de uma agenda das mulheres; desenvolver ações de sensibilização sobre partilha de responsabilidades parentais; desenvolver estratégias que impulsionam a formação de negócios dos informais (mais de 70%); desenvolver mecanismos que permitam a mobilização e a inclusão das Mulheres rurais migrante, com deficiência e LGBTQIA+.

6. Das Moções de Estratégia Setoriais

Ao Congresso foram apresentadas duas Moções de Estratégia setoriais: uma pela Federação Nacional das Mulheres do PAICV e outra pela Associação dos Autarcas do PAICV.

Na sua moção, a FVM-PAI chama a atenção para a necessidade de se ir mais longe na valorização do papel da mulher no processo histórico do desenvolvimento do país o que representa uma condição *sine quo non* para a igualdade do género - um desígnio nacional

Exorta a moção que a mulher na diáspora, pelo papel que desempenha, com responsabilidade, força e coragem, precisa de mais tempo e voz na governação, na política externa, na diplomacia, no parlamento, no governo e no poder local.

Na moção apresentada ao Congresso, a Associação dos Autarcas do PAICV enfatiza estar ciente e convicta da grandeza dos valores e princípios do PAICV e assume a dimensão autárquica do Partido.

Refere que celebra as conquistas registadas particularmente no último Ciclo Eleitoral Autárquico – em que aumentou de 2 para 8 o número de Câmaras suportadas pelo PAICV - mas que ambiciona mais. Ambiciona que o PAICV seja o maior Partido Autárquico de Cabo Verde, assumindo, com responsabilidade e humildade, essa ambição, e estando fortemente motivada a trabalhar para alcançar esse desiderato.

Sublinha ainda que, ser o maior Partido Político, a nível autárquico, no País, implica ser portador de um Projeto Autárquico, estribado numa Visão Estratégica caracterizada, nomeadamente: pela participação e proximidade; pela natureza democrática da gestão, ciente da cidadania municipal; pela defesa do interesse público e a promoção do bem comum; e pela promoção efetiva do desenvolvimento local.

As duas Moções de Estratégia foram discutidas e aprovadas pelo Congresso.

7. Da eleição dos órgãos nacionais

O último ponto da Agenda do XVII Congresso do PAICV foi a eleição dos órgãos estatutários do PAICV - o Conselho Nacional e a Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização -, que se juntam ao Presidente eleito, Dr. Rui Semedo, para conduzir os destinos do Partido nos próximos três anos.

Numa sessão conduzida pela Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização, foram eleitos, pelos congressistas, o Conselho Nacional e a Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização.

8. Do encerramento do Congresso

O Presidente Rui Semedo proferiu o discurso de encerramento oficial do XVII Congresso, que foi antecedido da apresentação dos novos eleitos do Conselho Nacional e da Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização e de uma sessão cultural.



ÓRGÃOS ELEITOS NA
PRIMEIRA REUNIÃO DO CN
APÓS O CONGRESSO

Praia, 9 de abril de 2022





PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE
CONSELHO NACIONAL

ACTA Nº 1

Aos 10 dias o mês de abril de 2022, reuniram-se no Salão Nobre (Salão Abílio Duarte), da Assembleia Nacional, na cidade da Praia, pelas 19h30, os membros do Conselho Nacional eleitos no XVII Congresso do PAICV e os membros natos, para a eleição dos membros dos Órgãos Nacionais do Partido, a saber: a **Mesa do Conselho Nacional**, a **Comissão Política Nacional**, a **Comissão Permanente**, o **Secretário-Geral** e o **Secretariado-Geral**.

Iniciada a reunião, sob a proposta do Presidente do Partido, Camarada Rui Mendes Semedo, de um universo de **75** votantes, foram eleitos para a **Mesa do Conselho Nacional**, com **72** votos *Sim*, **02** *Não*, **01** *Branco* e **0** *Abstenção*, os seguintes camaradas:

- Ilídio Cruz – Presidente
- Viviane Brito – Vice-Presidente
- Éder Brito – Vice-Presidente
- Elisângela Semedo – Secretária
- Djanira Moreira - Secretária

Feita a eleição, a Mesa do Conselho Nacional deu sequência ao processo eleitoral para a eleição dos membros dos restantes Órgãos Nacionais, sob a proposta do Presidente do Partido, com os seguintes resultados:

I. Comissão Política Nacional

Para a Comissão Política Nacional foram eleitos, de um universo de **84** votantes, com **77** votos *Sim*, **05** *Não*, **01** *Branco*, **0** *Abstenção* e **01** *Nulo*, os seguintes Membros:

Três Vice-Presidentes:

- Núias Silva
- Rosa Rocha
- João Baptista Pereira

Vogais:

- Adilson Jesus
- Carlos Alberto Silva
- Carla Carvalho
- Demis Lobo
- Elisa Pinheiro
- Fernando Moeda
- Francisco Pereira
- Jamira Duarte
- Joanilda Alves
- João do Carmo
- José Luís Neves
- Luana Jardim
- Maria José Veiga
- Walter Évora

Feita a eleição a Comissão Política Nacional ficou assim constituída, nos termos do artigo 56º, nº 1, dos Estatutos:

➤ **O Presidente do Partido**, que preside, com voto de qualidade:

- Rui Mendes Semedo

➤ **Três Vice-Presidentes:**

- Núias Silva
- Rosa Rocha
- João Baptista Pereira

14 Vogais:

- Adilson Jesus
 - Carlos Alberto Silva
 - Carla Carvalho
 - Demis Lobo
 - Elisa Pinheiro
 - Fernando Moeda
 - Francisco Pereira
 - Jamira Duarte
 - Joanilda Alves
 - João do Carmo
 - José Luís Neves
 - Luana Jardim
 - Maria José Veiga
 - Walter Évora
-
- **O Secretário-Geral** – Julião Correia Varela
 - **O Presidente do Grupo Parlamentar** – João Baptista Pereira
 - **O Representante da Juventude do PAICV** – Fidel Cardoso de Pina
 - **A Presidente da Federação Nacional das Mulheres do PAICV** – Ana Paula Moeda;
 - **O Presidente da Associação dos Autarcas do PAICV** – Isaiás Varela

II. Comissão Permanente:

Para vogais da Comissão Permanente foram eleitos, de um total de **84** votantes, os seguintes Membros, com **80** votos *Sim*, **02** *Não* e **01** *Branco* e **0** *Abstenção* e **01** *Nulo*:

- Joanilda Alves
- João do Carmo
- Demis Almeida

Feita a eleição, a Comissão Permanente ficou assim constituída, nos termos do artigo 59º, nº 2 dos Estatutos:

- Rui Mendes Semedo
- Nuias Mendes Barbosa da Silva
- Rosa Rocha
- João Baptista Pereira
- Julião Correia Varela
- Joanilda Alves (Vogal)
- João do Carmo (Vogal)
- Demis Almeida (Vogal)

III. Secretário-Geral

Para o **Secretário-Geral** foi eleito, de um total de **76** votantes, o Camarada **Julião Correia Varela**, com **75** votos *Sim*, **0** *Não*, **01** *Branco* e **0** *Abstenção*.

IV. Secretariado-Geral

Para o **Secretariado-Geral** foi eleito, de um total de **76** votantes, com **72** votos *Sim*, **02** *Não*, **01** *Branco*, **0** *Abstenção* e **01** *Nulo*, os seguintes Secretários:

- Jorge Lopes
- Cristina Fontes Lima
- Francisco Pereira
- Anastácio Oliveira
- Dúnia Pereira
- Suzete Moniz
- António Oliveira
- Paulo Veríssimo
- Victor Baessa
- Ana Cristina
- Neima Monteiro

Eram 22h10 e não havendo mais nada a ser tratado, deu-se por terminada a reunião da qual, para constar, se elabora a presente Acta, que vai devidamente assinada por mim, na qualidade de Presidente da Mesa do Conselho Nacional.

Cidade da Praia aos 10 de abril de 2022.

O Presidente da Mesa do Conselho Nacional

/ Ilídio Cruz/

Órgãos Eleitos pelo CN após o Congresso

Mesa do CN	Ilidio Cruz Viviane Brito Eder Brito Elisangela Semedo Djanira Moreira	Presidente
------------	--	------------

Vice-Presidentes	Nuias Silva Rosa Rocha João Baptista Pereira	
------------------	--	--

COMISSÃO POLITICA NACIONAL		
Por inerência de funções	Rui Semedo Nuias Silva Rosa Rocha João Baptista Pereria Julião Correia Varela Paula Moeda Fidel Cardoso de Pina Isaias Varela	Presidente do Partido Vice-Presidente Vice-Presidente Vice-Presidente Secretário-Geral Presidente da Federação das Mulheres Presidente da JPAI Presidente da Associação dos Autarcas do PAICV
Vogais Eleitos	Adilson Jesus Carlos Alberto Silva Carla Carvalho Demis Lobo Elisa Pinheiro Fernando Moeda Francisco Periera Jamira Duarte Joanilda Alves João do Carmo José Luis Neves Luana Jardim Maria José Veiga Wlater Évora	

COMISSÃO PERMANENTE		
Membros por inerência de funções	Presidente Vice-Presidentes Secertário Geral	
Vogal eleitos	Joanilda Alves João do Carmo Demis Lobo	

SECRETARIADO GERAL		
Secretariado Geral	Julião Correia Varela	
Secretarios	Jorge Lopes Cristina Fontes Lima Francisco Pereira Anastacio Oliveira Dunia Pereira Suzete Moniz António Oliveira Paulo Verissimo Victor Baessa Ana Cristina Neima Monteiro	



XVII CONGRESSO

**JUNTOS POR
CABO VERDE**

PRAIA 08 A 10 ABRIL DE 2022